U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

Cabo Verde, *10 graozinho di terra*: Memória, Identidade e Estratégias da casa em Ribeira Brava

Elayne Spencer Barbosa

M

2023

U.PORTO

Elayne Spencer Barbosa. Cabo Verde, *10 graozinho di terra*: Memória, Identidade e Estratégias da casa em Ribeira Brava

M.FAUP 2023

Cabo Verde, *10 graozinho di terra*: Memória, Identidade e Estratégias da casa em Ribeira Brava.

Elayne Spencer Barbosa

FACULDADE DE ARQUITETURA

Pa bo, Vo Meia.

Agradecimentos

À *mamá*, pelo amor puro, pelo colo, por ser o meu pilar.

Ao *papá*, que apesar das divergências, sei que sempre torceu por mim.

À Aísha, pelo amor que expressa de forma única, mas que me abraça sempre.

À Tita e ao tio Zé pelo amor de mãe e pai que sempre transmitiram.

Aos meus primos da Praia, de Lisboa e de Braga pois trouxeram à minha vida seis motivos para sorrir.

À Nilza, por me abraçar como filha.

À Bia.

Ao Matheus, presente que a vida me deu.

Aos meus amigos que conheci no Porto, os que tornaram esta cidade a minha casa, uma família que ganhei.

À Ró e à Deia pelos dois amores e à Ayanna, um novo amor.

A toda a minha família.

À família do Brasil, por me receber com tanto carinho.

Às minhas manas do coração.

Ao primo Amílcar Spencer Lopes, pela disponibilidade e conhecimento transmitido.

Às primas Maria Alice e Maria Alcina pela disposição e entusiasmo no contar da sua história.

Ao Sr. António Alves pelas sábias palavras e ao tio Zé César pela atenção.

Ao Sr. José Cabral, pela conversa.

À Arquiteta Sília Fonseca pela atenção.

Ao Sr. António Correia e Silva pela disponibilidade e informação.

Ao Sr. Gualberto do Rosário pela atenção.

Aos Arquitetos Mónica e Hugo pelas palavras de entusiasmo.

Ao professor José Alberto Lage, por embarcar comigo nesta viagem que foi a dissertação.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para que este percurso se tornasse mais leve, obrigada.

Índice

Agradecimentos 3

Resumo 6

Abstract 8

Considerações iniciais 13

1. Cabo Verde, *Terra Estimada* 19

1.1. *Sodade, sodade dess nha terra Saninklau!* 21

1.2. Estabelecimento da igreja na ilha 27

1.3. Da evolução à descaracterização 35

1.3.1. A identidade cultural 37

1.3.2. A identidade arquitetónica 41

2. A cidade 47

2.1. A herança continental nas ilhas afortunadas 47

2.2. Axialidades e Composição 53

3. A casa 65

3.1. Os sobrados de Ribeira Brava 75

3.2. As duas casas: *Casa d'Vó Meia e Casa d'tia Concha* 81

4. Memória do futuro 101

Considerações finais 108

Epílogo 110

Bibliografia 111

Crédito de Imagens 114

Anexos 118

Resumo

A *arquitetura* na sua multidisciplinaridade consegue alcançar os mais profundos aspetos de um ciclo de vida. Este ciclo de vida – do que é vivo e material – está latente à quarta dimensão do espaço que é o *tempo*[1].

As identidades urbana e arquitetónica dos lugares são intrínsecas ao fator tempo. Através do tempo as formas se transformam e a relação entre estes aspetos oscila entre "o amor e o ódio", isto porque estes se encontram intimamente próximos ou infinitamente distantes. O fator tempo pode resultar ou não na atribuição de um determinado valor no artefacto arquitetónico. Este artefacto deve manter uma relação íntima com o seu contexto sendo que um não sobrevive sem o outro. É preciso recorrer à *memória*, individual e coletiva, do lugar, do artefacto e do que os dá vida – o ser humano. A memória está inserida na *cultura* que também determina valores a cada elemento.

A harmonia multidisciplinar consiste numa relação saudável entre as partes. Deste modo, é preciso *observar*, *sentir*, *ouvir*, *desenhar* a *essência* de cada lugar e *compreender* as suas características únicas presentes e desenhadas na memória sob uma ótica geral em que arquitetura compõe uma parte.

As *casas coloniais* na ilha de *São Nicolau* e nas outras ilhas de Cabo Verde que ainda resistem às transformações impostas pela passagem do tempo fazem parte de um período marcante destes dez pedacinhos de terra. A *conservação, inovação, transformação e reutilização* destes edifícios não pode ser feita de forma isolada. O diálogo com o seu contexto precisa ser constante, caso contrário, arriscamos perder o que nos foi dado pelo tempo, espaços que guardam memória, guardam histórias, guardam cultura, que permitiram e permitem até hoje a construção da essência do cabo-verdiano. O ser é construído dentro e fora destes espaços ao qual chamamos *casa*, que sofreu mutações com o ciclo natural dos acontecimentos, mas continua sendo, de igual forma, um *abrigo*.

Paralelamente ao tempo, está o conceito de *evolução.* Abraçar este conceito não significa permitir a sua invasão abrupta que este pode impor. A evolução permite uma *metamorfose* que deveria manter "os elementos básicos de uma continuidade que se referenciam numa identidade inalienável dos lugares".[2]

O percurso desta dissertação permitiu levantar características sobre a origem da casa colonial na Cidade-*Vila de Ribeira Brava* da ilha de São Nicolau no seu mais profundo sentido envolvendo a história, a estrutura urbana, o contexto geográfico, social, económico e não menos importante, a cultura do lugar.

1 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 11

2 AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património,* 2002. p. 127

A *patrimonialização* destes elementos seria reconhecer o "testemunho da vida de um povo de caráter documental museológico vital e não apenas um conjunto de materiais de valor estético e arquitetónico"[3]. Este seria o pontapé de saída para ultrapassar alguns dos vários obstáculos encontrados no que tange à sua transformação. Deste modo, deve-se construir no construído com a esperança do futuro e com a necessidade do presente.[4]

Ribeira Brava precisa urgentemente que as partes envolventes no desenvolver da cidade – vila – comuniquem entre si no sentido de estabelecer um plano de ação.

Há que distinguir a evolução da descaracterização. Os avanços tecnológicos permitiram melhores condições da habitação e de saúde pública, mas também, trouxeram novos elementos construtivos que se sobrepuseram à construção tradicional modificando formas e proporcionando espaços sem significado. É explícito que a organização do espaço da época colonial não condiz com alguns hábitos e costumes atualmente, porém, "não é necessário destruir para transformar"[5]. A partir desta ideologia, realça-se a importância destes elementos para que não se perca a essência que tanto é relatada pelos habitantes, amantes da sua terra. Apesar disso, a vila de Ribeira Brava já consta com imensas perdas, que se transformaram, deixando apenas o que foi vivido, sentido, através do que é contado. Deste ponto de vista, resta apenas cantar, *"Sodade, sodade, dess nha terra Saninklau!"*[6].

3 MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 14)

4 Ibidem

5 SIZA, Álvaro, 'A cidade que temos' in *01 Textos,* 2009. p. 20

6 Trecho da morna *"Sodade"*.

Abstract

Architecture in its multidisciplinary approach can reach the deepest aspects of a life cycle. This life cycle – of what is alive and material – is latent to the fourth dimension of space, which is *time*[7].

The urban and architectural identities of places are intrinsic to the time factor. Over time the form changes and the relationship among these aspects oscillates between "love and hate", which are intimately close or infinitely distant. The time factor may or may not result in the attribution of a certain value to the architectural artifact. This artifact must maintain an intimate relationship with its context, as one cannot survive without the other. It is necessary to resort to the individual and collective *memory* of the place, the artifact and what gives them life – the human being. Memory is embedded in culture, which also determines values for each element, therefore, it is necessary to *observe*, *feel*, *listen*, *draw* the *essence* of each place and *understand* its unique characteristics and the ones drawn in memory from a general perspective in which architecture forms a part.

The *colonial houses* on the island of *São Nicolau* and the other islands of Cape Verde, that still resist the transformations imposed by the passage of time, are part of a remarkable period of these ten little pieces of land. The *conservation*, *innovation*, *transformation* and *reuse* of these buildings cannot be done in isolation. The dialogue with its context needs to be constant, otherwise we risk losing what has been given to us by time, for instance, spaces that keep memory, stories, culture, which allowed and still allow the construction of the essence of Cape Verdeans. That being is built inside and outside these spaces that we call *home*, which have undergone mutations with the natural cycle of events, but continue to be, in the same way, a *shelter*.

Parallel to time is the concept of *evolution*. Embracing this concept does not mean allowing the abrupt invasion that it may impose. Evolution allows a metamorphosis that should maintain "the basic elements of continuity that are referenced in an inalienable identity of places"[8].

The course of this dissertation allowed to raise characteristics about the origin of the colonial house in the City-*Village of Ribeira Brava* on the island of São Nicolau in its deepest sense, involving history, urban structure, the geographical, social, economic and cultural context. The *patrimonialization* of these elements would recognize the "testimony of the life of a people with a vital museological documentary character and not just a set of materials of aesthetic and architectural value"[9].

7 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 11

8 AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*, 2002. p. 127

9 MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 14

This would be the starting point for overcoming some of the various obstacles encountered regarding its transformation. In this way, we must build in what is built with the hope of the future and the needs of the present[10].

Ribeira Brava urgently needs the parties involved in the development of the city– village– to communicate with each other in order to establish an action plan.

It is necessary to distinguish between evolution and decharacterization. Technological advances have allowed for better housing and public health conditions, but they have also brought new constructive elements that overlap with traditional construction, modifying shapes and providing meaningless spaces. It is clear that the organization of space during the colonial period does not match some habits and customs today, however, "it is not necessary to destroy to transform"[11]. Based on this ideology, the importance of these elements is highlighted so that the essence that is reported so much by the inhabitants, "lovers of their land", is not lost. Despite this, the village of Ribeira Brava have already been transformed and for that, suffered immense losses on which what was experienced and felt remains through what is told. From this point of view, all that remains is to sing, "*Sodade, sodade, dess nha terra Saninklau!*" [12].

10 MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 14

11 SIZA, Álvaro, "A cidade que temos' in *01 Textos*, 2009. p. 20

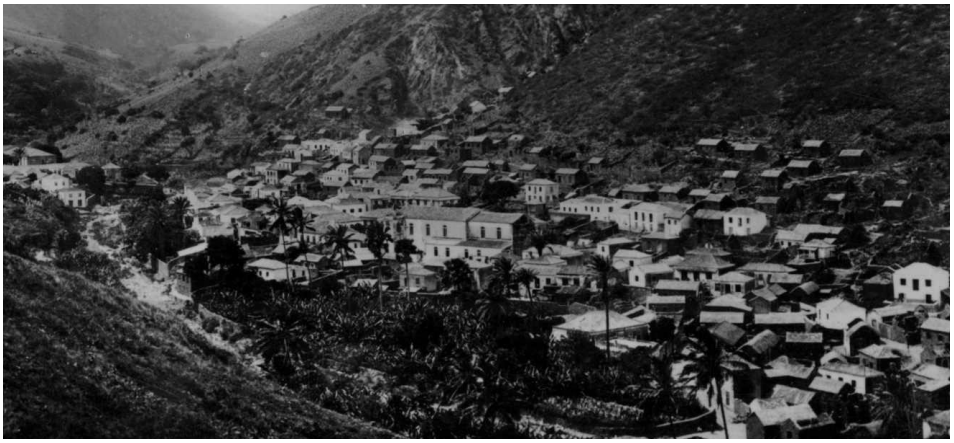
12 Excerpt from the *morna "Sodade"*.

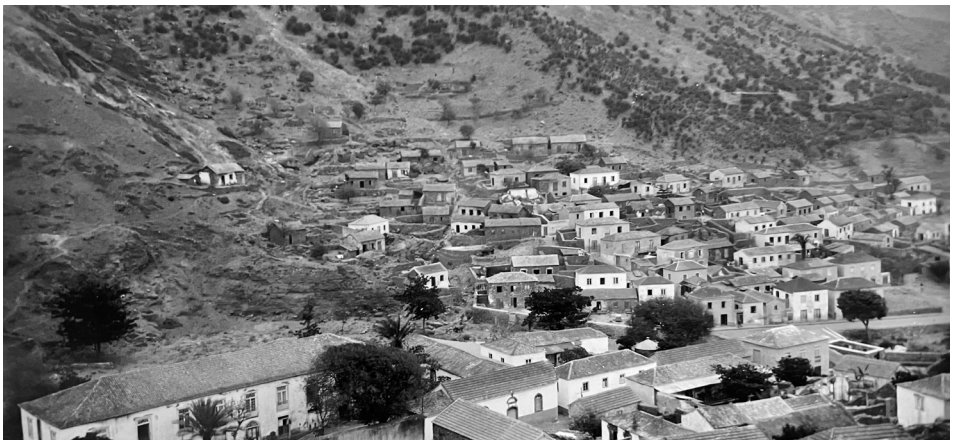


1. Cesária Évora

"Ês dez graozinho di terra,
Ki Deus espaiá na meio di mar
El é di nos é ca tomado na guerra
É Cabo Verde terra querida…"[13]

13 Excerto da música *"Cabo Verde, terra estimada"* cantada pela nossa diva dos pés descalços, Cesária Évora e composta por Jorge Fernandes Monteiro.





2. Vista da Vila de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data
3. Vista da Vila de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data

Considerações iniciais

Motivação e objeto de estudo

O título da presente dissertação *"Cabo Verde, dez grãozinho di terra"*[14] remete para uma riqueza cultural que não se equipara às dimensões físicas do arquipélago de Cabo Verde.

O processo de construção do objeto de estudo partiu da necessidade de intervenção numa casa com valor sentimental na ilha de São Nicolau em Cabo Verde, a casa da minha avó. A casa em questão situa-se no coração da cidade - vila[15] - de Ribeira Brava e a sua escolha também procedeu do facto da vila ter sido considerada como o primeiro centro histórico em Cabo Verde decretado pelo Instituto do Património Cultural de Cabo Verde (IPC). Este fator foi o ponto de partida para uma maior abrangência que resultou do desbravamento da casa que abriu horizontes e auxiliou no desenvolvimento do objeto de estudo. Este, passou de uma única casa para duas e posteriormente estendeu-se à própria estrutura urbana da vila. A escolha das duas casas juntamente com outras que se relacionam permitiu uma melhor compreensão de uma possível tipologia da época colonial. Estas retratam um período importante para São Nicolau cuja janela temporal se situa entre o século XVIII e o século XIX.

O estudo sobre as casas de caráter colonial juntamente com o desenvolvimento da estrutura urbana da vila de Ribeira Brava ajuda a situar determinados acontecimentos importantes para a vila no tempo e compreender questões culturais e sociais a partir do estudo da habitação colonial.

Problemática

O desenvolvimento arquitetónico de Cabo Verde é recente e fortemente influenciado pelas formas portuguesas de fazer cidade. Essas influências de Portugal persistiram ao longo do tempo, no entanto, por mais que as formas arquitetónicas permaneçam, os espaços foram aculturados de acordo com a vivência do povo cabo-verdiano. Essa fusão resultou no embrião da "arquitetura cabo-verdiana", apesar de ainda não ser intitulada como tal, contribui para uma reflexão sobre a mesma. Sendo assim, a *arquitetura colonial* é também um instrumento de compreensão cultural, social e económico desse país insular.

14 Tradução: Cabo Verde, dez grãozinhos de terra.

15 Existe um sentimento mútuo entre os habitantes da ilha e os que têm ligação com a mesma de que o nome Vila de Ribeira Brava é intemporal. Apesar da sua elevação a cidade, a palavra vila tornou-se parte da caracterização do lugar pelo que a nomenclatura Vila de Ribeira Brava prevalece à oficial Cidade de Ribeira Brava.





4. Vista para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Ilha de São Nicolau, sem data
5. Vista para o Terreiro, Ilha de São Nicolau, sem data

A preservação das casas que surgiram no período colonial tem caminhado devagar. Apesar de existir legislação em Cabo Verde sobre o património, observa-se uma dificuldade em promover a sua implementação e fiscalização por parte das instituições reguladoras tendo como consequência intervenções no contexto urbano e arquitetónico com valor patrimonial desatentas.

Na vila de Ribeira Brava, assim como em outras vilas/cidades das demais ilhas, nota-se alguns casos de rompimento da malha urbana com um crescente embate entre o antigo e o novo, provocando uma descaracterização da imagem da cidade influenciado pelo poder económico e político existente. A falta de diálogo entre essas duas forças pode pôr em causa a identidade arquitetónica e urbana do lugar e o seu vínculo com a memória social e cultural.

Objetivo

Inicia-se um esforço de compreender a essência da casa colonial e a sua relação com a malha urbana procurando nas marcas do tempo uma identidade arquitetónica, urbana e cultural própria da cidade-vila de Ribeira Brava. Assim, tem-se como objetivo realçar as suas características através da compreensão do seu processo de formação e significado entendendo a conexão entre a importância do edificado e a memória coletiva. Paralelamente, salienta-se a importância da análise da fronteira entre a criação do novo e a preservação do antigo de forma sensível e consciente revelando a sua potencialidade para património cultural do país.

Metodologia e estrutura

Assim, a presente dissertação desenvolve-se a partir de recursos teórico-práticos que abrangem uma apresentação de contexto e crítica da informação conseguida através de entrevistas a "filhos da ilha" como o *Sr. António Alves (Sr. Toi)*, comerciante e entusiasta da história da ilha, o *Sr. José Cabral* antigo vereador da Câmara Municipal de Ribeira Brava também entusiasta na investigação, o *Sr. Amílcar Spencer Lopes*, antigo presidente da Câmara Municipal de Ribeira Brava e proprietário de uma das casas inseridas no contexto em estudo, as suas irmãs *Maria Alice e Maria Alcina Spencer Lopes*, a arquiteta responsável pelo gabinete técnico da Câmara Municipal de Ribeira Brava, *Sília Fonseca,* os quatro irmãos *Elídio, Alírio, Nídia e Eunice Spencer,* também proprietários de uma das casas. Este processo também resultou da consulta de livros como *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde, Formação da Sociedade e Mudança Cultural,* de João Lopes Filho, *Cidades e Casas da Macaronésia* de José Manuel Fernandes, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense* de Francisco Barata Fernandes, *A urbe e o Traço*, de Walter Rossa entre outros fundamentais para desenvolvimento desta dissertação. Neste percurso também foi necessário a consulta de documentos disponíveis no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde, no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Para além do conseguido através destas fontes, uma visita ao local de estudo para levantamento fotográfico, cartográfico, topográfico e métrico dos respetivos casos de estudo.



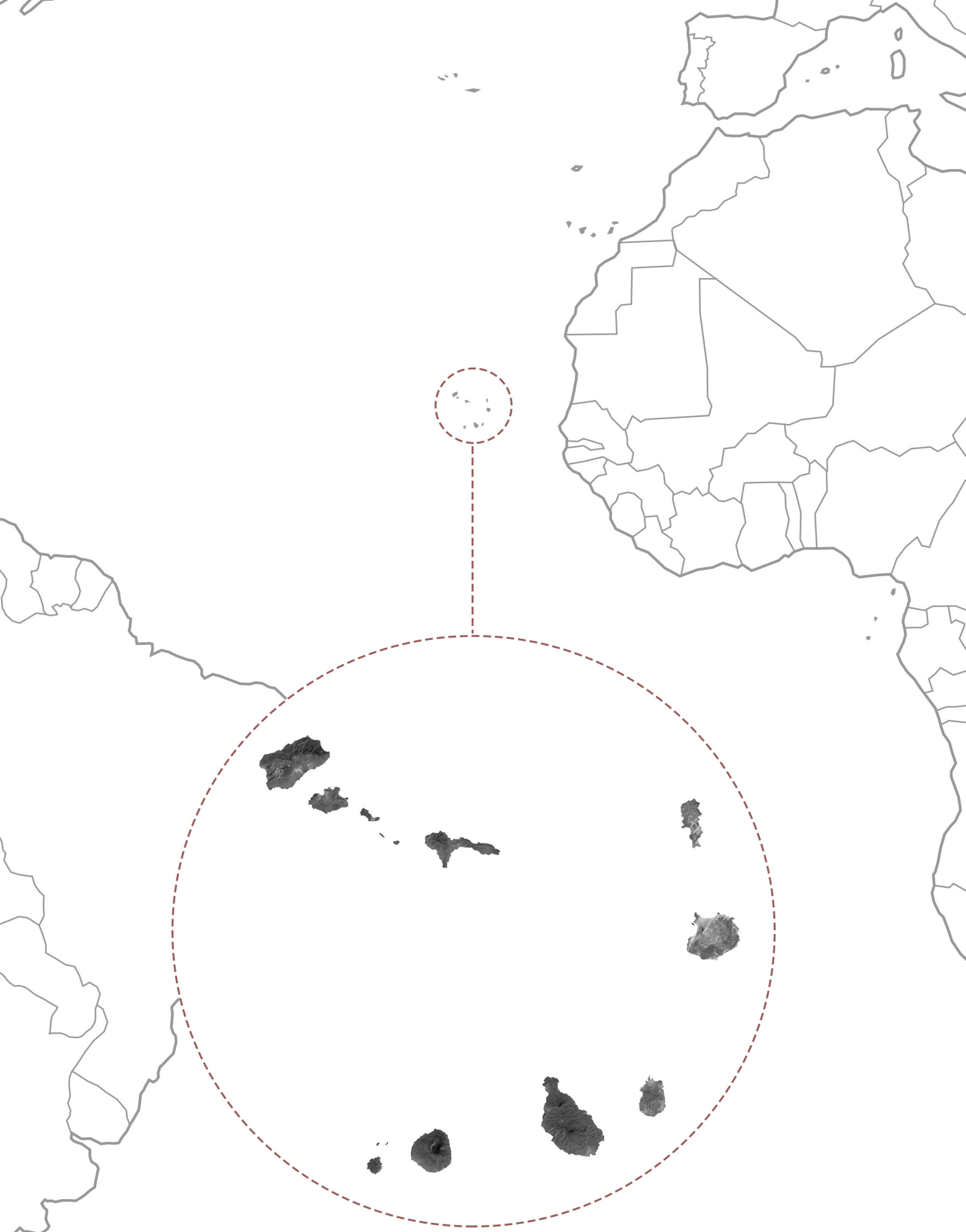
6. Centro 'Histórico' da Vila de Ribeira Brava, dezembro de 2021

Este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos, de modo que o primeiro parte de um enquadramento do geral para o particular, contextualizando Cabo Verde, refletindo sobre a sua história em direção à cidade - vila de Ribeira Brava da ilha de São Nicolau. Com as circunstâncias que permitiram à vila de Ribeira Brava a sua evolução urbana e o seu desenvolvimento arquitetónico pretende-se uma análise e crítica ao atual cenário de densificação da malha urbana e a construção "livre".

O segundo capítulo corresponde à *cidade*. Pretende-se uma análise e levantamento de elementos que compõem a morfologia urbana portuguesa do continente e principalmente das ilhas do atlântico, posteriormente implantadas e adaptadas à realidade do arquipélago de Cabo Verde com o intuito de justificar possíveis relações com as formas urbanas da vila, percebendo qual é a herança continental deixada na ilha de São Nicolau.

O terceiro momento entra na dimensão da *casa*. Fazem parte o entendimento do conceito da casa, da sua relação com a cidade juntamente com uma seleção de elementos característicos da arquitetura menor. A partir destes pontos pretende-se uma análise morfológica dos tipos presentes no contexto português e a sua aculturação na ilha de São Nicolau em Cabo Verde, observando as habitações presentes, especialmente o conjunto habitacional da *rua direita* da *vila* de Ribeira Brava, de cariz colonial.

O quarto e último capítulo permite uma análise síntese dos aspetos mencionados ao longo da dissertação introduzindo o conceito de património. A partir deste ponto inicia-se uma reflexão crítica às formas de preservação, intervenção no edificado e na cidade conduzindo à elaboração de estratégias e a chamada de atenção para a necessidade de um plano de ação.



7. Arquipélago de Cabo Verde, Localização geográfica

1. Cabo Verde, *Terra Estimada*

O título acima parte do nome de uma *morna*[16] de Cabo Verde que é um arquipélago situado na costa ocidental do continente africano. A sua história (conhecida) dá-se pela sua descoberta através de exploradores portugueses por volta de 1460[17].

As ilhas em questão situam-se no oceano Atlântico, a cerca de 580 km da costa ocidental da África, vizinho de Senegal. Este "pedacinho de terra" é composto por dez ilhas, nove das quais habitadas e vários ilhéus: Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (não habitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista que fazem parte das ilhas de Barlavento e Maio, Santiago, Fogo e Brava que são as ilhas de Sotavento.

As ilhas são todas de origem vulcânica sendo a do Fogo a única com um vulcão ativo que também corresponde ao ponto mais alto do arquipélago com 2829 metros de altitude. A maior ilha é a de Santiago, onde se encontra a capital do país, cidade da Praia. Esta faz parte de um grupo de ilhas montanhosas, juntamente com Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava e são estas as ilhas com o solo mais fértil e paisagens verdejantes, quando chove. As ilhas do Sal, Boa Vista e Maio, por estarem mais próximas do deserto, são as mais secas e rasas, detentoras de salinas e praias paradisíacas.

O clima de Cabo Verde pode ser classificado como árido ou semiárido, sendo a temperatura média anual 25ºC. Ao contrário das quatro típicas estações do ano, considera-se em Cabo Verde duas estações, a estação "da seca" e a "da chuva" ou "*das'águas*", sendo a estação da seca correspondente aos meses de dezembro a julho e a da chuva de agosto a novembro. A chuva é escassa o que provoca crises de seca de tempo em tempo.

As condições climatéricas dificultaram o começo do povoamento pelo que foi necessário um incentivo da corte portuguesa que estabeleceu uma carta de privilégios aos moradores de Santiago relativamente ao comércio de pessoas escravizadas[18]. O arquipélago deteve a sua importância pela sua posição geográfica até a abolição da escravatura, sendo esta condição o principal motivo dinamizador do comércio na época. Após este acontecimento, Cabo Verde perdeu a sua relevância comercial para Portugal. Contudo, durante este mesmo período uma nova nação nasceu, uma nação crioula, proveniente da junção entre europeus e africanos e com ela surgiu o movimento a favor da independência do país.

O dia 25 de abril de 1974 abriu portas para que a independência se tornasse real e no dia 5 de julho de 1975 na cidade da Praia na ilha de Santiago finalmente gritou-se "*labanta braçu bu grita bu liberdadi*"[19].

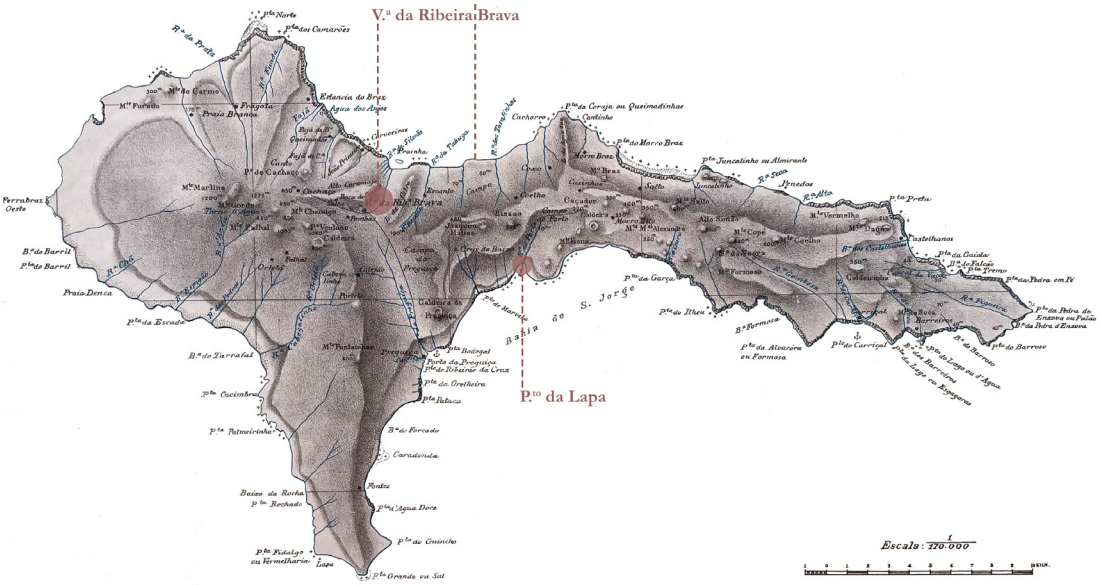
16 *Morna* – Proclamado Património Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco, é um género musical de Cabo Verde. O título pertence à música cantada por Cesária Évora denominado de *Cabo Verde, Terra Estimada.*

17 FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 23

18 SANTOS, Maria E. et al., *História Geral de Cabo Verde* ,1991, p. 130

19 Tradução: (levanta o braço e grita a tua liberdade!). Excerto da música chamada "*Labanta braçu"* que a banda cabo-verdiana, Os Tubarões, escreveu e cantou para a independência de Cabo Verde.





9. Localização da Ilha de São Nicolau
10. Localização de Porto da Lapa e Vila de Ribeira Brava, Mapa de 1916

1.1. *Sodade, sodade dess nha terra Saninklau!* [20]

Das dez ilhas de Cabo Verde, a ilha de São Nicolau, será objeto de estudo nesta dissertação. Esta expressão usada como título deste capítulo pertence à música "*Sodade*".

A ilha tem 343 km2, de origem vulcânica e das mais montanhosas de Cabo Verde. O seu ponto mais elevado coincide com uma das sete maravilhas naturais de Cabo Verde, o Monte Gordo com 1304 metros de altitude. São Nicolau encontra-se dividida em dois municípios: Ribeira Brava e Tarrafal.

O povoamento

A ilha de São Nicolau foi descoberta provavelmente a 5 de dezembro de 1461[21], contudo, foi habitada numa segunda fase de povoamento em Cabo Verde, assim como as restantes ilhas de Barlavento, sendo a primeira fase em 1462 e abrange as ilhas de Santiago e Fogo. Nesta fase existia um elemento novo na sociedade – o mestiço – que sequenciou um sistema de distribuição de terras diferente do que já se praticava nas ilhas de Sotavento: aforamento e sesmarias.[22] Este sistema permitiu que se desenvolvesse uma população equilibrada com algum nivelamento social devido a essa distribuição entre a maioria dos habitantes.

A ilha tinha sido doada ao Duque de Viseu[23] e este enviou para São Nicolau, a partir de 1472, alguns casais da ilha da Madeira com os seus criados.[24]

As primeiras referências de implantação urbana em São Nicolau se deram tradicionalmente na costa da ilha, devido a uma pequena enseada junto à ribeira do Porto, a sudeste, designada de Porto da Lapa[25] que facilitava a acostagem de pequenas embarcações para cargas e descargas de pertences do Senhor da ilha, o Conde de Portalegre em 1580[26]. Sendo uma pequena povoação costeira, encontrava-se suscetível a fortes ventos e a frequentes ataques de piratas o que provocou o gradual abandono da pequena urbe em direção ao interior da ilha, para o vale de Ribeira Brava.

---

20 Cantada pela Diva dos pés descalços, Cesária Évora: Saudade, saudade dessa minha terra, São Nicolau!

21 A data exata da descoberta das ilhas é baseada nos seus respetivos nomes, sendo que foi atribuída a cada ilha o nome dos santos do dia da descoberta. (Gomes, 2014, p. 17).

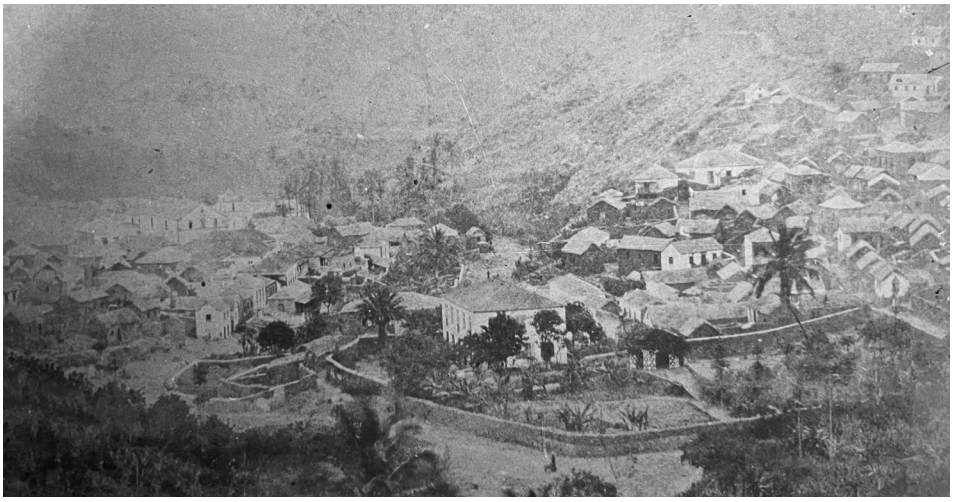
22 FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 44

23 João, 3º Duque de Viseu. O título de Duque de Viseu foi criado pelo rei D. João I de Portugal em 1415, a favor do seu terceiro filho, o Infante D. Henrique, na sequência da conquista de Ceuta, naquele ano. Juntamente com Ducado de Coimbra, criado na mesma altura, é o mais antigo ducado do país. O Infante D. Henrique, nomeia o seu sobrinho, o Infante D. Fernando seu herdeiro, tornando-se este o 2.º Duque de Viseu. Com D. Fernando, torna-se num título hereditário, associado ao Ducado de Beja, do qual se tornou o primeiro titular. Em 1495 o herdeiro destes títulos, D. Manuel, 5.º Duque de Viseu e 4.º Duque de Beja torna-se Rei de Portugal como D. Manuel I, sendo os títulos incorporados na coroa. Desde então os títulos são ocasionalmente atribuídos a Infantes de Portugal.

24 1472 é data mais antiga registada no que consta à chegada de pessoas na ilha, em FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996.

25 Segundo André Teixeira, existem indícios de que Porto da Lapa seja mesmo a primeira urbe com alguma expressão na ilha de São Nicolau, este facto é sustentado por uma interpretação arqueológica de alguns vestígios de edificação feita por um religioso que habitou a ilha no século XIX. TEIXEIRA, André, A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde, nos séculos XV a XVIII, 2004. p. 175

26 D. Filipa da Silva, 4ª Condessa de Portalegre (1550-1590); neta do anterior. Casou com D. Juan de Silva (1528-1601), embaixador de Espanha e 4ª Conde de Portalegre por casamento.



12. Irregular disposição na vila de Ribeira Brava, início do século XIX

Devido às condições favoráveis para a prática de agricultura, a paisagem do vale no seu estado mais natural foi-se "humanizando" com o rápido despovoamento de Porto da Lapa. Essa transformação não perpetuou de imediato o seu abandono. Este ainda continuou por algum tempo o seu propósito de porto mesmo depois da criação de um forte para defesa da ilha por conta do aumento considerável da população devido às condições que apresentava.

Após uma contagem feita pelo ouvidor[27] José da Costa Ribeiro, enviado pela coroa com o objetivo de perceber se havia condições de implementação de organismos administrativos e de justiça, chegou-se à conclusão de que a ilha tinha um total de 2657 habitantes sendo cerca de "260 vizinhos"[28] (mais ou menos 2000 habitantes) situados no vale da Ribeira Brava. Sendo assim o ouvidor entregou o seu relatório à coroa assumindo que sim, as condições existentes na ilha seriam suficientes para criação de um organismo administrativo. Com a autorização da coroa, em 1731 Ribeira Brava atingiu o estatuto de Vila[29] e ergueu-se a primeira Câmara, que durante muitos anos funcionou em sistema de arrendamento de espaços.

Havia um objetivo de reorganizar urbanisticamente a vila, pois

> *"a irregular disposição das casas mostra bem não ter havido o cuidado de estabelecer alinhamentos aos quais sujeitassem a edificação, ficando por consequência as ruas estreitas e tortuosas; as casas na maior parte são cobertas de palha, dando-lhe ao mesmo tempo um aspeto desagradável"*[30].

No ano de 1850[31], após uma tempestade que destruiu muitas casas, a reconstrução das mesmas dependia da avaliação do poder administrativo que tinha como objetivo reestruturar o desenho da vila.

Antes deste acontecimento já teria havido uma primeira versão de posturas municipais de Ribeira Brava[32] com o objetivo de intervir profundamente no modo de viver dos habitantes da vila essencialmente na sua vivência do espaço público. O conteúdo destas posturas implicava por exemplo, implementação de regras de higiene e saúde pública, na tentativa de evitar crises epidémicas pós chuva; obrigatoriedade da população na participação de manifestações preferencialmente religiosas na tentativa de conter a proliferação de outras religiões; intervenção no comportamento dos habitantes criando regras relacionadas à produção agropecuária. Estas posturas influenciaram a população fazendo com que alguns hábitos anteriormente recorrentes fossem abandonados por vários motivos, desde a própria vontade das entidades à real necessidade de novas regras de higiene pública transformando a sociedade que ali vivia.

---

27 Ouvidor (do latim audītor,ōris, 'aquele que ouve, auditor') era a designação dos magistrados que administravam a justiça das terras senhoriais, em Portugal. A designação "ouvidor" foi também a aplicada a magistrados do Império Colonial Português em (https://pt.wikipedia.org/wiki/Ouvidor)

28 TEIXEIRA, André, *A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde, nos séculos XV a XVIII*, 2004. p. 176

29 GOMES, Lourenço, *Ribeira Brava - A Urbe: História e crítica das suas obras de arte*, 2014, p. 11

30 PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021. p. 90

31 Ibidem p. 91

32 Ibidem



12. Alinhamento de edifícios e alargamento da rua em Ribeira Brava, sem data

Após a tempestade, foi discutido um novo código de posturas que reunia novas regras urbanísticas a implantar na vila[33]. A destruição de algumas casas fez com que a câmara avaliasse, como referido acima, as condições para a reconstrução das mesmas. Os critérios que levaram em conta para essas avaliações dependiam da localização da casa, tendo em consideração o limitado espaço que a vila dispunha. Por este motivo, muitas negociações foram feitas sendo que ao invés da reconstrução do edificado, fossem oferecidos novos terrenos, na periferia da vila ou mesmo numa potencial urbe vizinha - Caleijão[34]. Outro entrave seria o objetivo que a Câmara tinha para o terreno pertencente à casa em avaliação, pelo seu potencial, em termos de localização, para futuras construções de edifícios públicos. A segurança também era um dos critérios, sendo que determinadas localizações não reuniam condições para reconstrução de casas por se situarem no perímetro da ribeira ou em encostas por consolidar.

Em março de 1875 a câmara submeteu a aprovação do governo da província novas alterações no código de posturas de São Nicolau, sendo que o novo código obrigava os donos dos terrenos a efetivarem a operação de construção no prazo de um ano. Os proprietários também eram obrigados a murar a propriedade com um muro de 2,2 metros enquanto não fosse edificado.[35]

Estas alterações permitiram o ajuste do alinhamento dos edifícios, alargamento ou "endireitamento" das ruas, um acerto na geometria das praças, da simetria e da construção de uma volumetria harmónica. Estes aspetos permitem perceber que o principal elemento do "planeamento" da vila é o lote ou o quarteirão, tornando-se a rua consequência das implantações.

Estas mudanças aconteceram com o objetivo de dar uma nova imagem à vila que não era compatível com a ruralidade que ela detinha, mas que fazia parte da sua condição de vila do interior, diferente do universalismo que um porto normalmente confere às urbes. A sociedade das ilhas surge marcadamente rural, diz José Manuel Fernandes[36]. Esta ruralidade condiciona a um tipo de povoamento, "uma introversão na sua implantação espacial"[37] o que condiz com a realidade em Ribeira Brava.

O estatuto de vila trouxe visibilidade para a ilha o que impulsionou o seu desenvolvimento, principalmente em Ribeira Brava, atraindo o Bispado sendo que em 1786, São Nicolau tornou-se Sede do Bispado de Cabo Verde.

33 PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021. p. 91

34 Esta nova urbe tinha sido cogitada por António Pusich, antigo governador de Cabo Verde, como novo centro principal do arquipélago, sugerindo o abandono também administrativo da então capital Ribeira Grande de Santiago pela sua falta de condições para uma vida "salubre". Esta discussão encontra-se desenvolvida num capítulo dedicado a António Pusich em Ibidem

35 Ibidem

36 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 76

37 Ibidem



13. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data

1.2. Estabelecimento da igreja na ilha

A igreja católica

O patriarcado católico teve um papel crucial para o desenvolvimento da ilha, tornando-se indissociável o seu percurso e a sua influência da evolução da Vila de Ribeira Brava e 'quiçá da ilha toda'. Depois de várias tentativas de fixação da igreja no território só a partir da segunda metade do século XVIII assegurou grandes transformações. O clero foi pioneiro na descentralização da ocupação no arquipélago, tendo em conta que a condição geográfica do território causava uma descontinuidade óbvia e um desequilíbrio no desenvolvimento das diferentes ilhas. Como consequência, medidas tiveram de ser adotadas para que a idiossincrasia da religião cristã abrangesse todo o arquipélago.

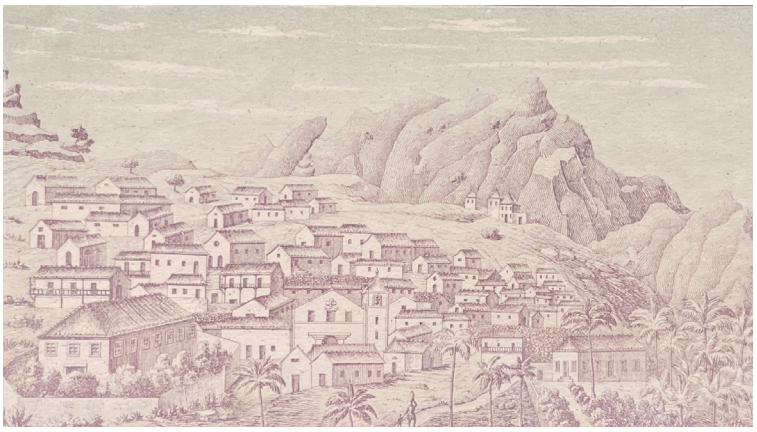
As ilhas de Barlavento, por não disporem de uma igreja até à data de 1595 deveriam receber anualmente um "visitador" (padre) para cumprir com os encargos religiosos. Mesmo assim muitos falhavam, ou seja, neste período não existiam meios para qualquer tipo de celebração religiosa cristã. O não cumprimento das prometidas visitas anuais era causado pelas escassas condições existentes na ilha para albergar cerimónias, pelo sustento e pela segurança dos respetivos párocos, visto que o arquipélago ainda estava sob ameaças de ataques piratas. Para além disso, a ilha de São Nicolau com pouca ou nenhuma defesa militar fez com que não cogitassem a possibilidade de permanência, deixando assim, as populações das ilhas do Norte num quase abandono.

No ano de 1677[38] foram enviados os primeiros clérigos para residirem na ilha sendo que até então, continuava sem acompanhamento religioso. D. Frei António de São Dionísio (Marecos, cerca de 1616 – Ribeira Grande, 13 de setembro de 1684), o bispo de Cabo Verde neste período, mostrou o seu descontentamento pelo estado de abandono das ilhas de Barlavento e tomou a iniciativa a partir de uma carta enviada à corte de juntar jovens dessas diferentes ilhas e lhes "ensinar gramática com os mais nesta casa… para com eles remediar aquelas ilhas que não serão bem servidas enquanto não houver clérigos naturais delas…"[39].

Apesar da vontade do Bispo de destacar a presença da igreja nas ilhas do Norte, o apoio do reino era escasso. As várias tentativas de permanência dos párocos na ilha não resultaram pelo fraco desempenho económico juntamente com impedimentos por parte dos órgãos administrativos responsáveis que não facilitavam o transporte dos visitadores a esses locais e estes sobreviverem à custa de esmolas do povo ou mesmo do Bispo.

O sucessor de D. Frei António de São Dionísio, o Bispo D. Frei Vitoriano Portuense (Porto, 1650 - Ribeira Grande de Santiago, 21 de janeiro de 1705) insistiu e conseguiu com que o concelho ultramarino providenciasse ajudas de custo para os visitadores. Nos 50 anos seguintes, a evolução da igreja na ilha ficou aquém das expetativas.

38 FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 157
39 Ibidem





14. Antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, início do século XIX
15. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, sem data

Em 1755, D. Frei Pedro Jacinto Valente (?-1774) era bispo de Cabo Verde e era conhecido como o controverso, por ter promovido um certo desequilíbrio no meio eclesiástico transformando de forma radical a Diocese. Uma das "polémicas" que levantou foi o facto de se ter recusado a residir na capital na altura (Ribeira Grande) declarando a falta de salubridade, residindo assim em Santo Antão, ilha que definiu como mais segura e onde os seus serviços eram mais urgentes.

Entre 1754 e 1755 passou por São Nicolau e efetuou muitas melhorias na ilha. O Bispo D. Jacinto Valente ergueu uma freguesia nova na zona das Queimadas que detinha um considerável número de moradores[40], inaugurando uma igreja no nome de Nossa Senhora da Lapa. Tratou também de iniciar a reconstrução da igreja da Nossa Senhora Do Rosário na Vila de Ribeira Brava que até então, era uma igreja coberta de palha, a primeira na ilha de São Nicolau não sabendo a data exata da sua construção:

> *"Diz o Bispo de Cabo Verde D. Frei Pedro Jacinto Valente, que residindo o suplicante naquelas ilhas há onze para doze anos, tem gasto quase toda a sua côngrua… em reparar as Igrejas do seu Bispado, a maior parte delas indignas, por serem cobertas de palha… cobrindo-a de telha, fazendo-lhe altares e pondo-lhes imagens, do mesmo modo a Igreja Matriz de S. Nicolau…".*[41]

Apesar de viver na ilha de Santo Antão, o bispo fez muitas melhorias em São Nicolau e garantiu a subsistência do pároco residente "obrigando cada casal a dar ao pároco 100 réis ou um alqueire de milho por ano".[42] Infelizmente com a temporada de seca que assolava o arquipélago, as famílias não conseguiram cumprir com o acordo fazendo com que a permanência do pároco ficasse incerta. O bispo veio a falecer nos anos da fome de 1773 a 1775.

O Bispo D. Frei Francisco de São Simão (?-1783), sucessor de D. Frei Jacinto Valente na sua chegada a Cabo Verde visita primeiro a ilha de São Nicolau e relata por um documento as carências da assistência religiosa persistentes em São Nicolau.

Em 1784 a situação que se encontrava em São Nicolau era esta: dispunha de duas freguesias, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora da Lapa. A ilha ainda se encontrava em recuperação pós seca e fome, portanto bastante debilitada. A igreja de Nossa Senhora do Rosário foi mantida até então pela coroa, mas a de Nossa Senhora da Lapa sobreviveu através de esmolas dos habitantes.

Em 1786 o Bispo D. Frei Christóvão de São Boaventura (?-29 de abril de 1798) transforma São Nicolau na Sede da Diocese de Cabo Verde iniciando um movimento de dinamização da ilha até meados do séc. XX tornando-a como um dos principais polos culturais do arquipélago. Este facto descentraliza os poderes eclesiásticos criando uma clara separação com o poder administrativo cuja sede era em Ribeira Grande de Santiago.

---

40 FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 157
41 Ibidem p. 162
42 Ibidem





16. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fachada principal, dezembro de 2021
17. Igreja de Nossa Senhora o Rosário, interior, dezembro de 2021

A sua praticidade e a sua visão para o progresso da ilha que escolheu residir contribuiu e muito para a evolução da ilha em geral. Numa carta para o reino, o bispo afirma haver apenas uma igreja em São Nicolau (acredita-se que não tenha sido dada a importância à igreja da Nossa Senhora da Lapa devido ao seu processo de ruína por conta dos anos de crise) e que era indispensável fortalecer a implantação da igreja na ilha com a criação de novos espaços de culto.

Após a sua morte, D. Frei Christóvão de S. Boaventura foi sepultado junto ao paço[43], na antiga Igreja de Nossa Sr.ª do Rosário, já em ruínas na época.

O seu sucessor, D. Frei Silvestre de Maria Santíssima (Minde, 24 de abril de 1745 - Ilha de São Nicolau, 22 de novembro de 1813) chega na ilha em 1803, encontra a igreja num estado de ruínas e decide a sua mudança para outro local e nessa transição não se fez a transladação do túmulo do seu antecessor, que só veio a ser descoberto em 1942 com a construção da escola central, hoje, biblioteca municipal. Apesar deste pequeno lapso, foi-lhe cedido oficialmente o espólio de D. Frei Pedro Jacinto Valente[44], mas mesmo assim não se efetivou o que fez com que a construção da nova igreja fosse arcada pelo próprio prelado e por esmolas da população:

> *"os bispos são obrigados a residirem em S. Nicolau para conservarem a vida como aconteceu ao seu antecessor e a encherem o seu ministério sem terem a egreja e ministros… novamente insistia e suplicava para que effetivamente se transferisse a catedral da ilha de S. Thiago para a de S. Nicolau.".*[45]

No dia 22 de novembro de 1813, D. Frei Silvestre de Maria Santíssima é sepultado na capela da Igreja que mandou construir, e com a sua morte houve uma tentativa de transportar os seus pertences para Ribeira Grande de Santiago com o intuito da mudança da sede do bispado novamente para a capital.

Numa substituição provisória, o padre residente na ilha assumiu as responsabilidades do bispo falecido, mas, a mando do Cabido que ainda se fixava em Ribeira Grande foi enviado um outro padre, Manuel António de Figueiredo para fazer essa mudança. Este foi para São Nicolau e encontrou nas ruínas da igreja primitiva num estado de insalubridade pois, neste realizavam enterramentos de forma pouco cuidada permitindo o acesso de animais. O padre mandou cercar esse espaço oficializando-o como um cemitério. Este padre, também, mandou demolir o paço episcopal construído na época de D. Frei Christóvão de Boaventura que se encontrava em mau estado.[46]

Com isto entra-se numa nova fase da ilha de São Nicolau que foi a oficialização do Seminário-Liceu em 1866.

---

43 Não existem dados que confirmem a localização exata do paço, mas é mencionada numa carta escrita pelo Bispo D. Frei Christóvão de Boaventura e mencionado pelo padre Manuel António de Figueiredo quando ordena a demolição do paço, em FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996.

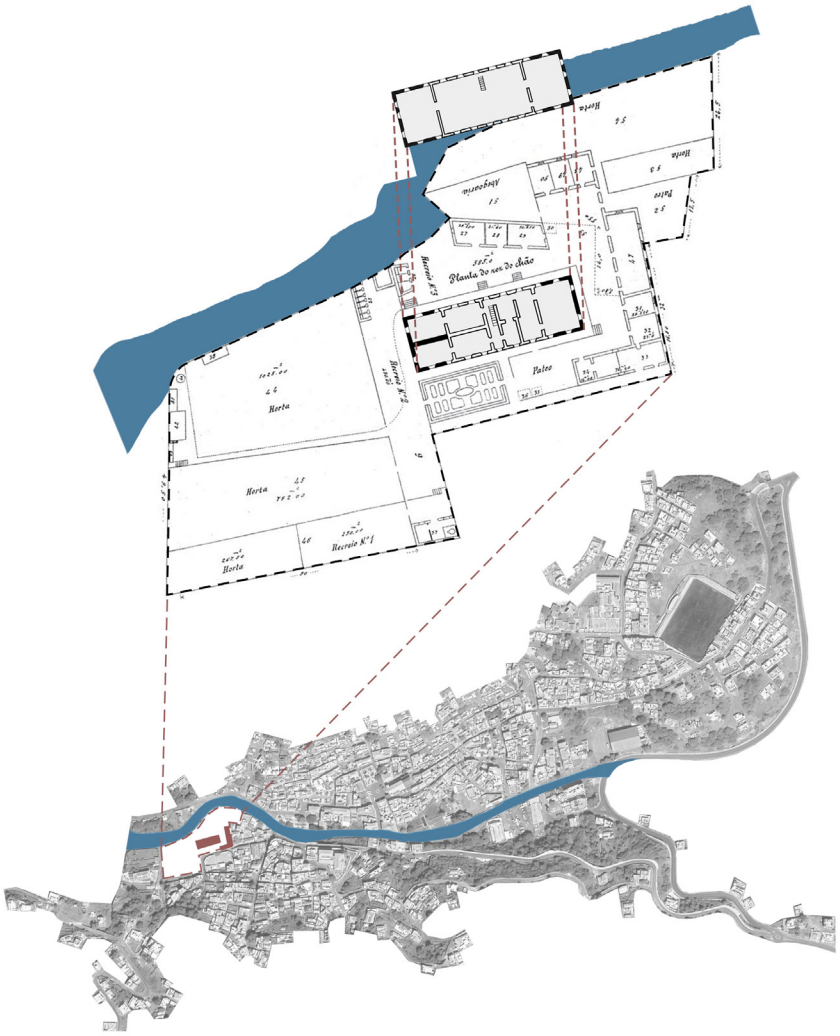
44 O espólio de D. Frei Jacinto Valente esteve durante muitos anos sob a tutela da administração de Cabo Verde. Os bispos tentaram por vários meios e durante anos que entregassem o espólio para fins eclesiásticos que seria o destino inicial, mas não tiveram sucesso.

45 FILHO, João L., *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 166

46 Ibidem p. 168







18. Antigo Seminário-Liceu, sem data
19. Edifício do antigo Seminário-Liceu, junho de 2023
20. Reconstrução da planta do edifício original a partir da proposta de ampliação para o Seminário-Liceu.

A criação do Seminário-Liceu em Cabo Verde surgiu da necessidade de preparar sacerdotes para servirem em Cabo Verde e outras colónias. A proposta do seminário levou muitos anos até se concretizar, sendo oficializada no ano de 1866. Faria sentido estabelecer o seminário na sede do bispado de Cabo Verde e Guiné, que encontrava-se na ilha de São Nicolau, mas esta questão foi motivo de muita discórdia pois, da parte da administração havia uma insistência para que a sua localização fosse na capital. Conseguiu-se desconstruir a ideia do seminário na capital e no dia 3 de setembro de 1866, foi promulgada a Lei de Criação do Seminário-Liceu de São Nicolau de Cabo Verde que divide o curso em duas patentes: estudos preparatórios e estudos eclesiásticos, que só iniciou o seu funcionamento em dezembro do mesmo ano.[47]

O edifício que albergou o Seminário[48] foi cedido pelo doutor Júlio José Dias[49] (1805-1873), um dos primeiros médicos em Cabo Verde, segundo a sua vontade de dinamizar a prática letiva na ilha. Assim, despediu-se da casa que o viu nascer e crescer para viver num povoado a cinco ou seis quilómetros de Ribeira Brava, o Cachaço.[50]

O Seminário-Liceu marcou a história de Cabo Verde e impulsionou a educação, sendo que esta passou a ser uma das maiores preocupações do cabo-verdiano. Grandes nomes da história da literatura cabo-verdiana formaram-se neste estabelecimento tais como Baltasar Lopes da Silva.

O seu funcionamento perdurou até 13 de junho de 1917, data que saiu o Decreto nº701, pós implantação da República em Portugal com a intenção de desvincular a igreja da educação. O objetivo era manter o Liceu no mesmo estabelecimento, mas este fechou as portas em São Nicolau e abriu-se um novo Liceu na ilha de São Vicente que prometia prosperar. Houve tentativas de abertura do Seminário em São Nicolau, todavia em contexto de campo de concentração para aqueles que revoltassem contra o regime de Salazar. Em 1931 foi extinto qualquer tipo de atividade no edifício.[51]

---

47 NEVES, Baltazar, *O Seminário-Liceu de São Nicolau: Contributo para a história do ensino de Cabo Verde,* 2008, p. 120

48 Existe uma descrição detalhada das intervenções arquitetónicas do edifício *in* Ibidem p. 121

49 O Dr. Júlio foi o primeiro médico nascido e criado em São Nicolau, que deixou um legado de gestos que beneficiaram a ilha de São Nicolau. Este trecho foi escrito pelo Sr. Gualberto Do Rosário que refere que "em boa verdade, o único sanicolauense que teima em desafiar a falta de memória do tempo é o Dr. Júlio. Mesmo os que, não sendo da Ilha, a ela passaram a pertencer, graças aos seus feitos, desaparecem completamente… São estas as regras, confirmadas pela presença perpétua do Dr. Júlio. Ainda trazendo a sua bata branca, o Dr. Júlio observa e protege São Nicolau de todos os males. Todos os dias à meia-noite, a sua alma desencarna do busto adormecido no centro do Terreiro e ruma em direção ao Cachaço. Bebe uma caneca de água fresca do pote escondido há mais de um século nas ruínas da sua antiga residência. Dessa água fresca e benta recolhida da copa de uma frondosa e enigmática bela-sombra. Depois, dirige-se ao Monte Cintinha. Com um sinal transmitido pelo indicador da mão direita e uma palavra-chave, só acessível a gente encantada, abre as portas disfarçadamente embutidas na rocha do monte e entra pela enorme e bela catedral para assistir à missa dos sábios (dbox d'rotxa). A seguir sobe os 1500 degraus da escada interior, em caracol, que conduz ao cimo do monte. E instala-se no seu consultório. Diagnostica os males de todos dos cantos e recantos da ilha e deixa um remédio santo a cada um. Por isso, em São Nicolau a vida continua calma, serena e tranquila. Todos gozam de boa saúde. A longevidade é grande. O tempo corre devagar sem história." *in* DO ROSÁRIO, Gualberto, *Hora Minguada*, 2002 pp. 15,16

50 Esta informação foi validada pelo Sr. Toi Alves, não só pelo conhecimento passado de geração em geração, mas também pela relação de parentesco que tem com o Dr. Júlio através da sua esposa, Dona Beatriz que é bisneta do Dr. Júlio.

51 NEVES, Baltazar, *O Seminário-Liceu de São Nicolau: Contributo para a história do ensino de Cabo Verde,* 2008, p. 27



21.Processo de descaracterização, Vila de Ribeira Brava, junho de 2023

1.3. Da evolução à descaracterização

> *"A delapidação do espaço, que poderemos classificar de pecado contra o espaço, constitui, porventura, uma das maiores ofensas que o homem pode fazer tanto à natureza como a si próprio e da existência desta possibilidade de ação negativa, em contraste com a possibilidade de uma ação positiva, resulta o drama do homem organizador do espaço, drama que constitui garantia de que esta é uma das mais altas funções que o homem pode atribuir-se"*[52].

A implantação da Sede da Diocese de Cabo Verde desencadeou na vila de Ribeira Brava um período de intenso desenvolvimento, que superou os 100 anos. Depois deste período, com a mudança novamente para a capital de Cabo Verde, agora cidade da Praia e com a valorização da ilha de São Vicente pela instalação do porto e o seu rápido desenvolvimento, São Nicolau foi perdendo o ritmo de crescimento que havia adquirido.

O último acontecimento que ditou certamente o fim de uma "era" da sua relevância para Cabo Verde foi o encerramento do Seminário Liceu, anteriormente referido, em 1917. A partir desse ponto, qualquer habitante que quisesse continuar os seus estudos liceais teria de se transferir para outra ilha (São Vicente ou Santiago), facto que perdurou até depois da independência de Cabo Verde em 1975: "Repara que o Seminário era uma escola secundária laica, mas uma instituição de educação superior, para quem pretendesse ser padre. Como iam jovens de todas as ilhas e até da Guiné e Angola, bem como de Portugal, isso tinha um impacto social, económico e cultural enorme, para a ilha." [53] Com estas perdas, a ilha viu-se sem infraestruturas dinamizadoras, estagnando o seu desenvolvimento.

Como agravante, nos tempos atuais, a ilha sofre com as consequências dos problemas nacionais relacionados ao transporte entre ilhas, quer marítimos quer aéreos. A pouca oferta condiciona os deslocamentos de e para São Nicolau forçando os habitantes a um isolamento face às outras ilhas. Convém salientar que este é um problema nacional que infelizmente surte um maior efeito nas ilhas que não desempenham um papel economicamente protagonista para o país.

Posto isto, o arrefecimento económico em São Nicolau, durante o século XX, foi um dos fatores que estagnou o seu desenvolvimento urbano e contribuiu para que atualmente, Ribeira Brava seja uma das cidades – *vilas* – de Cabo Verde com uma imagem colonial mais presente.[54]

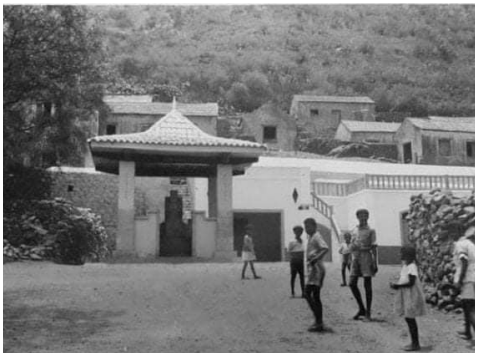
---

52 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 27

53 Testemunho de Amílcar Spencer Lopes, antigo presidente da Câmara de Ribeira Brava e um dos atuais donos de um dos casos de estudo - *Casa d'Tia Concha.*

54 A esta lista se junta Ribeira Grande da ilha de Santo Antão, São Filipe na ilha do Fogo e Vila Nova de Sintra na ilha da Brava. Também Plateau na cidade da Praia na ilha de Santiago e Mindelo na ilha de São Vicente, embora estes dois últimos correspondem a urbanizações com uma grande transformação e evolução o que torna esta característica difusa na imagem destas cidades.









22. Mercado no centro da Vila de Ribeira Brava, sem data
23. Chafariz no centro da Vila de Ribeira Brava, sem data
24. Apanha de água em Vila de Ribeira Brava, sem data
25. Carnaval em Ribeira Brava, sem data

1.3.1. A identidade cultural

A preocupação com as vilas e cidades de Cabo Verde assenta na "delapidação do espaço". O questionamento de até que ponto podemos intervir e transformar o «património», sendo que este conceito se encontra em constante evolução:

> *"mais do que um conjunto de bens materiais e imateriais o património é um dispositivo social e um discurso organizador da memória de um grupo num determinado contexto histórico e social."*[55]

Neste sentido, a partir da memória e da vivência da população pode-se expor uma ideia da identidade cultural de Ribeira Brava. As experiências da população variaram e variam até hoje de acordo com as condicionantes sociais e económicas de cada família. Num ambiente anterior à independência, existiam dois grupos sociais distintos na ilha, o grupo cujas famílias viviam em casas mais elementares, maioritariamente fora da vila principal ou na periferia, e outro grupo cujas casas refletiam a sua influência económica e social, os sobrados, concentrados na zona central da vila ou nas ruas principais. Estas vivências que vão desde uma infância ligada à rua em relação ao primeiro grupo e outra ligada à casa, em relação ao segundo grupo, demostram uma essência da vila que se encontra em metamorfose. Tendo em conta os objetos de estudo desta dissertação a relação com a casa do segundo grupo será a mais desenvolvida.

Do ponto de vista de duas irmãs, Nídia e Eunice Spencer[56], existiu sempre uma forte ligação com a casa pelo facto de terem tido uma infância muito "caseira". Raramente eram-lhes permitidas brincadeiras na rua sendo a casa o lugar para tais vivências. Descrevem cada espaço de acordo com a sua ligação memorial e a forma como estes espaços influenciaram o "viver a casa". Referente aos sobrados e à diferenciação entre o espaço nobre e o espaço de serviço, o espaço menos utilizado seria a sala, quase imaculada reservada sempre para visitas esporádicas de pessoas que não fossem "de casa". O espaço mais utilizado seria um "espaço intermédio" que servia de sala de estar, de visitas (familiares), de estudo e de brincadeira.

Pode-se dizer que a parte "nobre" da casa que envolvia a sala, os quartos, a sala de jantar, era onde existia a conexão com a realidade urbana da vila:

> *"As coisas que se destacavam para mim na casa eram, por exemplo, na hora da refeição, a sala de jantar e aquele cuidado que o vô Marinho tinha em relação a lavar as mãos, não podíamos colocar as mãos nas maçanetas das portas ou nas cadeiras. Nos momentos de refeição tínhamos de nos sentar todos juntos, no almoço e jantar principalmente…"*[57]

55 DOMINGUES, Álvaro, in Revista Património Nº2 : Património Desamparados, 2014. p. 8

56 Atuais donas de um dos casos de estudo – *Casa d'Vó Meia*

57 Testemunho de Eunice Spencer, uma das atuais donas da *Casa d'Vó Meia*



26. Procissão de São Nicolau em Ribeira Brava, 5 de dezembro de 2021

Em relação à zona de serviço, a cozinha e o quintal, a conexão com a característica rural da vila se encontrava mais presente de modo que para além da casa dispor de um anexo para albergar animais, havia a parte dos recebimentos das hortas: milho[58], feijão, entre outros. O milho teria de se passar por todo um processo para obtenção das suas várias formas para uso nas refeições: inteiro, verde, seco, em grão, em farinha. Este processo era feito no quintal e, muitas vezes, implicava a reunião de pessoas para ajudar nas tarefas relacionadas ao tratamento desses alimentos. Estes hábitos e costumes marcaram a infância de muita gente, de modo que as memórias ficaram gravadas em cada espaço da casa.

Tal como estes hábitos e costumes, a casa também servia de "decoração" da própria rua em tempos de festa. Neste caso, a matriarca mandava limpar, encerar e preparar a casa para o recebimento das festas populares, expondo na janela da fachada principal os seus melhores panos para a passagem da procissão.

Alguns destes hábitos e vivências da casa se perderam com as transformações socioculturais que ocorreram no tempo e que também são reflexo da ressignificação dos espaços da casa, até porque,

> *"sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a mulher, o homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades, são, pois, identificações em curso.".*[59]

Sendo assim, os espaços construídos são influenciados pela cultura de modo que, segundo Pallasmaa, os arquitetos muitas vezes parecem incapazes de aludir aos aspetos mais subtis, emocionais e imprecisos do lugar.[60]

> *"Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis. Não somos apenas observadores deste espectáculo, mas sim uma parte activa dele, participando com os outros num mesmo palco. Na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas sim bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos e a imagem é o composto resultante de todos eles."*[61]

58 Durante muitos anos o milho foi o alimento que se encontrava na base de subsistência de Cabo Verde, que hoje se traduz nos seus pratos típicos.
59 PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, *Patrimónios e Identidades: Ficções contemporâneas*, 2006. p. 2
60 PALLASMAA, Juhani, *Habitar*, 2016. p. 14
61 LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, 1960. p. 12





27. “Imagem da cidade”, sem data
28. “Imagem da cidade” , dezembro, 2021

1.3.2. A identidade arquitetónica

No geral estas transformações são marcadas pela permuta de edificados (tradicionais) que durante séculos marcaram a imagem da vila, desde tipologias dominantes de caráter mais simples a tipologias mais elaboradas restritas às áreas principais de Ribeira Brava, por edifícios cuja forma arquitetónica baseia-se na suposta arquitetura contemporânea. Com isso, cria-se espaço para o surgimento de uma "arquitetura esquizoide da cidade contemporânea"[62] que atualmente, tornou-se numa arquitetura corrente, desconexa da paisagem do vale, criando um conflito de escalas dentro da natureza do espaço.

> *"O espaço é um dos maiores dons com que a natureza dotou os homens e que, por isso, eles têm o dever, na ordem moral, de organizar com harmonia, não esquecendo que, mesmo na ordem prática, ele não pode ser delapidado, até porque o espaço que ao homem é dado organizar tem os seus limites físicos, facto pouco sensível, por exemplo, na escala do objeto, mas já extraordinariamente sensível na escala da cidade ou região.".*[63]

Diante desta citação é possível dizer que a "substituição" destes edifícios característicos, resulta na perda da escala da vila. Existe um crescimento percetível em Ribeira Brava com a construção de novas edificações em terrenos nunca edificados que não pertencem à escala urbana, situações estas que se encontram no centro histórico aumentando a densidade do existente que, mais uma vez, contrastam negativamente.

O professor Francisco Barata defende que se deve ter uma leitura da arquitetura a partir de uma ideia da matriz tipológica destacando a diferenciação ente *tipo, tipologia* e *modelo*: sendo *tipo* – definido como uma estrutura conceptual num determinado conjunto de obras que se selecionaram com um objetivo específico; *tipologia* - o estudo, o processo que permite identificar, descrever e relacionar artefactos, objetos, obras agrupáveis segundo determinado tipo e *modelo* - um objeto acabado, uma obra que se pode repetir [64].

Aplicando esta leitura em Ribeira Brava, devemos ter em conta uma análise tipo-morfológica da vila no seu todo, a partir da qual consegue-se o levantamento e posterior aplicação ou adaptação de elementos característicos dos modelos existentes e os elementos que variam "sem tornar irreconhecível o tipo inicial"[65]. Assim, esta análise de tipologias permite o desenho de um fio condutor de elementos arquitetónicos principais presentes no tipo, com o intuito de preservar a essência do lugar encontrando a sua matriz.

---

62 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999. p. 301

63 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 27

64 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999. p. 35

65 Ibidem p. 323







29. Edifício no terreiro de Ribeira Brava, maio de 2023
30. Edifício no centro de Ribeira Brava, dezembro de 2021
31. Edifício no centro de Ribeira Brava, dezembro de 2021

As casas em Ribeira Brava tradicionalmente são de um único piso e/ou de dois pisos e meio, com paredes feitas a partir de pequenas pedras basálticas organizadas de forma semelhante ao *opus incertum* dos romanos e finalizadas com cal. A maioria destas casas possuem cobertura de quatro águas em telha cerâmica com armação de madeira. A quantidade de pisos e cércea do edificado constitui uma condição para construção na vila presente no Plano Diretor Municipal[66] (PDM)[67].

Em contraponto, a construção generalizada atual na vila parte de uma cultura universal de construção e da utilização de materiais industrializados, em especial o betão e o bloco de cimento. A substituição dos materiais tradicionais dos edifícios de cariz senhorial [pedra vulcânica (basalto), barro, cal, madeira, telha cerâmica] por materiais modernos e industrializados não determina a alteração da forma, porém, condiciona o processo construtivo e sugere uma estética diferente daquela experienciada nas construções antigas.

> *"...até à industrialização dos processos construtivos, mantinha-se uma relação de harmonia com o edificado existente, ..., os edifícios antigos eram sempre reutilizados ou os seus materiais reciclados , num processo natural de desenvolvimento e transformação da cidade. ..."*[68]

Isto posto, devido ao afastamento dos processos ancestrais de construção, verifica-se que a Vila de Ribeira Brava sofre atualmente com uma perda paulatina da sua identidade arquitetónica devido ao afastamento das formas tradicionais, em parte incentivada pelo avanço tecnológico. Essa substituição não é exclusiva da vila, os processos construtivos estão em constante mutação bem como os materiais que são utilizados; a perpetuação dos materiais de construção autóctones sobrevive quando a sua utilização se justifica face aos novos materiais, facto que não ocorreu em Ribeira Brava ou mesmo em Cabo Verde.

---

66 De acordo com o artigo 40º da Portaria n.º8/2013 de 4 de Fevereiro onde foi ratificado o Plano Diretor Municipal (PDM) de Ribeira Brava "As atividades de construção, reconstrução, ampliação e substituição de edifícios neste aglomerado estão sujeitas às seguintes regras: a) A construção, reconstrução, ampliação e substituição de edifícios deve ser realizada seguindo sempre os alinhamentos definidos pelas construções pré-existentes; b) A altura máxima da edificação permitida neste espaço é determinada pela média da altura das fachadas da frente edificada do lado do arruamento onde se integra o novo edifício, com um máximo de (3) três pisos (r/c+2); c) O valor da altura máxima da edificação e o número máximo de pisos definidos na alínea anterior puderam ser alterados no âmbito do Plano de Salvaguarda do Património do Centro Histórico da Cidade de Ribeira Brava, cumprindo as formalidades impostas pela legislação aplicável;…"

67 Porém na maioria dos casos em que houve uma certa preocupação a regulamentação existente, dependeu-se da sensibilidade dos donos para que os edifícios se mantivessem com a mesma linguagem. Para além disso, percebe-se que existe uma grande influência económica e política nas decisões que são tomadas e este manifesta-se negativamente na imagem da vila, beneficiando unicamente o indivíduo interessado.

68 TEIXEIRA, Joaquim, *Salvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica: metodologia de intervenção no sistema construtivo da casa burguesa do Porto*, 2013. p.25







32. “O antigo e o novo”, maio de 2023
33. “O antigo e o novo”, dezembro de 2021
34. “O antigo e o novo”, junho de 2023

"A cultura urbana contemporânea é permissiva e tem preferido usar o argumento da liberdade criadora e o da justificação técnico-económica, como álibi do debate sério de arquitetura. Assim se tem aberto caminho para que, na cidade, cada lote, mesmo o de série, aquele que foi planeado como elemento anónimo e de conjunto, seja assumido pelo arquiteto, cliente e município como oportunidade única de se manifestar, 'criativamente', uma exceção."[69]

Essas construções que se manifestam "criativamente" têm se tornado cada vez mais recorrente, logo, essa "liberdade" autoimposta rompe com a imagem do lugar. Assim Francisco Barata também diz "que uma cidade perde identidade a cada vez que quem nela constrói *arquitetura corrente* não entende as características do seu conjunto edificado, nem está apto a realizar uma análise tipo-morfológica da área onde é chamado a intervir."[70]

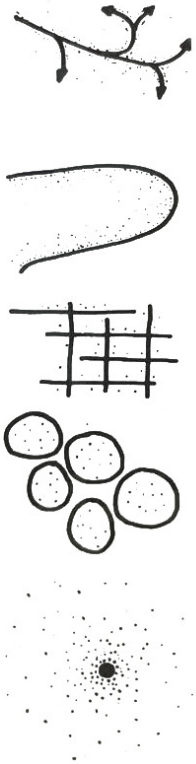
Com isto, a pretensão de valorizar o caráter e a memória da vila de Ribeira Brava parte desta despreocupação com um desequilíbrio entre a criação do novo e a preservação do antigo. O ato de construir "banalidades" é o responsável pela desconstrução do vínculo entre o edificado, a vila e a memória

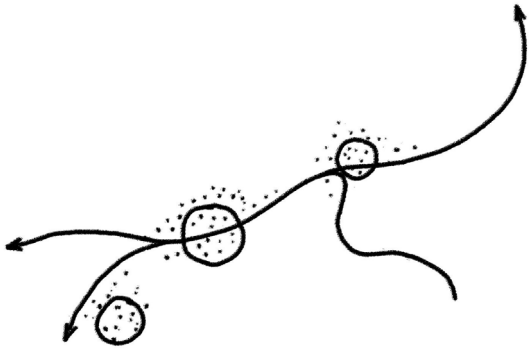
"…Não é necessário destruir para transformar. ... , é necessário e indispensável não destruir a cidade... Na cidade que temos, de forma insensível, …, mas continuamente e em processo de aceleração, o ambiente com o qual nos identificamos é destruído como se fosse essa a condição de o transformar. A transformação da cidade é fenómeno natural e prova de vitalidade se de acordo com as suas necessidades, ou seja, com as necessidades coletivas do cidadão. ... Pouco adianta a conservação … de alguns monumentos abstratamente isolados do contexto que os justifica."[71]

69 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999. p. 301

70 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999., p. 60

71 SIZA, Álvaro, 'A cidade que temos' in *01 Textos* 2009. p. 19





35. *A imagem mutável* de cidades, Kevin Lynch.
36. A *imagem* de Ribeira Brava.

2. A cidade

2.1. A herança continental nas ilhas afortunadas

Partindo do geral para o particular, para perceber a cidade cabo-verdiana, cidade no "sentido de espaço urbano sem preocupação de distinguir a vila ou a povoação do centro administrativamente considerado cidade"[72], é preciso entender os antecedentes do urbanismo e arquiteturas portuguesas (no continente) para justificação da evolução das formas de ocupação do território e das escolhas arquitetónicas nas antigas colónias (as ilhas).

A forma da cidade é um acontecimento complexo e dinâmico. De acordo com Francisco Barata para perceber a construção da ideia desta forma deve-se ter em conta três parâmetros: o relevo, o espaço público e o conjunto edificado. Com estes três pontos de análise, chegou-se a um entendimento de que na cidade, "qualquer que seja a sua dimensão, natureza, ou época histórica, domina o tema da habitação…"[73] de modo que é realçado a importância da habitação na caracterização da forma da cidade. Ao mesmo tempo, Kevin Lynch, define a cidade como um fenómeno espacial[74] em que a sua forma corresponde à imagem urbana constituída por cinco elementos: vias, limites, bairros, cruzamentos ou pontos nodais e elementos marcantes[75]. Assim como, para além deste fator físico, defende que existem outros influenciadores da imagem da cidade entre o seu significado social, a sua função ou a sua história.[76]

Após um parêntesis sobre a forma da cidade, pode-se dizer que definir um modelo único de cidade portuguesa seria ignorar as várias transformações que o território sofreu ao longo de séculos, mas existe um padrão (adaptável) de espaço urbano, uma distribuição orgânica com períodos e metodologias diferentes. A forma, que pode ser o espaço[77], resultante das diferentes ocupações no território português, difere por conta do pensamento e do objetivo de cada época, contudo, relaciona-se pelas marcas que permanecem no tempo[78], o que permite entender a sua evolução.

72 FERNANDES José M., *Arquitetura Portuguesa, uma síntese*, 2006. p. 13

73 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999. pp. 59, 60

74 LYNCH, Kevin, *A Boa Forma da Cidade*, 2018.

75 Idem, *A imagem da cidade*, 1960.

76 Ibidem

77 "Os volumes, as superfícies e as linhas constituem, tanto como os pontos, acontecimentos de organização do espaço, aos quais se dá o nome geral de formas. As formas organizam o espaço. Generalizando, aquilo que chamamos espaço é também forma." *in* TÁVORA,Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 12

78 Segundo Fernando Távora, o tempo em arquitetura pode ser considerado como uma quarta dimensão pertencente à organização do espaço porque um edifício acabado não é um edifício estático. Ibidem.

Na tentativa de extrair uma matriz de organização espacial portuguesa que reúne características transportadas para as ilhas iniciou-se uma busca pelas fases históricas da arquitetura no território continental. Estas particularidades surgem juntamente com a cultura castreja[79], na sequência da diversidade de povos, culturas e formas anteriormente possíveis. Estes povoados marcaram pela preferência por sítios de altitude média numa dualidade de controle de cursos de água e de zonas próprias para a sua subsistência. Pode-se dizer que não existiu uma preocupação pelo ordenamento do território e entende-se uma organização social essencialmente familiar sem pretensões de hierarquização.

Com a romanização estes dois aspetos – o ordenamento do território e a hierarquização social – surgem e desenvolvem-se. A civilização romana detinha uma consciência de organização e formulação de regras para o melhor funcionamento das urbanizações. No seguimento desse movimento agregou-se um novo conceito de espaço, o fórum, como espaço de reunião e abrigo de atividades principais, juntamente com os padrões dos quarteirões que definem um ritmo distributivo[80].

Na perceção de Kenneth Frampton uma das formas do choque cultural é através do domínio de uma sobre a outra. Desta forma nenhuma permanece a mesma depois do contato com outras realidades sendo que existe uma assimilação da cultura dominada dentro da cultura dominadora[81].

Posto isto, a distorção da retícula presente na urbanização portuguesa perpetuou-se a partir da romanização da cultura castreja juntamente com a introdução de infraestruturas que permitiram o "entendimento da diversidade como complementaridade"[82].

A cristianização trouxe um caráter defensivo como contributo para o modelo português utilizado nos arquipélagos. Esta característica surge através da elevação de muralhas limitando os núcleos urbanos existentes e provocando intervenções no espaço urbano sem o ordenamento territorial anteriormente realçado. O surgimento de um novo conceito de monumentalidade é anexado nesta fase devido à emergência de novos programas (edifícios religiosos). Em contrapartida os grandes edifícios ou espaços ligados à arte e à representação preexistentes entram em desuso pela não compatibilidade com as crenças da respetiva religião.

---

79 Portugal nasceu e começou a formar-se a partir de uma área da cultura castreja. Um castro, que é um povoado fortificado, é um reconhecimento do território noroeste da Península Ibérica com uma extrema compreensão da paisagem, uma grande implicação na forma como está organizada a povoação entre Douro e Minho. É antecedente à formação de Portugal e desenvolveu entre o I milénio a.C. e o século I d.C.
SILVA, Armando *in* Revista da Faculdade de Letras: A evolução do habitat castrejo e o processo de proto-urbanização no noroeste de Portugal durante o I milénio a. C.

80 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002.

81 Kenneth Frampton aborda esta questão no capítulo *Towards a critical regionalism. in* FOSTER, Hal, *The Anti-Aesthetic-Essays on Postmodern Culture,* 1983. pp. 16-31

82 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002. p. 206.

Em paralelo a instabilidade e insegurança existente por conta das invasões dos povos bárbaros desencadeou uma dispersão de funções: um ligado à religião, herdeiro do fórum civil-religioso romano e outro ligado ao surgimento de uma nova força – a força militar[83]. Esta dualidade ou bipolaridade[84] promove um assentamento destes dois poderes em dois espaços urbanos antónimos, facto consolidado nos períodos seguintes e fundamental para o modelo posteriormente utilizado na expansão[85].

Assim pode-se admitir a construção do modelo urbanístico utilizado nas ilhas no seguinte contexto: a cultura castreja na sua irregularidade complementou-se durante a romanização com a ortogonalidade da malha romana resultando numa malha orgânica. Durante a cristianização esta característica natural evidenciou-se pela despreocupação de ordenamento do território enaltecendo o caráter defensivo consequente das ameaças de invasão, resultando na bipolarização de espaços principais no contexto da cidade.

Esta tipologia de cidade, carregada de memórias, culturas e de transformações, chegou nos arquipélagos da Macaronésia como um tipo, como referido acima, enaltecendo a característica da dualidade dos espaços – dois *terreiros/ largos* conectados por uma *rua direita* (direta). Esta configuração estava assente no que era o saber dos portugueses de fazer cidade, no que era conhecido e que fazia sentido transportar. Percebe-se em Funchal na ilha da Madeira[86], Angra do Heroísmo nos Açores[87] e Ribeira Brava em Cabo Verde, o desenho de uma malha urbana característica, com uma organicidade traduzida em ruas estreitas, quase capilares, sendo uma ou duas ruas principais com uma largura maior, características que se refletem na estrutura urbana da vila.

83 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002.

84 Expressão utilizada por José Manuel Fernandes para descrever uma nova forma de pensar o espaço urbano, uma "disputa" entre um poder religioso e um poder político/militar.

85 FERNANDES José M., *Arquitetura Portuguesa, uma síntese*, 2006

86 Funchal tornou-se oficialmente cidade a partir de 21 de agosto 1508 por carta régia de Sintra devido ao seu crescimento demográfico, aos serviços prestados à coroa e a existência de muitos fidalgos cavaleiros e pessoas honradas e de grandes fazendas… e revelou-se semelhante com Setúbal - um modelo típico de urbe ribeirinha no continente ou um modelo de exportação urbanístico, essencialmente para a experiência da macaronésia.
Idem, *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 172

87 Diocese episcopal de Açores foi criado por carta régia contendo a bula papal de 3 de novembro de 1534 com nomeação do primeiro bispo, D. Agostinho Ribeiro. Nesta mesma data Angra foi elevada de Vila a Cidade também por carta de D. João III. Encontra-se na estrutura urbana de Angra uma dupla base funcional: comercial/mercantil virada para o atlântico e agrária/fundiária virada para o centro da ilha; na qual se pode dizer que, mais do que noutra qualquer cidade luso-atlântica, duas "ruas direitas" disputam entre si a primazia de serem as mais importantes: a antiga Rua Direita ou de Lisboa claramente virada ao mar, ligando a praça velha e o porto/ alfândega e a longa rua da Sé/Galo, paralela à costa, conectando a cidade com o cariz rural incipiente e atravessando toda a povoação. Das principais edificações urbanas a cidade era comparável com Funchal, na sua articulação funcional e estrutural. Ibidem pp. 178-183

Largos e as suas conexões

Ruas principais



37 . Funchal, estrutura urbana concetual



38. Angra do Heroísmo, estrutura urbana concetual

Primeiros núcleos



1750



1804



1845



1888



1947



39. Evolução da estrutura urbana de Ribeira Brava, uma viagem no tempo.

2.2. Axialidades e Composição

Após entrevistar alguns habitantes de Ribeira Brava e consultar arquivos e publicações sobre o desenvolvimento da ilha de São Nicolau, surgiram informações que mudaram a perceção sobre a vila, desde a sua descoberta e o processo de povoamento, às pessoas que por lá passaram e deixaram o seu legado agregando ainda, o importante contributo dos acontecimentos na ilha para a história de Cabo Verde.

Como foi referido no primeiro capítulo, Ribeira Brava, apesar de ser o principal aglomerado de São Nicolau, não foi a primeira alternativa de povoamento na ilha. As implantações foram sendo feitas aleatoriamente, consequência do processo gradual do despovoamento do Porto da Lapa. Apesar dessa aleatoriedade, conseguiu-se perceber uma maior zona de aglomerações iniciais, a sudeste da ribeira, (Brava) que pelo nome faz jus ao seu caudal impetuoso na época "*das 'águas*", tal como Ribeira Brava na Ilha da Madeira o que reforça a ideia de que as primeiras pessoas que foram viver para a ilha fossem madeirenses.

A partir dessa espontaneidade foram surgindo núcleos de habitação distintos, tendencialmente, em zonas mais afastadas da ribeira criando um perímetro de segurança, por ser um percurso de água sazonal. Estes focos desenvolveram-se em ambos os lados da ribeira, numa zona mais larga do vale e, com o passar do tempo, foram crescendo proporcionando assim a morfologia urbana da vila hoje existente.

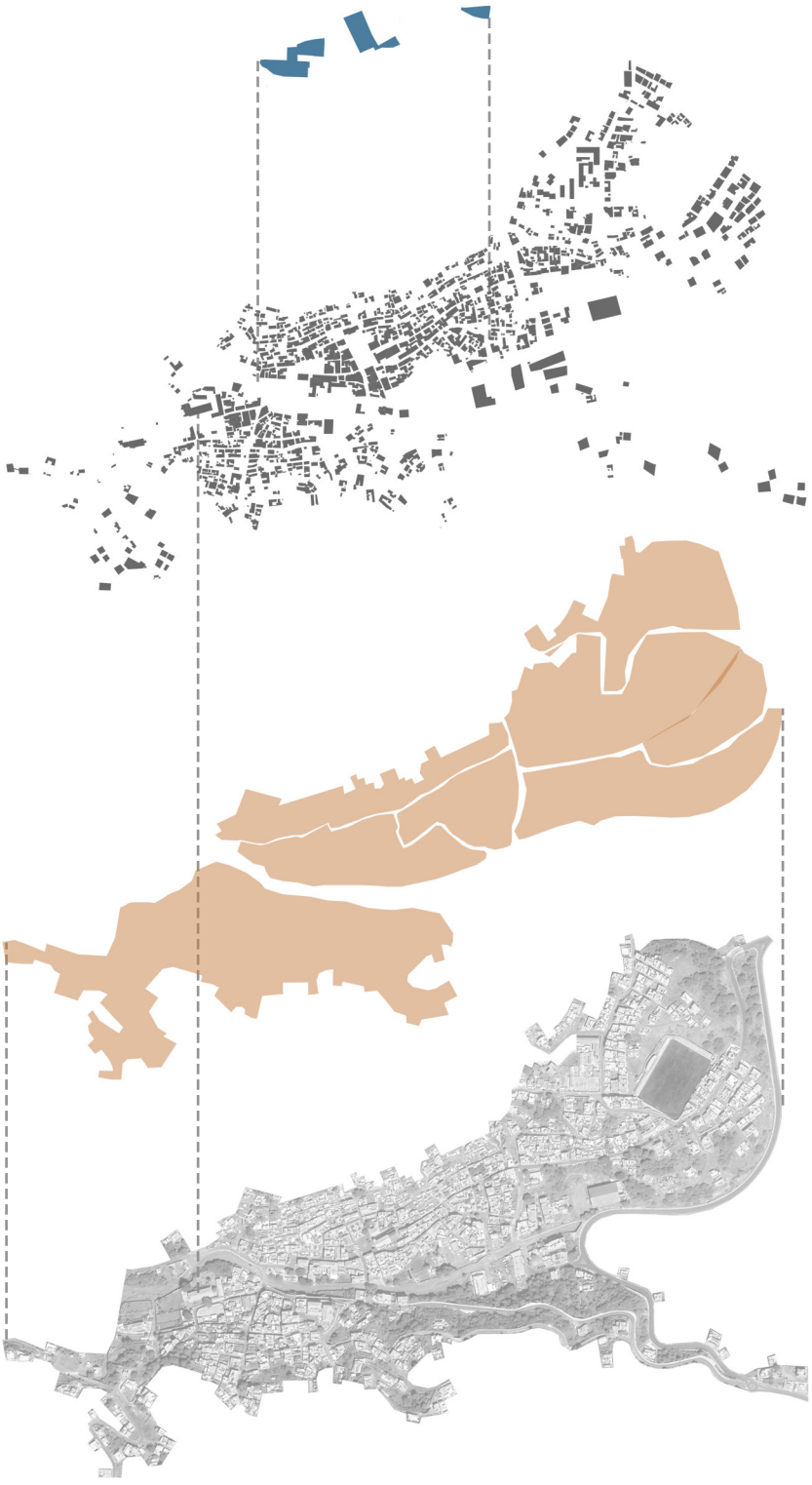
Um dos núcleos formou-se a sudeste da margem da ribeira. Denominado de São João, embora, segundo o senhor José Cabral[88] anteriormente designava-se por Chã de Abrantes. Esta zona foi-se desenvolvendo por conta de uma nascente que abastecia todo o gado da Vila, a "Fonte do Capão", que também fornecia barro para as construções na urbe.

A Norte da ribeira formou-se um núcleo com o nome "*Ladera d'Igreja*", mais afastado da margem tal como São João, dando espaço para a ribeira fazer o seu caminho. Com o tempo o lado Norte viria a ser o centro histórico da vila por causa de características topográficas menos acidentadas. Um outro aglomerado de habitações, talvez com menor densidade terá surgido na atual zona da Pandulha[89].

O que se observa é que a partir de um povoamento aparentemente tripartido, resulta numa densificação da zona, que cria ramificações e a partir delas uma união dos respetivos núcleos, principalmente depois de Ribeira Brava adquirir o estatuto de vila.

88 Senhor José Joaquim Cabral, natural da ilha de São Nicolau, amante da terra e das suas histórias relata: "Não conheço nenhuma fonte científica que certifique esta minha teoria, mas, o capitão-mor e o patriarca dos Lopes Filho também, todos chegaram no século XVIII e instalaram-se na zona do seminário. Conhecido por Chã de Abrantes, no século XVIII, e eram pessoas ilustres, portanto, um bairro mais nobre na altura."

89 PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021.



40. Zonas; Densidade edificatória; Espaços públicos.



41. Águas; Vias e caminhos.

Os elementos da imagem urbana de Ribeira Brava são característicos das vilas – cidades – dos outros arquipélagos na macaronésia, que se refletem na rede viária, nos espaços públicos, na densidade edificatória, nas implantações tendo em conta o percurso da água (ribeira) ou na costa (mar).

Na busca da estrutura conceptual portuguesa transportada para as ilhas durante a expansão, encontrou-se um tipo que se destacou pelas semelhanças com o utilizado na Vila de Ribeira Brava: o largo e a rua (direita) resultado da bipolarização do espaço, anteriormente referido. No percurso desta dissertação, percebeu-se uma espontaneidade no surgimento de várias urbanizações provenientes de modos diferentes de viver o espaço. Com o passar do tempo principalmente, após o início da expansão, as urbanizações tornaram-se cada vez mais comerciais, especialmente no litoral devido ao contacto constante com outras realidades oriundas dos vários cantos do mundo.

Neste sentido, a necessidade de espaços para trocas comerciais era inevitável, tendo em conta as implantações em sítios complexos e a não relevância do ordenamento urbano consequente da cristianização, fez com que fosse difícil encontrar espaços propícios para essas transações[90]. Com as muralhas o espaço tornou-se limitado, fazendo com que as trocas comerciais acontecessem muitas vezes para além delas. O nascimento de espaços designados como rossios - praças públicas – terreiro - largo da feira[91] acompanha a urgência de espaços comerciais, que se instalam em zonas menos congestionadas, como por exemplo, nos adros ou largos de edifícios religiosos.

O Largo
"Terrer"

Antes de abordar especificamente o Terreiro (*Terrer*), é interessante perceber que dentro da densidade edificatória da vila, encontram-se "respiros" ligados entre si por ruas principais. Estes espaços públicos concentram-se no "centro histórico" e permanecem como os únicos "respiros" nesta vila condensada. Os largos, as praças e o terreiro estão localizados na zona mais baixa de Ribeira Brava, consequência também da topografia acentuada que apresenta. Destes espaços, o "Terrer" foi alvo de múltiplas transformações sendo o seu desenho final uma ortogonalidade excecional na organicidade da vila.

O Terreiro[92] da Vila de Ribeira Brava é o atual ponto de centralidade da urbanização que coincide, ainda, com o *centro histórico*. Na evolução da povoação, nem sempre foi o espaço âncora de toda a estrutura da vila, sendo que antes da chegada transformadora da entidade católica, se tratava de um espaço não humanizado. Possivelmente, esta condição era derivada da sua proximidade com o curso de água, facto que poderia ter gerado um sentimento de insegurança nos habitantes diante da imprevisibilidade das cheias na ribeira.

90 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002.
91 Designações sugeridas por Walter Rossa, Ibidem
92 Assume-se a denominação de terreiro por ser este o termo utilizado na Vila de Ribeira Brava.

Portanto, a implantação da estrutura conceptual portuguesa – *largo e rua direita* – só veio ser possível com a relevância que a vila ganhou durante o período de influência religiosa . A necessidade de criar uma imagem da vila "menos rural e mais urbana" se refletiu em transformações que representam essa tipologia.

No contexto do modelo português, o "respiro" - Terreiro - presente na malha urbana portuguesa muitas vezes foi o resultado de uma pequena abertura num cruzamento de ruas que, com o tempo, foi-se aumentando e dando a devida imponência ao elemento que o conjugava. Este espaço servia como espaço de agregação, de encontros públicos religiosos, políticos, administrativos ou populares e viria a ser um dos elementos fundamentais da urbanização portuguesa posteriormente na sua bipolaridade entre o largo administrativo e o largo religioso.[93]

A realidade de Ribeira Brava não foi muito diferente, com um desenvolvimento que não foi de todo linear, o terreiro só começou a ganhar forma a partir da segunda metade do século XVIII. Isto deve-se à passagem do Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente, que se instalou na ilha por um período de um ano no qual traçou e efetuou várias transformações.

A primeira igreja da ilha se situava na Vila de Ribeira Brava, numa zona próxima do Terreiro. Era uma igreja modesta, de cariz rural, com paredes de pedra e cobertura de palha[94]. Não há registo da sua exata localização ou dimensões, porém, sabe-se que devido ao seu estado de degradação, o Bispo sugeriu intervenções para recuperação e ampliação da mesma a fim de disponibilizar melhores condições à população. Foi na capela dessa primeira igreja sepultado o Bispo D. Frei S. Christóvão de Boaventura, responsável pela mudança da sede da Diocese de Cabo Verde para São Nicolau "e junto à qual tinha este prelado mandado construir o paço episcopal[95] de Ribeira Brava"[96].

Com a chegada do seu sucessor, o Bispo D. Frei Silvestre de Maria Santíssima em 1803, foi oficialmente declarada a mudança de sítio da igreja primitiva. A construção da nova igreja começou no ano de 1804 e estendeu-se até 1811, na localização onde hoje se encontra a atual igreja matriz.

Esta nova igreja, ainda que possuísse dimensões superiores à igreja primitiva, apresentava um corpo reduzido quando comparada à atual. As suas dimensões correspondiam ao corpo da atual nave e pertencente à fachada, existia uma única torre, como se pode perceber na imagem 14, esta que talvez seja a imagem mais antiga da vila encontrada.

---

93 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002.

94 FILHO, João L. *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 184

95 O lugar indicado era o mesmo onde, em 1786, Frei Cristóvão de São Boaventura tinha mandado erigir o paço episcopal que, entretanto, fora abandonado e se encontrava em ruínas. A forma e as dimensões do paço do bispo são desconhecidas, mas segundo a informação dada pela câmara no seu requerimento, o governo da província tinha tomado posse do referido terreno e nele tinha mandado construir, entre 1838 e 1839, "uma casa com três quartos e se denominou 'Casa do Presídio Militar', tendo em roda um muro com uma só entrada" PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021.

96 FILHO, João L. *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 184



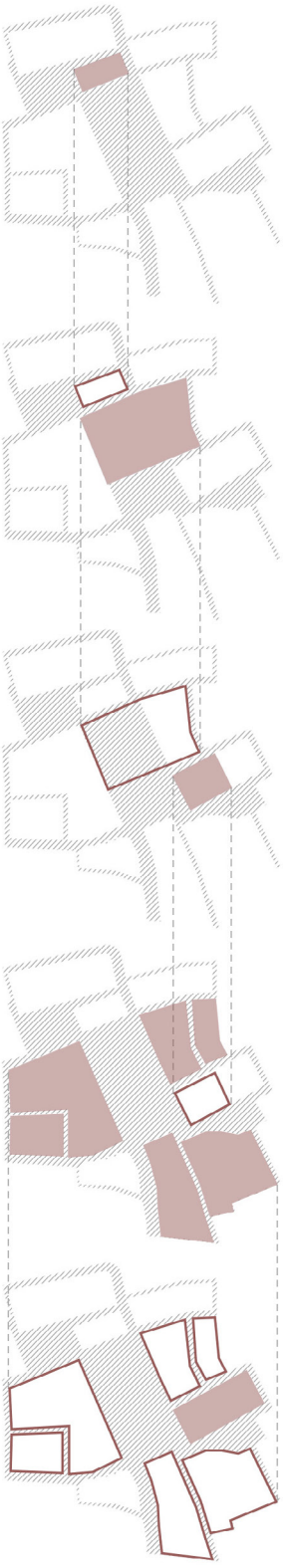
Igreja Primitiva séc. XVII

Surgimento do cemitério,
séc. XVIII

Nova implantação Igreja,
1811

Surgimento das Casas,
1820-1845

Ampliação da Igreja para
se tornar Sé Catedral
Nossa Senhora do Rosário,
1898



42. Hipótese de evolução urbana do Terreiro, Vila de Ribeira Brava, São Nicolau

O primeiro cemitério da ilha estava associado à igreja primitiva, cujo processo de ruína obrigou a ocupação de um novo espaço em 1811, como mencionado acima. Após a morte do Bispo D. Frei Silvestre de Maria Santíssima (1813), é enviado o padre Manuel António de Figueiredo, como representante da Diocese para coletar os bens do falecido Bispo por ordem do Cabido. Ao chegar em São Nicolau,

> *"…notando o desmazelo já de há muitos anos nos enterramentos que se faziam nas ruínas de uma antiga igreja totalmente profanada, onde os cadáveres eram desenterrados pelos animais que aí dormiam, caiu grave prejuízo para a saúde dos habitantes, mandou limpá-los e murá-los à sua custa, continuando a fazer ali os enterramentos."*[97].

Não se sabe ao certo a dimensão do cemitério, contudo assume-se que a sua extensão seria mais ou menos pela zona da atual praça Dr. Júlio e para um dos terrenos das casas pertencentes à família Spencer.

Esta condição não perdurou, sendo que a área do Terreiro, com a construção da nova igreja matriz, ganhou destaque, a tal centralidade que para os órgãos responsáveis pela administração da, até então, província portuguesa não faria sentido a posição central do cemitério[98]. A mudança do mesmo veio trazer melhores condições de saúde pública para a vila, libertando espaço para uma reestruturação do centro urbano da vila.

Neste sentido, o surgimento das casas do Terreiro é apontado para essa altura, sendo que a inauguração do novo cemitério fora da área urbana da vila (cemitério da Tabuga) decorreu no ano de 1845. Compreende-se um período de dez anos para o início da construção dos edifícios habitacionais no Terreiro. A emergência destas casas permitiu a configuração desenhada que a praça tem hoje, demostrando o surgimento de uma preocupação com o ordenamento de território.

À medida em que a praça do terreiro, um dos vários nomes atribuídos pelos habitantes da vila, desenvolveu-se, estabilizaram-se as ramificações dos primeiros núcleos habitacionais. A expansão da vila lançou uma rede viária incipiente, a partir do qual pertencem duas ruas paralelas, marcantes como eixo transversal que acompanham uma "linearidade orgânica" e os seus respetivos "capilares" da estrutura urbana da vila.

Do ponto de vista do modelo português, partia, na maior parte dos casos, uma rua principal do largo, também destinada ao comércio com um traçado tortuoso abrindo espaço conforme o aumento da urbanização. Esta rua com o seu papel superior em relação às outras detinha um "…papel de cardos e decumanos do urbanismo romano, pois assumia um verdadeiro eixo estruturador, sempre gerador fundacional da malha urbana."[99]

---

97 Trecho de uma carta escrita pelo padre Manuel António de Figueiredo denunciando o estado de insalubridade e oficializando o espaço como um cemitério. FILHO, João L. *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural*, 1996. p. 168

98 No ano de 1836, o governador Domingos Arouca propunha às câmaras a remoção dos cemitérios que ainda funcionavam dentro das vilas, sugerindo novos lugares onde pudessem ser cumpridos todos os requisitos sanitários. PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021.

99 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002. p. 222.



43. Ribeira Brava de São Nicolau, Rua Direita e respetivos largos

A rua *direita*
"Dreita"

Com todas estas características, a rua, normalmente denominada de rua direita[100] será o protótipo do urbanismo português equiparada em termos de funcionalidade com o fórum romano, sendo ela própria considerada o "fórum das cidades portuguesas".[101] A rua direita é vista como um prolongamento da habitação sendo a rua em muitos casos estreita o que criava uma situação de intimidade com a casa.

O surgimento da rua direita na vila de Ribeira Brava é apontado como uma das transformações feitas pelo Bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente[102]. Coincide com o período de construção da casa do Sr. António Alves (*Sr. Toi*) – a casa Alves - na segunda metade do século XVIII, afirmação feita pelo próprio. Pela descrição do *Sr. Toi*, a rua que até hoje apresenta características comerciais, detinha praticamente todos os serviços essenciais necessários para o dia a dia, clarificando que a sua função seria muito além da transição entre espaços. Atualmente esta rua é considerada apenas neste trecho, mas defende-se uma continuação para além do Terreiro, a rua das duas casas das famílias Spencer Lopes e Lopes da Silva Spencer – a Rua Baltasar Lopes da Silva. Esta constatação surgiu do caráter também comercial existente na rua e do seu traçado marcante na malha urbana da vila como eixo estruturador e contínuo. Paralelamente a esta rua, constata-se outra, com menos imponência na malha urbana, mas com cariz comercial bastante presente o que permite questionar a possibilidade de ser uma continuação da rua direita.

No modelo extraído do urbanismo português, a rua direita seria o elo entre a bipolaridade dos largos religiosos e político-administrativos. No caso de Ribeira Brava a situação é idêntica estabelecendo uma ligação entre o Terreiro (largo da igreja) e a praça que complementa o edifício da Câmara Municipal.

A vida das ruas está intimamente ligada à proximidade das casas e da vivência cultural existente em Cabo Verde. Vive-se a casa e vive-se a rua como extensão da casa – um quintal. Sendo que esta relação se torna mais intensa com um afastamento do centro da vila, permitindo diferentes vivências dentro do mesmo espaço urbano.

"A casa é uma fronteira, uma fronteira onde tens possibilidade de escolha. Se se quer um espaço íntimo do ser humano ou se se quer uma relação direta com a rua, com o mundo."[103]

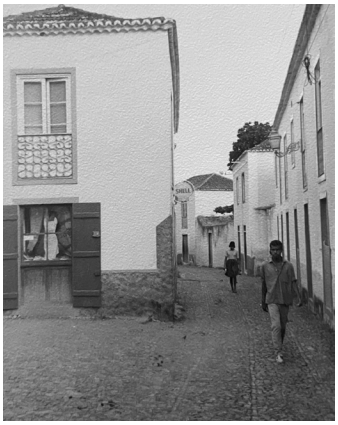
---

100 Numa das conversas com o Sr. António Alves (Sr. Toi), ancião da Ilha de São Nicolau, ele contou que o nome da rua que passa em frente à sua casa é rua direita (na ilha dificilmente encontramos placas com o nome das ruas e a maioria da população sequer sabe… quando querem explicar onde fica o lugar utilizam a expressão *"ta fka diant de*" que significa "fica perto de" ou "em frente de", geralmente associado a algum lugar conhecido como por exemplo a farmácia ou a loja do Sr. Toi) e que sempre achou estranho o facto de se chamar rua direita mas ser torta, assim, depois de algumas leituras, descobriu que rua direita significa ligação direta entre o poder politico e o poder religioso, que é o caso de Ribeira Brava.

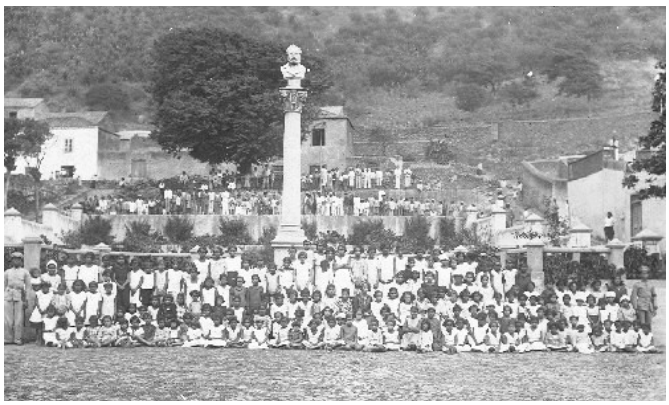
101 ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço: Uma década de estudos sobre o urbanismo português,* 2002. p. 223

102 PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa,* 2021.

103 SIZA, Álvaro, 'A casa' in *01 Textos*, 2009. p. 349











44. Rua Direita, sem data
45. Rua Direita, dezembro de 2021
46. Praça Dr. Júlio, antes de 1947
47. Praça Dr. Júlio, depois de 1947
48. Praça Dr. Júlio, junho de 2023

Infelizmente estas vivências entre a casa e a rua têm-se tornado cada vez mais escassas, perdendo a ligação com a memória do lugar. Andreia Moassab também realça a perda destas vivências:

> *"A transição entre o exterior e interior das casas, aliada aos espaços entre os conjuntos construídos, proporcionava uma dinâmica social e comunitária importante dentro e fora da habitação. Muitos destes elementos estão sendo perdidos hoje. Nos bairros de alto padrão econômico há frequentemente uma escassez de áreas de interação entre a moradia e o espaço público. O resultado é um conjunto pouco ou nada comunitário, composto de fachadas estáticas a minar o que tecnicamente é designado por "unidades de vizinhança": as fachadas perdem a função de membrana de transição entre o público e privado e adquirem um valor de ostentação. Este processo é indicador de uma sociedade em crise identitária e de valores: o ter sobrepõe-se ao ser e o individual ao colectivo".*[104]

Apesar disso,

> *"…existe a possibilidade de definir objetivamente o procedimento histórico de adaptação de determinados modelos a novos usos, a novas circunstâncias, e que é este conhecimento aquele que abre o caminho a uma nova relação entre o novo e o antigo, a novos conceitos de recuperação arquitetónica."*[105]

104 MOASSAB, Andreia, Revista Buala: Arquitetura habitacional em Cabo Verde: re(conhecimento) e desenvolvimento. 2013.

105 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999. p. 323.



49. Um aniversário, família Spencer, *Casa d'Tia Concha*, 1996/1997

3. A casa

A definição da casa

"O melhor abrigo do mundo é a barriga da mãe"[106]. Esta frase proferida pelo professor Manuel Mendes desperta um questionamento sobre o que seria o nosso abrigo, o nosso lar, a nossa casa. A barriga da mãe providencia o abrigo para o nosso desenvolvimento biológico. Talvez seja sim o melhor abrigo do mundo, um abrigo onde temos acesso a tudo e não precisamos de esforçar para tal, um abrigo onde o conforto reina, onde não sentimos frio nem calor, mas, um abrigo temporário. A nossa estadia neste abrigo que mais se aproxima do perfeito é limitada, somente nove meses. Quando não nos é mais possível lá estar, saímos e demoramos umas horas, um dia, até reconhecermos a perda desse abrigo, por isso, um choro desconsolado. Contudo, o caminho é sempre em frente e assim iniciamos uma busca por outro abrigo, que cumpra com os requisitos do que tínhamos antes. Esse abrigo nunca mais vai ser encontrado, porque no outro, por mais que existisse o conforto, éramos dependentes, porém, o abrigo que responde às nossas necessidades de hoje não nos permite essa dependência. Tendo isso em conta, acredita-se que a melhor versão de abrigo, após a barriga da mãe, é a casa. "Sair de um sonho é um alívio ou um desgosto, escuridão transformada em penumbra, no seu regresso: tranquilidade. Por isso ter casa é o sonho universal, todos os tipos de casa, um abrigo."[107]

A casa é um espaço onde o ser humano exerce a sua essência. Sendo assim, necessita de diferentes casas nas quais cultiva as várias características do que é ser humano. Pallasmaa[108] concorda que todas as arquiteturas, qualquer que sejam as suas funções, são casas.

O habitar carrega vários conceitos, mas no âmbito da arquitetura é direcionado para um tipo de obra construída específica, uma obra que em extensão urbana é a que domina - a arquitetura menor. O tema da habitação é bastante complexo, em parte devido à sua individualidade. Segundo Francisco Barata[109], este tema só veio a ser integrado na história da arquitetura após a Revolução Industrial ganhando destaque nas propostas das cidades contemporâneas do Movimento Moderno. Este também define um processo de estudo da arquitetura do ponto de vista do habitar, partindo de tipificações e classificação dos modelos que resultam de um processo de desenho e construção.[110]

106 Professor Manuel Mendes numa aula da unidade curricular de Teoria 2, lançou este desafio, de pensarmos sobre onde ou o que seria o melhor abrigo. Vários espaços arquitetónicos foram mencionados, mas o objetivo do exercício seria talvez a transcendência desses espaços e perceber as circunstâncias que levariam um espaço a ser o melhor abrigo do mundo. Um desafio proposto para pensar o espaço.

107 SIZA, Álvaro, 'Sair de um sonho' in *01 Textos*, 2009. p. 291.

108 PALLASMAA, Juhani, *Habitar*, 2016

109 FERNANDES, Francisco B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, 1999.

110 Ibidem

No meio urbano dos arquipélagos, José Manuel Fernandes[111] delimita as habitações em tendências que lideram a paisagem urbana das ilhas. Na rede quase infinita de tipos de habitações, essas tendências partiram-se em: edifícios com uma frente mais larga, com poucos pisos e coberturas de quatro águas com uma possível origem rural; edifícios com uma frente estreita tendencialmente com mais pisos e coberturas que variam de duas a quatro águas; edifícios com uma frente estreita e com andares de ressalto marcados pela estrutura de madeira assente em base sólida de pedra o que torna possível a sobreposição de piso em consola.

Tendo como base esta divisão, a primeira estrutura conceptual de edifícios com uma frente mais larga e com uma possível origem rural é o tipo arquitetónico com uma forte presença nos arquipélagos da Macaronésia e consequentemente em Ribeira Brava, sendo neste último caso, a tipologia dominante.

Análise Tipo-Morfológica

A análise tipo-morfológica da vila, como base crucial para o entendimento da matriz do lugar, concentra-se na arquitetura dominante, nomeadamente, a habitação e consegue uma maior abrangência partindo não só da área do objeto de estudo como de todas as cidades/vilas que fazem parte do contexto insular da macaronésia. As tipologias encontradas nos arquipélagos dos Açores e da Madeira ou, ainda que de forma excecional, das Canárias, foram também transportadas para Cabo Verde.

Forma da Casa

Ainda em relação às características tipológicas, a forma da casa em Ribeira Brava foi fortemente influenciada pelos interesses impostos para que o aspeto da vila correspondesse a uma ideologia consequente da presença da entidade máxima da religião dominante. As atividades – agricultura e criação de gado – eram o meio de subsistência da ilha nesse período de transformação. Estas atividades proporcionaram um caráter rural tanto na ilha como na vila principal. Esta ruralidade, como parte da essência do lugar, foi vista como uma característica elementar, e a "miscigenação" entre o rural e o urbano revelou uma identidade própria que se vem perdendo nos últimos tempos.

Imagem da Vila

Após o estabelecimento da igreja, sendo a imagem da vila muito importante, algumas características das casas não correspondiam ao aspeto formal que os poderes religioso e administrativo pretendiam para a povoação. O resultado deste pensamento perpetuou na vila através do surgimento destas casas, tentando transformar a imagem rural numa imagem urbana, correspondendo assim ao suposto nível das entidades presentes em Ribeira Brava na altura. Contudo, as construções das casas com cariz senhorial não se desprenderam do caracter rural mantendo a

> *"ideia da "não fronteira" entre a "arquitetura das vilas", ou seja, urbana onde ocorrem exemplos de arquitetura popular e a arquitetura rural, inerente ao campo, quantas vezes em indisfarçável convívio."*[112]

111 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. pp. 219, 220.
112 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 65.

Não houve um modelo transportado para Ribeira Brava até porque,

> *"no final pode-se dizer que o resultado material, tipológico e morfológico em cidades e no espaço rural insular é naturalmente de mistura e recriação de valores, formas e espaços. Não há "tipos puros" diretamente transportados da península, há exceções, mas antes relações, desenvolvimentos e articulações."*[113]

Todavia, estas articulações partem de uma solução que seria a "mais básica, de um único compartimento onde se desenvolve a totalidade das relações próprias do habitar", essencialmente elementar, como classifica Vítor Mestre[114] e também José Manuel Fernandes[115].

A casa da Macaronésia

Antes de abordar a casa elementar como uma potencial origem da casa colonial em Ribeira Brava, os autores utilizam casos de estudo localizados entre os arquipélagos dos Açores e da Madeira. A análise tipo-morfológica executada pelos autores acima mencionados resultou num conjunto de tipologias a partir das quais apenas algumas serão mencionadas por estarem diretamente ligadas aos tipos evolutivos da forma elementar da casa que foi implantada na ilha de São Nicolau. Estas foram divididas em: casa antiga ou secular; casa elementar térrea; casa elementar de dois pisos; casa em esquadria e casa duplicada; e a casa complexa.

Iniciando pela casa antiga ou secular, Vítor Mestre assume que esta seria a tipologia mais fiel às formas encontradas no continente de modo que a sua espacialidade remonta às casas primitivas senhoriais "cuja árvore genealógica entronca na fusão da casa-torre do solar nortenho e beirão com a casa chã do Sul"[116]. Detém de um volume baixo, retangular com telhado de quatro águas, cozinha integrada, separada dos quartos, com ou sem comunicação interior. Esta casa teria raramente mais que três compartimentos de dormir com comunicação entre si e divididas normalmente por paredes de tabique. Este tipo desenvolve-se em dois pisos, excecionalmente num único piso, no qual o piso superior corresponde à parte habitacional com salas, quartos e cozinha num dos extremos enquanto o programa do piso inferior é direcionado a armazenamento de produtos que são retirados do respetivo terreno agrícola. A sua estrutura tipológica é elementar, mas difere-se das seguintes pela cronologia antecedente e pelas suas origens formais.

A casa elementar é considerada por Vítor Mestre a "tipologia mãe" sendo que a partir dela, as formas evoluíram dando origem a inúmeras variações que podem também ser "catalogadas" em diferentes categorias até chegar à variante que foi adaptada em São Nicolau que, por certo, não foi o final deste desencadeamento de formas.

113 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 81.
114 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 76.
115 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 273.
116 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 89





50. Casa elementar de dois pisos com balcão, Fajã da Ovelha, ilha da Madeira, Vítor Mestre
51. Casa em esquadria de dois pisos, Porto Moniz, ilha da Madeira, Vítor Mestre

Neste caso, a sua forma base, de piso térreo é facilmente associado à casa antiga ou secular anteriormente mencionada, pelas suas proporções, tipologia e aspeto formal. Igualmente um volume baixo, retangular com telhado abatido de quatro águas, paredes exteriores caiadas, cozinha integrada separada dos quartos por uma parede sólida de alvenaria com ou sem comunicação entre os restantes espaços da casa, dois ou três quartos que se comunicam entre si com paredes divisórias de tabique, sendo estas as características da casa elementar – base.

"Esta tipologia apresenta uma grande sobriedade (simplicidade, modéstia), quer nas formas, quer no espaço, todavia a sua construção detém grande aprumo construtivo e obedece a uma regra ancestral de escala"[117], algo muito relacionado com a arquitetura portuguesa chã[118]. É possível caracterizar a arquitetura chã por uma "arquitetura «desornamentada»"[119], simplicidade funcional, formas arquitetónicas austeras "enriquecidas somente pelo requinte de proporções e os seus exteriores friamente racionais,"[120] e estas características se refletem nas opções arquitetónicas das casas coloniais.

A casa elementar de dois pisos parte da casa elementar de um único piso, evoluindo como antes referido para vários tipos. Com a mesma divisão de programa que a casa antiga ou secular, pela característica tendencionalmente rural, contém programas distintos no piso de cima, como habitação e no piso de baixo, lojas, armazenamento de bens alimentícios ou mesmo adega.

Percebe-se que o processo evolutivo destas formas demostra complexidade ao longo do tempo. Em paralelo este processo acontece por conta da experimentação, sendo que a funcionalidade prevalece e permanece no tempo permitindo que casualidades se transformem em regras para um novo tipo.

A casa em esquadria e duplicada continua o processo evolutivo da "tipologia mãe" a partir do acrescento de um novo corpo ou compartimento perpendicular à casa linear, usualmente a cozinha. Apresenta-se por um tipo mais desenvolvido com o surgimento de um novo "espaço corredor" que proporciona uma ligação entre o corpo principal (original) e o corpo perpendicular. Segundo Vítor Mestre o corredor é reduzido ao mínimo pois uma das regras fundamentais da arquitetura popular é que todo o espaço é útil.

Nota-se que este percurso evolutivo das formas marca também uma transição de "escalões sociais" visíveis na sua relação com a envolvente, no seu destaque, na sua dimensão, no seu detalhamento ou mesmo no seu interior por meio de acabamentos até ao último detalhe do recheio da casa.

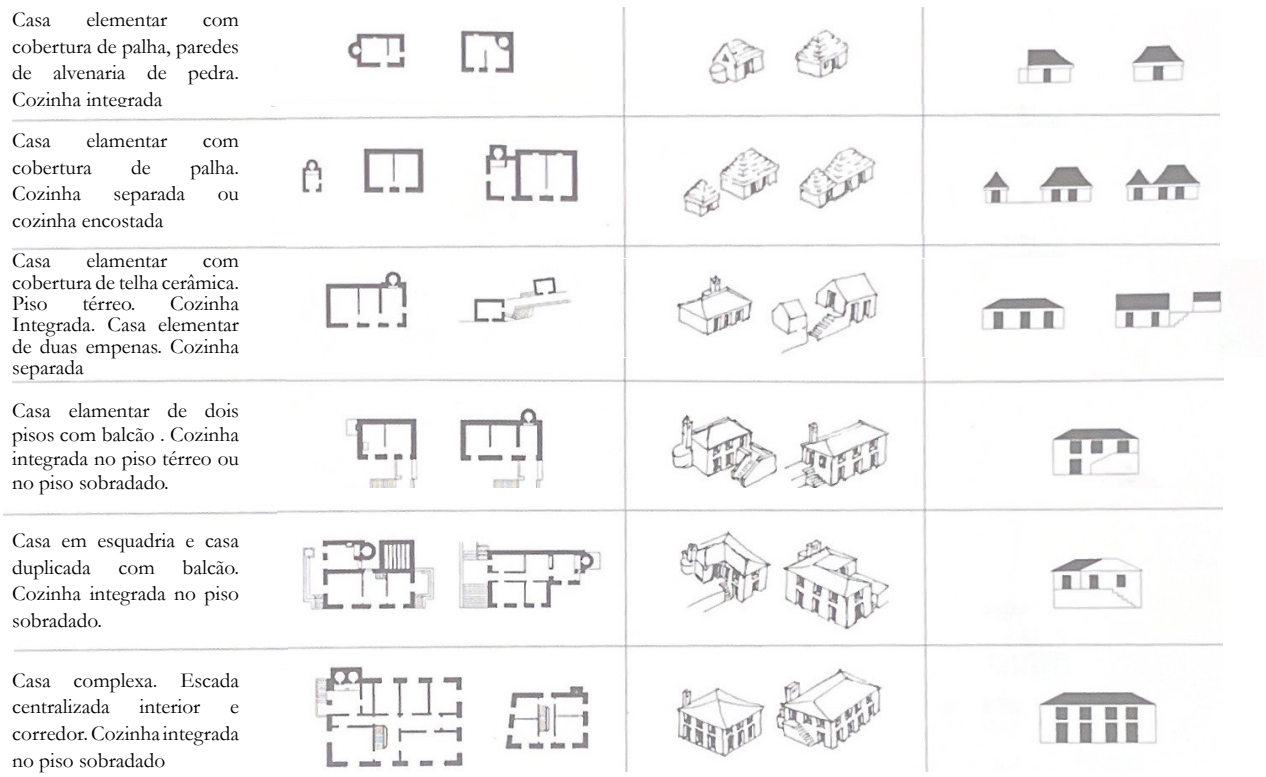
---

117 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 125.

118 Entre 1520/30 a 1700 , KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706),* 2005. p. 25.

119 KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706),* 2005. p. 84.

120 KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706),* 2005. p. 26.



52. Quadro de tipologias, Ilha da Madeira. Vítor Mestre.

Assim, a partir da elementaridade sucede-se a quase condição de solar fazendo com que este caminho se desenvolva paralelamente em dois níveis: "uma base linear, sóbria e popular"[121] e outra que "de cunho senhorial, mais expressiva e equilibrada na forma, na escala, na harmonia e nas proporções."[122]

Por fim, as casas complexas de cobertura de telha onde um novo elemento da casa surge e desenvolve-se, o corredor. Este geralmente é associado a uma entrada centralizada e fachada simétrica. No seu interior destaca-se a amplitude dos espaços tudo em volta do corredor. Igualmente de dois pisos sendo o inferior destinado a armazenamento ou lojas e a cobertura também de quatro águas. Esta casa seria o mais aproximado de um modelo, sendo que "não aceita o improviso… uma tipologia "acabada", que foi pensada como um todo finito…"[123]

Analisando as tipologias expostas acima, dos espaços das casas, a cozinha é o mais dinâmico. Ao analisar os tipos, José Manuel Fernandes entende que a cozinha possui várias razões de transformação. O estudo da cozinha permite diferenciar ainda mais os tipos existentes nos arquipélagos, sendo a sua relação com os restantes compartimentos da casa dependente da cultura, do clima, da sociedade, ou da função.

Nas casas rurais insulares a cozinha pode formar um corpo isolado ou estar integrado no restante corpo da casa. Este espaço transformou-se ao longo do tempo sendo que nos primórdios da casa era inexistente, reservada exclusivamente para preparos de alimentos geralmente num corpo desconexo do corpo principal, dependendo dos sítios dispunha somente de uma cobertura. Este situava-se quase sempre no fundo da casa, ou no piso inferior, longe da zona "nobre".

Hoje, o espaço da cozinha classifica-se como uma das áreas principais da casa. A cozinha permite obviamente o preparo do alimento para a subsistência do ser humano e para além disso, evoluiu para um espaço de convívio, de trocas de experiências e ensinamentos.

Sendo assim, a casa elementar de dois pisos desenvolvida nos arquipélagos com características sóbrias e austeras da arquitetura chã com a cozinha dissociada é a tipologia que se revela mais presente em Ribeira Brava. Deste modo,

> *"em Cabo Verde dada as condições climáticas do arquipélago neste tipo de casas não podia existir uma cozinha no verdadeiro sentido da palavra… na maior parte das vezes trata-se apenas de um simples guarda-vento, feito de pedra solta e coberto com folhas de piteira ou chapa de bidão. A lareira é armada no chão, com as panelas assentes sobre três pedras entre as quais arde a lenha."*[124].

121 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 136.
122 Ibidem
123 MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002. p. 147.
124 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 334.

A descrição da casa colonial tradicional em Ribeira Brava

Após esta breve descrição dos diferentes tipos, concentrando-se nas casas coloniais, extraiu-se os elementos comuns entre os tipos presentes nos arquipélagos, desde a forma da casa, a cobertura e os beirais, a estrutura das paredes, o remate com o solo, o desenho das fachadas, os muros e as varandas.

A forma da casa

A casa colonial inserida no estudo tipo-morfológico é tendencialmente baixa e larga de forma retangular. Por norma a fachada principal corresponde ao lado maior do retângulo. Dentro desta tipologia, tradicionalmente de dois pisos, pode ser composta por um único corpo retangular, ou ainda, a composição secundária perpendicular ao corpo principal. Estes geralmente dispõem de coberturas independentes. A implantação desta tipologia acontece em terrenos com espaço para alguma agricultura ou criação de animais mantendo o caráter rural sempre presente. Estes concentram-se na zona baixa da vila, perto do percurso da ribeira, sendo esta zona uma zona mais plana permitindo áreas para esses espaços exteriores. A cozinha como elemento dinâmico era tendencialmente separada do corpo principal, porém com o passar do tempo foi-se acostando ao corpo da casa, mantendo-se na mesma longe da dita zona nobre.

A Cobertura e os Beirais

As coberturas são igualmente de quatro águas, de cumeeira baixa, silhueta encurvada, numa estrutura de madeira coberta com telha cerâmica de meia cana. Estas coberturas são geralmente rematadas por um beiral simples e, excecionalmente, duplo.

A estrutura das paredes

As paredes estruturais das casas são espessas e construídas num sistema de pedra vulcânica e barro, sendo caiadas. As paredes divisórias são em tabique.

O remate com o solo

O remate da casa com a rua é feito de forma quase direta, numa ilusão de que a casa simplesmente pousa em cima do terreno. A mesma é constituída por um embasamento destacado pelo material ou simplesmente pela pintura.

O desenho das fachadas

As fachadas são o primeiro contacto com as casas coloniais e um dos fatores que influenciam diretamente a imagem da vila. O seu desenho varia consoante o modelo, porém os vãos encontram-se em forma de janelas com portadas e portas-janelas em harmonia com um varandim, ritmados entre tipos de 2 a 5 aberturas por piso. Os vãos, quer as janelas, quer as portas têm sempre uma moldura que se destaca da parede caiada revestidas com faixa de cor, ou ainda emolduradas com madeira. Os cunhais também se destacam da restante fachada pelos mesmos materiais das molduras dos vãos.

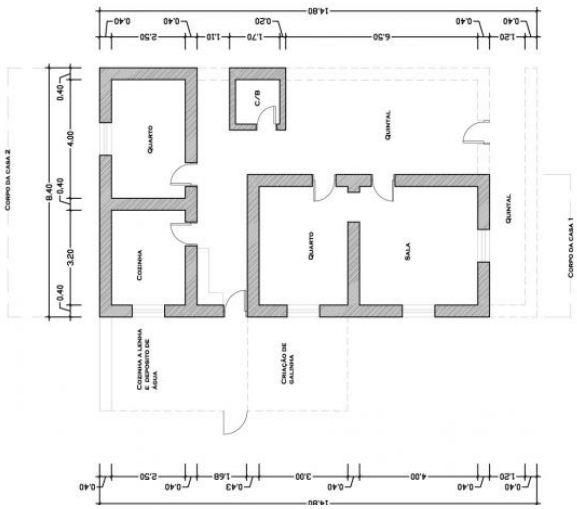
Os muros

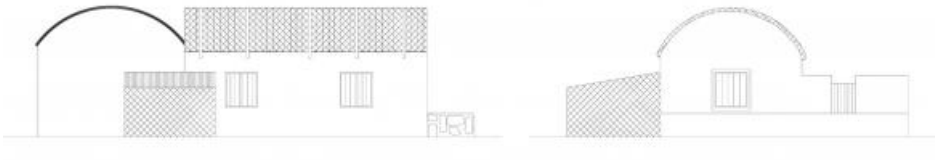
Os muros das casas são constituídos pela mesma técnica construtiva das paredes exteriores e mestras, sendo em pedra vulcânica, alguns com acabamento em reboco e outros com o material aparente.

As varandas

Os varandins das casas coloniais de Ribeira Brava correspondem a um padrão específico de serem rentes à fachada, com guardas tradicionalmente trabalhadas em ferro fundido. Entende-se que esta característica pode ser resultado da rede viária da vila constituída por ruas muito estreitas.











53.1, .2, .3, .4, Arquitetura vernacular em Cabo Verde, ilha de São Nicolau. Fotografias de Omar Camilo e desenhos da arquiteta Yamila Fernandes, sem data.
54. Arquiteura contemporânea em Cabo Verde, Ilha de São Nicolau, dezembro de 2021

3.1. Os sobrados de Ribeira Brava

A Habitação é um tema muito recente no meio cabo-verdiano. São poucas as abordagens, os estudos que incluem esta questão o que limita o entendimento do mundo complexo e dinâmico da arquitetura dominante numa cidade. Perceber as relações do cabo-verdiano com a casa, ou melhor o habitar cabo-verdiano, implica um estudo aprofundado da evolução da habitação em Cabo Verde e a relação casa-cultura. No discurso de proteção dos patrimónios, a habitação é escassa. Até recentemente a preservação do bem arquitetónico individual encontrava-se direcionada para as arquiteturas de exceção, aquelas que tivessem um valor histórico.

Coincidentemente, em 2013, ano da aprovação do último PDM da cidade - vila de Ribeira Brava, a arquiteta Andreia Moassab[125] chamava a atenção para a importância da inclusão da habitação nas propostas de regulamentação. Uma década depois, algumas questões colocadas pela arquiteta permanecem sem resposta:

> *"Como é a disposição interna da casa cabo-verdiana? Quais os cómodos mais e menos usados? Quais os espaços de sociabilidade e de reclusão? Como se relaciona a moradia com os espaços de vizinhança? Há diferença entre as várias ilhas ou os diversos concelhos nos hábitos de morar? Quais as influências dos hábitos construtivos trazidos pelos emigrantes? Há uma contaminação significativa da população em diáspora das casas cabo-verdianas?"*[126]

A partir destas questões, a análise tipo-morfológica em Ribeira Brava torna-se essencial para o entendimento da vila e também como contributo para a perceção do que é a habitação em Cabo Verde. Observa-se que o rápido desenvolvimento das povoações não permitiu a estabilização e assimilação das formas e técnicas construtivas que foram emergindo, o que pode ter contribuído para a aceleração da descaracterização, através do distanciamento em relação aos materiais e técnicas tradicionais.

Os períodos arquitetónicos em Cabo Verde podem ser divididos em três: o vernacular, o colonial e o contemporâneo. O período vernacular corresponde às casas tradicionais com paredes em alvenaria de pedra vulcânica e cobertura de colmo, com maior abundância nas zonas rurais. Podem ser denominadas de casas elementares[127], sendo esta denominação correspondente à solução mais básica, que se resume ao essencial.

125 MOASSAB, Andreia, Revista Buala: Arquitetura habitacional em Cabo Verde: re(conhecimento) e desenvolvimento. 2013.

126 Ibidem

127 De acordo com as definições de Vítor Mestre - MESTRE, Vítor, *Arquitetura Popular da Madeira,* 2002.









55.1. ; .2; .3; .4 Tipologias, Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021

O segundo período acompanha as construções essencialmente de cariz senhorial, com algumas características elementares, numa fusão entre o que seriam os solares no continente, num contexto mais humilde e maioritariamente rural: casas de dois pisos cujo piso térreo serve de armazém ou loja, e o piso de cima a habitação. O último período é demarcado pela evolução industrial e tecnológica que trouxe um novo material de construção que se popularizou e assumiu o papel de um dos elementos principais de construção em Cabo Verde, nomeadamente, o saco de cimento.

A fusão e quase sobreposição destes três períodos pela ordem mencionada é bastante visível na cidade- vila de Ribeira Brava, consequência das

> *"modificações radicais nos sistemas produtivos e o abandono da cultura dos materiais e das técnicas locais, assim como a universalização de determinados modelos culturais, conduzem, desde há mais de 50 anos, ao gradual esbatimento das linguagens e da riqueza das formas na própria arquitetura"*[28]

Numa primeira análise da vila de Ribeira Brava atualmente, em comparação com visitas anteriores, observou-se uma grande expansão da vila nos extremos da sua extensão. A partir do levantamento fotográfico no terreno e acesso a fotografias antigas, consegue-se perceber a vasta transformação da vila, e ao mesmo tempo, as características do local através das edificações.

Atualmente, essas características encontram-se difusas, quase que uma exceção na imagem da vila. Mesmo assim, através da análise da morfologia dos lotes, consegue-se perceber um padrão, anteriormente mencionado como a "tendência" mais comum: o lote de frente larga. Esta frente larga varia de duas, três ou até cinco portas-janelas que também se verifica nas casas que ainda permanecem.

Com o percurso feito na vila foi possível identificar um número reduzido das casas que ainda mantêm as características de uma casa tradicional senhorial. Estas foram identificadas, algumas em bom estado e bastante cuidadas e outras já em processo de ruína. Dentro deste levantamento, percebe-se algumas variações essencialmente nas fachadas de duas, até cinco portas e janelas. Todas elas contêm um ritmo consistente de janelas ou portas janelas com guarda no piso superior e portas no piso inferior, também um embasamento sempre marcado quer em pedra, quer em cimento ou mesmo uma referência em pintura.

Neste conjunto destacam-se a casa Alves e a casa Neves, pela sua complexidade formal face às demais edificações apontadas anteriormente. A curiosidade implantada foi de que estas duas casas tinham uma característica diferente das outras: um beiral duplo. Ao entrevistar o *Sr. Toi*, dono de uma destas edificações - a casa Alves - afirmou que esta teria sido construída na segunda metade do século XVIII.

128 AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. 2002. p. 118.



















56.5; .6; .7; .8; .9; 10; .11; .12; .13. Tipologias, Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021











57. Casa Alves (superior), Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021
58. Casa Neves (inferior), Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021

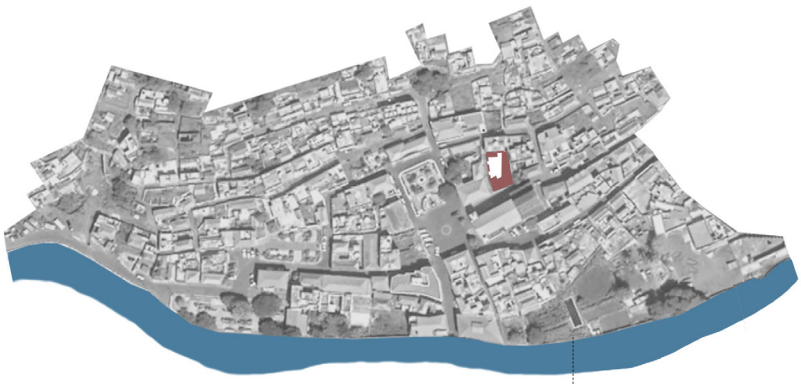
O período sugerido pelo proprietário coincide com a mudança da Sede da Diocese para a ilha o que valida algumas transformações tais como construções de sobrados. Estas duas casas permanecem quase fiéis à fachada original e ambas com as respetivas funções em cada piso, sendo comércio no piso térreo e habitação no piso superior.

Conseguiu-se, com a entrevista, ter uma perceção das transformações efetuadas na casa Alves nomeadamente o aumento da área do terreno em que a habitação se encontra, sendo que hoje ocupa um quarteirão. Foram anexadas junto à fachada original de quatro portas e quatro portas janelas uma garagem e um escritório que corresponde à loja do piso térreo. A casa originalmente desenvolvia-se em "L", porém, com as intervenções feitas, hoje corresponde a um formato em "U". A entrada sempre foi feita na lateral de modo que se entra por um pátio que contém uma escada central para o piso superior. As áreas "nobres" da casa como sala e quartos correspondem à fachada principal que faz frente com a rua direita. A casa Alves foi a primeira casa em São Nicolau a ter uma laje de betão. Existe uma distribuição para os diferentes compartimentos da casa através de uma varanda-corredor, que tradicionalmente era em madeira, mas foi substituída por betão. Em relação à casa Neves não foi possível adquirir informação.

Após a elaboração de uma narrativa que complementasse esta análise partiu-se para um desconstruir das duas casas situadas no coração da vila de Ribeira Brava na ilha de São Nicolau.



"Casa d'Vó Meia"





"Casa d'Tia Concha"



59. Localização das casas

3.2. As duas casas: *Casa d'Vó Meia e Casa d'tia Concha*

> *"…o espaço da casa é determinado pela presença do corpo humano. Assim a habitação, a casa, e o círculo do seu espaço doméstico são o registo desse corpo, físico, tridimensional e em movimento. Não basta, como vimos, ter cérebro; é necessário que o corpo e o espaço se moldem numa longa, lenta e sedimentada aprendizagem. A esta incorporação chamamos cultura…"*[129]

Localização

A escolha destas duas habitações assenta na sua relevância já apresentada para a imagem da vila, na sua centralidade na malha urbana possibilitando uma localização de destaque e também por fazerem parte da minha família. A partir desta última afirmação a escolha dos nomes tenta representar esta relação, a conexão emocional existente e a forma como sempre identifiquei ambas as casas, sendo uma pertencente à minha avó - *Casa d'Vó Meia* - e a outra, à minha tia-avó – *Casa d'tia Concha*.

Estas edificações, após vários questionamentos em relação à transformação da malha urbana da vila, principalmente o "*Terrer*", conseguiu-se restringir a sua construção para a primeira metade do século XIX, mais concretamente entre o ano de 1800 a 1845.

Ambas as casas se localizam nas limitações do "*Terrer*", cuja malha urbana já se encontra muito densa e consolidada. Uma vizinha da outra, separadas por um estreito caminho, fazem frente para a rua Baltasar Lopes da Silva que corresponde à parte sul dos terrenos, onde também se localiza a entrada lateral da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Do mesmo modo a implantação de ambas se desenvolve da seguinte forma: volumetria originalmente em L, com dois corpos separados, quase perpendiculares, sendo o corpo principal a sul e o corpo secundário encostado a Este de cada terreno. A Oeste situam-se os respetivos pátios com entradas secundárias e a norte dos terrenos, num período em que o rural e o urbano se cruzavam de forma mais explícita, localizavam-se antigos galinheiros, chiqueiros e um pequeno estábulo atualmente não utilizados na "*Casa d'Tia Concha"* e não existentes na "*Casa d'Vó Meia".*

> *"É difícil e inútil tentar estabelecer uma fronteira rígida entre o urbano e o rural, pois a impregnação ou interpenetração dos dois conceitos é muito frequente e em muitos casos é exatamente essa mistura que dá o tom à arquitetura doméstica insular. É corrente surgirem nas habitações em meio urbano certos valores de ruralidade... O quintal, os anexos, a rudeza dos acabamentos, o casticismo dos volumes e formas que ocorrem por vezes na cidade, não permitem também fazer fronteira total entre "a casa rural" e a "casa urbana" o que constitui outro dos valores identificativos da casa insular."*[130]

129 RAMOS, Rui, *A Casa: Arquitetura e projeto doméstico na primeira metado do século XX português,* 2010. p. 49.
130 FERNANDES José. M., *Cidades e Casas da Macaronésia*, 1996. p. 271.









José Maximiano Lopes (1894 - 1960)

Domingas Spencer (Concha) (1903 - 2005)

Maria José Spencer Lopes (1932 - 2020)

Maria Alice Sepencer Lopes (1934 -)

Alcina Sepencer Lopes (1937 -)

Jose Herculano Sepencer Lopes (1941 -)

Amilcar Fernandes Sepencer Lopes (1948 -)

Isabel da Luz Spencer (1906 - 1997)

Manuel Justino Spencer (1909 - 1939)

Auta Ramos Spencer (1918 - 2010)

Manuel José Spencer (1872 - 1950)

Ana Domingas Spencer (1876 - 1947)

Francisco Marinho Spencer (1912 - 1989)

Elidio Spencer (1951 -)

Maria Edmeia Lopes da Silva Spencer (1923 - 2017)

Nidia Maria Lopes da Silva Spencer (1961 -)

Alirio José Lopes da Silva Spencer (1964 -)

Eunice Emelina Lopes da Silva Spencer (1967 -)

60. Na esquerda, Cronologia *Casa d'Tia Concha*, na direita, Cronologia *Casa D'Vó Meia*

Cronologia dos Proprietários

"Casa d'Vó Meia"

Esta casa, tendo em conta o que foi referido pelos atuais donos, sempre teve uma única família como proprietária: a família Spencer. Relatam que até onde se sabe, a casa pertencia ao casal Manuel José Spencer (1872-1950) e Ana Domingas Ramos Spencer (1876-1947) e estes tiveram cinco filhos: Manuel Spencer, este faleceu ainda novo por motivo de doença, Isabel da Luz Spencer mais conhecida por Titi, Domingas Spencer mais conhecida por *Concha* (1903-2005), Francisco Marinho Spencer (1912-1989) e Auta Ramos Spencer (1918-2010). Estes nasceram e cresceram nesta casa, sendo que eventualmente com a morte do casal e as filhas com as suas respetivas casas, o filho, Francisco Marinho Spencer também conhecido por Marinho recebeu a casa como herança, ficando as irmãs com os terrenos agrícolas pertencentes à família. Marinho, teve o seu primeiro filho em 1951, Elídio Spencer. Após essa data casou-se com Maria Edmeia Lopes da Silva, *Vó Meia* (1923-2017) e juntos tiveram três filhos: Nídia Maria Lopes da Silva Spencer (1961), Alírio José Lopes da Silva Spencer (1964) e Eunice Emelina Lopes da Silva Spencer (1967). Durante muitos anos a casa pertenceu à matriarca Edmeia depois do cedo desaparecimento físico de Marinho. Depois do falecimento de Edmeia Spencer, a casa passou a pertencer aos filhos e assim se mantém atualmente.

"Casa d'Tia Concha"

De acordo com os entrevistados, tudo indica que esta casa foi construída por Francisco António Lopes da Silva (? – 1882) conhecido por "*Nhô Chico Saninklau*"[131]. Este passou a arrendar a casa ao Estado que a transformou em Enfermaria, outrora Paços do Concelho que durante muitos anos serviu a vila neste sistema de arrendamento de casas e só muito mais tarde foi construído o edifício onde atualmente se encontra a Câmara Municipal, entre outros serviços públicos.[132] No início dos anos de 1930 a casa foi vendida para o senhor Edmund St'Aubyn que ofereceu ao seu filho para este viver com a sua família. Por volta de 1946 a casa foi posta à venda e foi comprada por José Maximiano Lopes (1894-1960) que se casou com Domingas Spencer (Concha), irmã de Marinho, e juntos tiveram cinco filhos: Maria José Spencer Lopes (1932-2020), Maria Alice Spencer Lopes (1934), Alcina Spencer Lopes (1937), José Herculano Spencer Lopes (1941), e Amílcar Spencer Lopes (1948). Após o falecimento de Concha a casa passou a pertencer aos filhos e assim ainda se encontra.

Assim, as duas casas, uma ao lado da outra, passaram a pertencer ao mesmo seio familiar, a família Spencer Lopes e a família Lopes da Silva Spencer.

131 Existe uma história sobre a construção da casa em que questionaram o dono acerca das suas condições económicas para construção da casa. Esta história parte de um encalhamento de um barco que estava carregado de cereais que este comprou. Ao adquirir o barco encontrou também uma caixa com moedas de ouro. Não revelando a ninguém a sua fonte, disse: *"um ta construi ess casa, ainda um ta estende moeda na txon d'nha kasa pa bo casa"* (construo a minha casa e ainda estendo moedas da porta da minha casa para a sua) no sentido de mostrar ao outro que desacreditava das suas posses. O que é certo é que a casa foi construída, não sabendo a real fonte.

132 Informação adquirida a partir da entrevista com o Sr. Amílcar Spencer Lopes, um dos atuais donos da casa.











61. Localização *Casa dVó Meia,* dezembro de 2021
62. Relação com a paisagem, *Casa dVó Meia*, dezembro de 2021
63. Vista aérea, *Casa dVó Meia,* dezembro de 2021

Casa d'Vó Meia

O lugar

O terreno desta casa ocupa atualmente um quarto de um quarteirão, sendo que antigamente ocupava metade. A casa dispunha de uma relação íntima com a paisagem do vale devido à sua proximidade com a encosta cuja presença era notada mesmo durante a noite. Atualmente não será mais possível esta experiência por conta de uma das várias intervenções/transformações que a vila sofreu. A presença da habitação é pouco notada, apesar de se desenvolver em dois pisos, acompanha a inclinação natural da encosta para além de fazer frente a um edifício de exceção.

A implantação

Como referido a casa desenvolve-se em dois corpos principais perpendiculares completando a sua composição com alguns anexos, um pouco característico do viver a casa em Cabo Verde e da forma como esta responde às necessidades conforme o aumento da família ou a capacidade financeira para acrescentos. Esta distribuição dos corpos permite uma entrada da luz solar controlada, sendo que a temperatura em Cabo Verde ronda os 25º numa média anual, tornando assim os espaços das casas num ambiente ameno para se estar, realçando a preocupação com esta condição.

A cronologia dos espaços

Esta casa, quando adquirida por Marinho, encontrava-se com necessidade de intervenção urgente. Para oferecer melhores condições à sua família, na altura do nascimento da primeira filha, iniciou obras de melhoramento ainda nos anos 60.

O terreno onde a casa está inserida abrangia uma área maior. A parte superior do terreno, onde atualmente encontra-se construída uma casa de três pisos mais sótão pertencente ao filho mais velho de Marinho, era reservada para guardar animais.

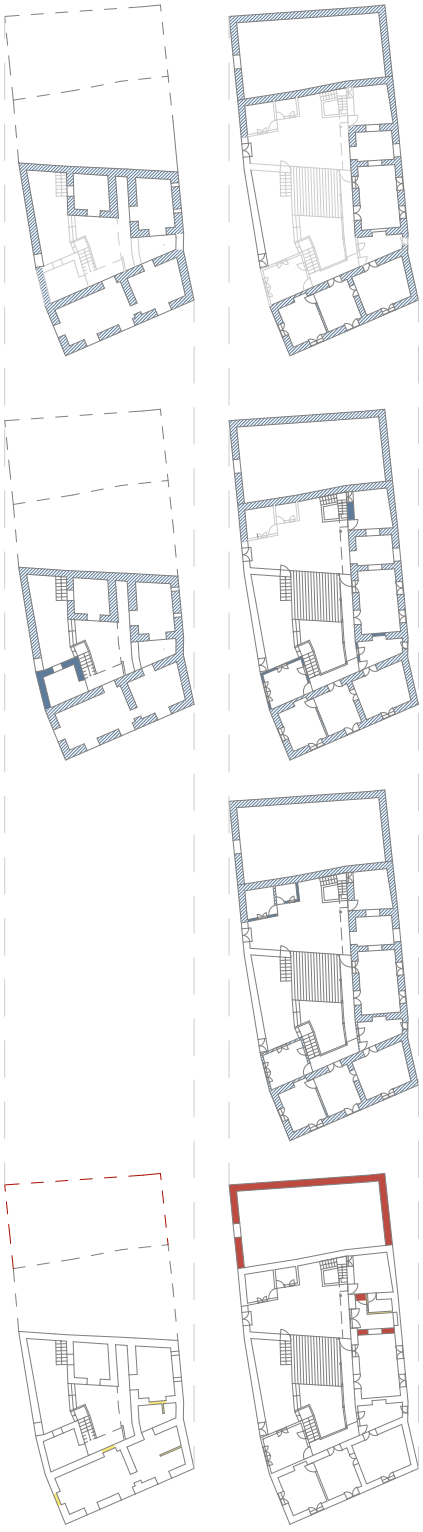
A casa sempre teve dois pisos, sendo o piso inferior reservado a armazenamento e comércio, com um corpo solto no interior do pátio onde se instalavam as empregadas e o piso superior, que seria efetivamente a parte habitacional do conjunto edificado. Os dois corpos, perpendiculares, eram dissociados, sendo que o volume da fachada principal correspondia a dois quartos e uma sala de estar e o outro à sala de jantar principal juntamente com um espaço menor denominado pelos proprietários de "salinha de jantar". O espaço cozinha não existia associado aos volumes principais da casa, tão pouco como volume autónomo com paredes de pedra e cobertura de telha. A sua configuração restringia-se a um forno tradicional, com uso de lenha ao fundo da casa que, às vezes, contava com uma cobertura de chapa. A casa também dispunha de uma "varanda-corredor" em madeira coberta de telha. Este espaço manteve-se como o único que conecta os dois corpos perpendiculares.

Presumível situação original séc. XIX

Acrescentos do anos 60

Acrescentos dos anos 70

Planta de vermelhos e amarelos , 2010



Piso 0 Piso 1













64. Transformação dos espaços da casa, escala 1/750
65. Cozinha, desembro de 2021
66. Quarto 1, desembro de 2021
67. Quarto 2, dezembro de 2021
68. Sala/Quarto 3, dezembro de 2021
69. Sala de Jantar, dezembro de 2021
70. Quarto de Banho, dezembro de 2021

Com a intervenção nos anos 60, já disponível um novo material na ilha (o cimento), aproveitou-se para efetuar algumas modernizações. Para além do novo material estrutural, foi possível o melhoramento dos dispositivos de serviço (casas de banho e cozinha) com a introdução de canalizações. Começou-se por construir um quarto de banho no espaço entre os quartos e a sala de jantar. Nos espaços da cozinha e do quarto de banho foi utilizada uma cobertura plana de betão. Acrescentou-se também mais um corpo no lado oeste da casa com cobertura inclinada de uma única água que passou a ser a sala de visitas. A "varanda-corredor" foi transformada, trocando a madeira por betão, inclusive a guarda, juntamente com a escada de acesso. Deixou-se uma única parte da varanda com cobertura em telha cerâmica, a restante foi transformada num novo piso de acesso à cobertura da cozinha e quarto de banho. Com a construção do quarto de banho foi inserida uma fossa subterrânea em ambos os pátios, permitindo que a água utilizada fosse descartada diretamente. Os pátios inicialmente eram em calçada de pedra basáltica e com esta transformação, foram todos cimentados.

Nos anos 70, foram acrescentados dois compartimentos no fundo da casa, um quarto e um quarto de banho.

No ano de 2010 foi feita uma intervenção no piso do interior dos compartimentos, cujo material era madeira. Este foi substituído por uma laje de betão com a justificação de falta de privacidade entre o piso de cima e o de baixo (loja) sendo que a madeira já se encontrava também bastante desgastada. Neste processo acrescentaram-se pilares e vigas no rés-do-chão para sustentar as lajes. Ao mesmo tempo, eliminou-se uma parede de pedra que dividia o corpo da sala de jantar em dois espaços, tornando-o num único salão.

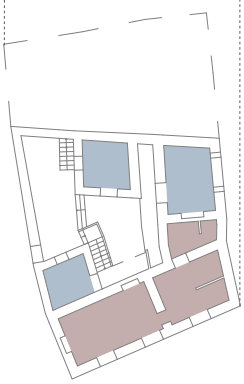
Posteriormente o terreno foi dividido para construção da habitação acima referida.

Composição

A fachada da casa é harmónica, diferente da sua composição em planta que se adapta à configuração do terreno. Através do eixo central consegue-se traçar um arco de volta perfeita que resulta na altura (até o beiral) e largura da fachada. Esta tem um aspeto austero, que se relaciona com a arquitetura chã, larga e baixa, é composta por três portas no rés-do-chão e no piso superior duas janelas e uma porta janela centralizada. A sua simetria cria um equilíbrio que se traduz em aberturas ritmadas com medidas semelhantes. O encontro da casa com a rua é abrupto, pois a passagem do interior para o exterior é marcada por um único degrau intermédio. Esta fachada dispõe de um embasamento rugoso que continua na fachada lateral da casa onde se situa a entrada.



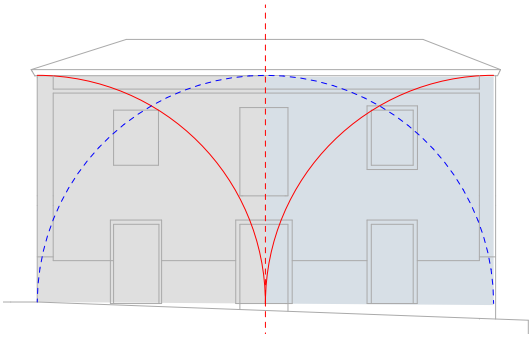
Piso 1



Piso 0

Circulação
Privado
Público
Serviços
Arrumos
Comércio







71. À esquerda, organização do programa, escala 1/500
72. Desenho da fachada, escala 1/250
73. Análise geométrica da fachada, escala 1/250
74. Fotografia da fachada, dezembro de 2021

Nos extremos percebe-se um cunhal destacado pela pintura, e por fim é rematado por um friso juntamente com um beiral simples e cobertura de quatro águas. Os caixilhos do piso inferior, na fachada, não se encontram fiéis aos originais cujo material era madeira. No piso superior, a janela é composta por uma caixilharia de madeira que contém uma vidraça tripartida pela moldura, acompanhada de portadas no interior e no exterior sendo a interior opaca. Esta é rematada por uma bandeira também tripartida, originalmente basculante. A porta janela corresponde ao elemento central da fachada, detém também uma caixilharia em madeira com as mesmas características das janelas, sendo neste caso rematada com uma guarda trabalhada em ferro fundido. A fachada lateral de entrada para a casa, corresponde a uma porta (simulada) e uma janela no rés-do-chão e no piso superior respetivamente, sendo a entrada efetuada por um portão que dá acesso ao quintal da casa. A restante parte da casa é murada, com uma entrada secundária que dá acesso ao quintal da cozinha (uma entrada de serviço)

Materialidade

Os materiais que correspondem à construção original que ainda se mantêm na casa são as paredes exteriores de pedra – basalto, a cobertura do corpo principal da casa também mantém a estrutura original de madeira e as telhas de cerâmica portuguesa. Os caixilhos de madeira perpetuam a linhagem da composição inicial. Apesar destas características tradicionais, a casa passou por modificações onde foram alterados conceitos construtivos da mesma. As lajes que outrora eram em madeira foram todas substituídas por lajes de betão e revestidas com cerâmicos. Junta-se também a "varanda-corredor" também em madeira e substituída por betão, inclusive as guardas. As paredes são maioritariamente rebocadas no interior e pintadas, exceto o quarto de banho que nas paredes é revestida com azulejo e no chão marmorite. A cozinha também é revestida com um azulejo branco e a bancada é em cimento revestida com cerâmico.

Patologias

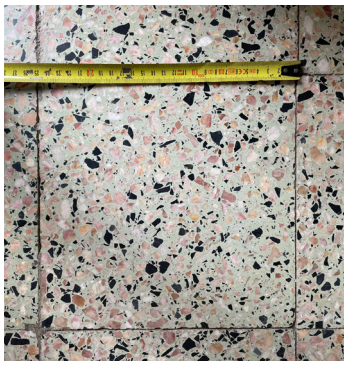
O edificado por conta da passagem do tempo está sujeito às condições que este implica. A casa *d'Vó Meia* concentra várias patologias atualmente, com ênfase na cozinha, onde há necessidade urgente de intervenção. Começando por este último espaço, que desde a sua construção não foi alvo de intervenção, a situação mais preocupante concentra-se numa fissura na laje de cobertura pondo em risco a segurança das pessoas que frequentam a casa. Para além dessa grande fissura observa-se pelas paredes outras fissuras menores. As patologias encontram-se mais nessa zona do quintal sendo que alguns dos pilares que sustentam a cobertura da varanda-corredor também se encontram em estado de degradação. Para além dessas condições, noutros espaços da casa existem alguns casos de humidade nas paredes e caixilhos com vidros partidos.















75.1; .2; .3; .4; .5; .6. Caixilharia em madeira e vidro simples.,
76. Cobertura da varanda-corredor com telha plana cerâmica Fábrica de Palença, Lisboa, séc. XIX
77. Marmorite, piso quarto de banho.
78. Pedra basáltica constituinte da parede exterior.
79. Encontro entre dos pavimentos, cerâmico vs madeira.
80. Azulejo revestimento da parede de quarto de banho.
81. Cimento como pavimento da varanda corredor.














82.1; .2; .3; .4; .5; .6; .7; .8; .9; .10; .11. Patologias: Estruturas fissuradas; Escamação de tinta; Humidade ascendente; Bolores em paredes; Escorrências. Vidros da caixilharia partidos; Humidade., dezembro de 2021











83. Vista do pátio interior e contraste com a encosta, dezembro de 2021
84. Vista do pátio interior, dezembro de 2021
85. Vista aérea, dezembro de 2021

Casa d'Tia Concha

O lugar

A casa *d'Tia Concha,* é vizinha da casa mencionada acima, portanto, o seu contexto urbano é o mesmo. Esta também se encontra numa malha urbana densa e consolidada, mas diferente da outra, para além de ser maior, tem uma certa imponência sendo que a fachada Oeste faz frente com o terreiro, o ponto central da vila. Esta casa, também vizinha da igreja matriz compõe uma imagem que faz parte do postal da ilha de São Nicolau. É uma sobrevivente juntamente com a referida anteriormente, pois ambas resistem ao tempo e às transformações que este obriga, um poço de memória coletiva da vila. De igual modo, a relação desta casa com a paisagem natural do vale era de proximidade, facto que, infelizmente, se perdeu com a construção de um edifício de quatro pisos no tardoz. Não obstante, como neste caso o lote apresenta maior dimensão, a restrição visual a partir do quintal e da varanda - corredor não é tão intrusiva como no caso da casa *d'Vó Meia.* O restante terreno é murado o que limita a relação direta com as ruas circundantes.

A implantação

A fachada principal desta casa também se encontra na rua Baltasar Lopes da Silva, virada para a entrada secundária da igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário e não para o "*Terrer"*, o que demonstra um certo respeito pela importância da entidade religiosa. O terreno da casa é um único quarteirão estando a casa situada no limite Sul do mesmo. O edifício desenvolve-se em "L", embora o corpo principal seja muito maior que o corpo perpendicular encostado a Oeste. Esta mesma orientação, mostra igualmente um cuidado em relação à entrada de luz solar direta no edifício fazendo com que este também preserve uma temperatura sempre amena no seu interior.

Mesmo em duas casas semelhantes, com a mesma implantação é impossível não sentir a diferença entre elas. Uma, pela sua maior escala tende a concentrar as funções no corpo principal e assume esta característica facilmente relacionável às edificações portuguesas. A casa menor, diante dessa escala mais reduzida quase que foi obrigada a recorrer a características de valorização dos espaços exteriores como espaços de vivência tão importante quanto os interiores. Valorização do espaço edificado com a ausência de edificações.

A cronologia dos espaços

Este edifício ao longo da sua existência transitou entre vários significados e funções resultando em muitas transformações. Visto que foi inicialmente construído com o intuito de receber um programa habitacional, após o seu arrendamento ao Estado, sem indícios da data deste acontecimento, presumivelmente foi alterada no seu interior para acomodar os respetivos serviços. Nos anos 30 tornou-se habitação novamente de modo que voltou a sofrer alterações.

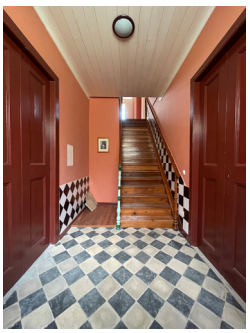
Presumível situação original, séc. XIX

Alterações dos Anos 60

Planta de vermelhos e amarelos, 2018

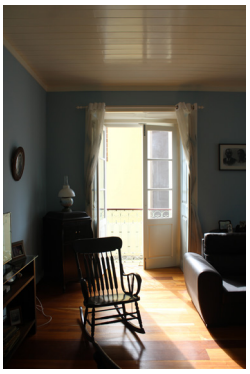


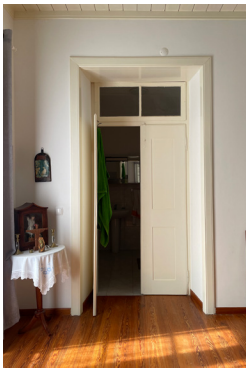
Piso 0 Piso 1











86. Transformação dos espaços da casa, escala 1/750
87. Porta entrada principal, vista do interior, dezembro de 2021
88. Hall de entrada da casa, dezembro de 2021
89. Hall de distribuição dos quartos, dezembro de 2021
90. Sala de jantar, dezembro de 2021
91. Sala de visitas, dezembro de 2021
92. Porta no quarto principal, dezembro de 2021

A casa durante muitos anos dispunha do corpo principal maior que continha os quartos e a sala de estar no piso superior e comércio no piso inferior. Apesar do dono ser comerciante reservava o espaço da loja em outro edifício ficando o espaço na casa *d'Tia Concha* reservado a arrumos e escritório.

As alterações foram sendo feitas nomeadamente a construção de um quarto de banho e de uma cozinha na articulação entre os dois corpos perpendiculares. Em paralelo foram sendo feitas alterações no interior da casa. A varanda-corredor no interior da casa era em madeira e nos anos de 1966/67, um dos irmãos convenceu a mãe a alterar a varanda de madeira por betão como foi feita na outra casa, e neste mesmo período aproveitou-se para cimentar também o quarto de banho o que implicou a construção de uma fossa no quintal mudando o piso do quintal que era de calçada de pedra para cimento e aproveitou-se para instalar água canalizada.

A última grande transformação da casa foi recente, entre os anos de 2016/2018 onde houve uma reorganização dos espaços interiores, pois, segundo um dos proprietários, 'a distribuição anterior dos espaços era aleatória e sem sentido'. A sala de estar manteve-se no mesmo lugar e foi feita uma divisão clara entre área noturna no lado Este composta pelos quartos e casas de banho e a área diurna no lado Oeste que contém a sala de estar, sala de jantar e cozinha. Outra grande transformação foi a substituição das lajes de madeira por betão e toda a cobertura da casa foi refeita, mantendo a sua morfologia de quatro águas. As intervenções foram descritas com detalhe por um dos donos em entrevista, Amílcar Spencer Lopes, que esteve presente a tempo inteiro durante o período de obras da casa. Esta entrevista encontra-se nos anexos.

A configuração no piso inferior também foi alterada resultando em dois grandes espaços com a eliminação de duas paredes de pedra, substituídas por vigas e pilares para sustentação da casa. Esta decisão foi de certo modo para beneficiar o comércio que eventualmente ali se instalará, pois, também, com o aumento da área conseguiu-se construir um quarto de banho em cada loja e arrumos permitindo melhores condições de trabalho. Paralelamente o armazém privado da casa que serve para guardar alimentos recebidos das hortas entre outras coisas encontra-se debaixo do corpo secundário.

Composição

Esta casa é o reflexo da harmonia geométrica em Ribeira Brava. É composta, na sua fachada principal, por cinco portas no piso inferior e cinco portas janelas no piso superior, de modo que, em comparação com a casa anterior demonstra um maior poder económico e social que outrora teve através da sua composição. Neste caso que também difere da outra casa, a entrada principal é central, marcando um eixo divisor a partir do espaço da entrada. A fachada segue características idênticas à do edificado anterior, de modo que também contém um embasamento rugoso, com um remate nos extremos que remete a uma pilastra destacada pela pintura, um friso isento de ornamentação, beiral simples e cobertura de telha de quatro águas.

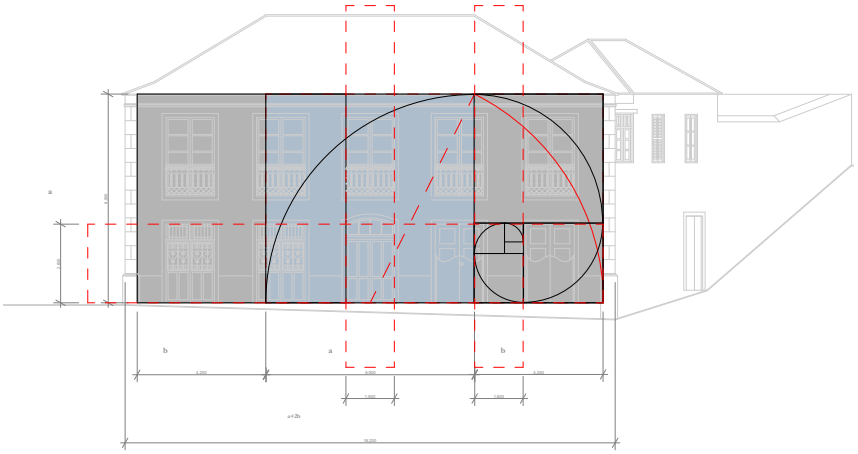


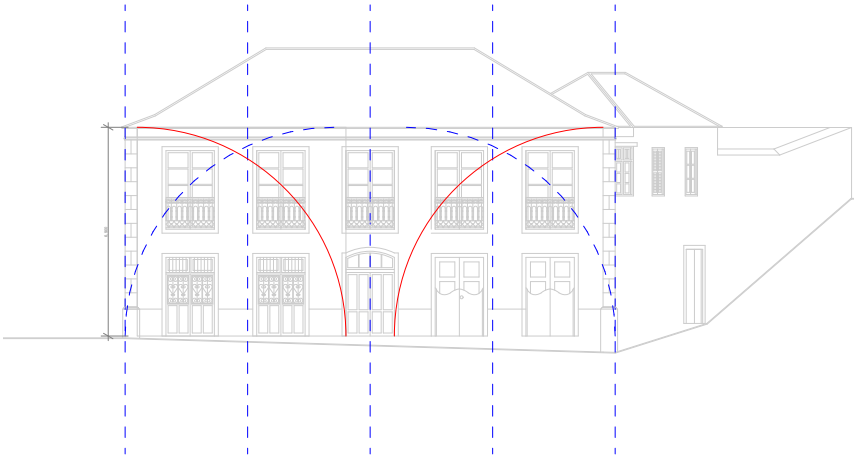
Piso 0

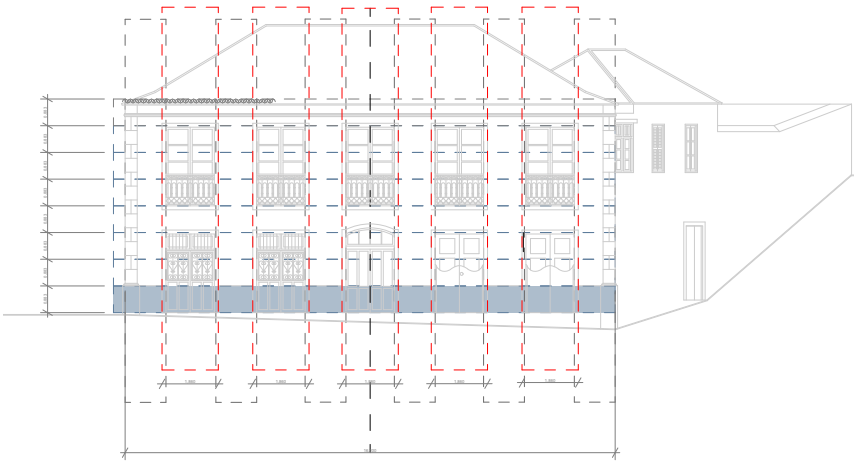


Piso 1

Circulação
Privado
Público
Serviços
Arrumos
Comércio







93. Esquerda: Organização do programa, escala 1/500
94. Direita: Análise geométrica da fachada, escala 1/250

A fachada do lado Oeste, virada para o "*Terrer",* segue as mesmas características da fachada principal sendo composta por três portas janelas mais uma janela no piso superior e duas no piso inferior. A janela mais ao Norte no piso superior corresponde ao espaço da cozinha. Por este compartimento ter sido acrescentado posteriormente, possui uma cobertura de uma única água, independente do volume principal da casa.

A porta principal de entrada da casa corresponde a duas folhas de madeira cada uma com quatro almofadas rematadas no topo por uma bandeira envidraçada emoldurada. Todos os vãos exteriores têm uma moldura em madeira pintada realçando assim as aberturas. As portas janelas possuem um caixilho de madeira com duas folhas que contêm na parte de baixo uma almofada e na parte de cima vidro emoldurado. Diferente das janelas da casa anterior, estas não contêm portadas exteriores, somente interiores e completamente opacas. Rente à fachada da casa cada porta janela tem uma guarda em ferro fundido.

Numa análise à geometria da fachada entendeu-se que o seu desenho se baseia no retângulo de ouro. Sabe-se que este é, simplificadamente, formado por um quadrado "a" mais um retângulo "b", portanto nesse edifício a largura da fachada corresponde à soma de um quadrado "a" mais o menor lado de dois retângulos "b": (a+2b).

A partir do eixo central, consegue-se traçar um arco abatido que revela tanto a altura como a largura da fachada. Também se percebe que através dessa altura rebatida para o centro do edifício revela a largura de todos os vãos que em simultâneo, correspondem ao terceiro retângulo de ouro encontrado na sequência de *Fibonacci*[133]. Através desta relação encontra-se também a altura do embasamento da fachada, que na sua multiplicação por sete, revela também a altura total (até o beiral). Estas conclusões realçam ainda mais o sentido de harmonia e simetria da fachada marcando um ritmo alternado entre os vãos e a parede.

Materialidade

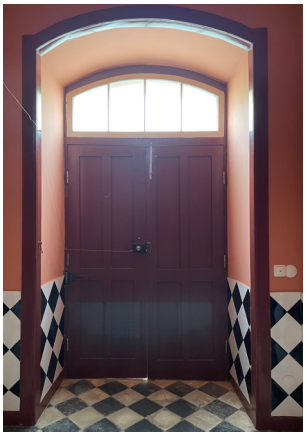
Em relação aos materiais, nesta casa recentemente intervencionada, revelou-se uma novidade construtiva face à versão anterior. Embora a permanência da estética da casa e a preservação da "capa", nomeadamente a constituição das paredes exteriores e mestres no respetivo material tradicional (basalto), foram alteradas as lajes e consequente estrutura de sustentação através do uso de betão. No piso superior correspondente à casa, a laje foi revestida em soalho procurando uma referência visual à original. No piso inferior, a laje foi revestida em cerâmico proporcionando espaços para futuro uso comercial. A cobertura também foi toda refeita com uma nova estrutura e revestimento.

133 "Na matemática, a sucessão de Fibonacci (ou sequência de Fibonacci), é uma sequência de números inteiros, começando normalmente por 0 e 1, na qual cada termo subsequente corresponde à soma dos dois anteriores." Em https://pt.wikipedia.org/wiki/Sequ%C3%AAncia_de_Fibonacci













95. Fachada principal, dezembro de 2021
96. Caixilharia em madeira com vidro simples, dezembro de 2021
97. Guarda em ferro fundido, fachada, dezembro de 2021
98. Interior porta da entrada principal, dezembro de 2021
99. Sala de visitas, dezembro de 2021
100. Hall de distribuição dos quartos, dezembro de 2021

Com o levantamento e a análise dos elementos que compõem a casa, consegue-se extrair uma identidade urbana e arquitetónica como facto formal. No entanto,

> *"a fisionomia de uma cidade não depende apenas dos seus aspectos estéticos, das belezas naturais ou das criadas pelo Urbanista e pelo Arquitecto; depende do factor humano que nela vive, da maneira como se apresenta e se comporta, do respeito que este manifesta pelo seu semelhante e por si próprio."*[134]

Sendo assim, entrando na especificidade do lugar, através das vivências dos habitantes, da sua relação habitante-cidade, da memória individual que contribui para a memória coletiva, entende-se a importância e o valor desta arquitetura menor, que representa a arquitetura dominante na imagem da cidade.

> Relatos dos anos 40 e dos anos 70.
>
> A vivência relatada pelos moradores das duas respetivas casas, uma nos anos 30/40 e outra nos anos 60/70 corresponde a uma ligação muito íntima com os espaços exteriores (interiores), de brincadeiras, de criatividade, pois não havia muitas outras opções de afazeres como atualmente. Brincadeiras e conversas entre irmãos, familiares e amigos que iam visitar e com as empregadas. A rua, o "*Terrer"*, do ponto de vista da criança, era exceção, sendo domingo e noites de luar os momentos em que era permitida alguma convivência fora dos limites da casa. Este limite não era visto como uma barreira, mas sim um aconchego, um conforto, um abrigo. *"Nuestro domicílio es el refugio del cuerpo, la memoria y la identidade."*[135] A partir destas memórias, percebeu-se a união da família pela comida, as refeições eram sagradas e todos tinham de estar presente, sendo o prato de eleição a tradicional *katxupa*[136] que se cozinhava todos os dias. De tal forma, que no Dia de São José, sendo esse o nome do antigo dono da casa *d'Tia Concha*, abriam-se as portas da casa, para oferecer *katxupa* às pessoa mais carenciadas, ato que era chamado de *kmida d'onj* (comida de anjo)[137].

"A *identidade percebida* é bem diferente da *identidade vivida."*[138] As entrevistas presentes no anexo permitem uma visão mais humana dos espaços, porém não nos permitem ser transportados para o lugar histórico e experienciá-lo a partir de uma mentalidade que condiz com aquela da época, sobretudo porque "*vida e lugar são inseparáveis*"[139] e, portanto, *"o espaço habitado transcende o espaço geométrico."*[140]

---

134 AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. 2002. p. 119.

135 PALLASMAA, Juhani, *Habitar*, 2016, p. 98.

136 A *Katxupa* (cachupa) é um prato tradicional cabo-verdiano à base de milho e feijão.

137 "Perpetua-se nalgumas famílias o hábito de preparação de uma refeição – "catxupa d'anjo", para distribuição gratuita a todas as crianças das redondezas, como pagamento de promessa feita, geralmente a Nossa Senhora" em CABRAL,José, "*Sodade de nhâ Terra Saninklau",* 2009.

138 AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. 2002. p. 122.

139 Ibidem p. 115

140 FERNANDES Francisco. B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade,* 1999. p. 24.



101. Vista para o Terreiro, Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data

4. Memória do futuro

> *"A arquitectura, tanto ciência impura, felizmente, como técnica imprecisa, recorre a uma e outra; com a cidade do passado, pedras e memórias; com as aspirações do presente, vai dando os passos para conformar essa cidade do futuro que só poderá ser perfeita num futuro mais longínquo".*[141]

A memória do futuro pode ser entendida como um apelo para a compreensão de que, como demonstrado pela história da humanidade, o conhecimento é acumulativo e pode conduzir a interpretações da melhor maneira de prosseguir rumo ao futuro. Este conhecimento adquirido permite-nos observar as escolhas feitas ao longo do tempo e aprender com as conquistas e com os erros.

Neste sentido, o período de maior desenvolvimento arquitetónico e urbano da ilha de São Nicolau deu-se pelo transportar da cultura portuguesa para a mesma. Apesar deste acontecimento, o ponto de vista desta fase não pode ser unilateral, de maneira que, enquanto crescia a influência da cultura portuguesa, decrescia a presença das tradições de matriz africana. Alerta-se aqui para a origem do povo cabo-verdiano, fruto da miscigenação entre povos e em menor escala, a mistura das tradições arquitetónicas. O pensamento de domínio de uma cultura sobre a outra não permitiu, na arquitetura, vestígios da africanidade latente à condição geográfica e racial cabo-verdiana. Como consequência, os registos arquitetónicos e urbanos na vila de Ribeira Brava marcam um modo de fazer essencialmente português.

Com isso, as casas coloniais fazem parte desta trajetória imposta, mas que guardam espaços onde famílias cabo-verdianas nasceram e prosperaram, espaços onde o ser humano evoluiu, desenvolveu a sua personalidade, a sua essência. Deste modo, as casas coloniais são parte da prova material de decisões tomadas e rumos seguidos na história do povo cabo-verdiano, mais concretamente da vila de Ribeira Brava, uma história de dominação, mas também de resiliência que resultou no nascer de um Cabo Verde independente.

> *"O conceito de património é um conceito cultural e, porque mergulhado no tempo, sujeito às mutações que esse curso implica. Hoje, na sequência de mudanças da historiografia, o campo patrimonial vê-se alargado a tudo o que correntemente se chama bem histórico não monumental - as morfologias urbana e rural, a arquitetura doméstica e industrial, ambientes urbanos. Assim, o património constitui-se um testemunho da vida de um povo de caracter documental museológico vital, e não apenas um conjunto de materiais de valor estético e arquitectónico."*[142]

141 MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 1.
142 Ibidem. p. 4.

Atualmente, diante de uma área de atuação tão abrangente e do seu caráter mutável, a compreensão e classificação do que é ou poderá vir a ser o património converte-se numa tarefa de extrema complexidade e que, portanto, necessita do auxílio de mecanismos legais pelo campo multidisciplinar para salvaguarda da memória coletiva. Para além disso, depende dessa multidisciplinaridade envolvida na arquitetura para encontrar um equilíbrio entre os valores patrimoniais e assim entender a real importância dos elementos que constituem a essência de um lugar, onde a arquitetura em grande parte contribui e exala cultura.

A classificação do património arquitetónico não pode ser feita de forma isolada, nem tão pouco sob um "modus operandi" igualitário para todos os artefactos. Já na transição do século XIX para o século XX, Alois Riegl defende que os valores encontrados num monumento podem ser contraditórios e assim deve-se fazer uma análise de caso a caso.[143]

No entanto,

> *"o problema do património é o de não se saber o que é, o que lhe fazer, o muito ou o pouco préstimo que pode ter. Talvez por ser o futuro tão incerto e ameaçador e o presente uma vertigem, seja cada vez mais problemática a construção do passado e das suas infindáveis narrativas identitárias e memórias coletivas que desaguam em patrimónios. ... Quanto mais incerteza, azedume e dificuldades no presente, maior a mitificação de um passado feliz, um paraíso perdido, uma idade de ouro e… um impulso incontrolável de tudo preservar e resgatar da destruição e do desaparecimento."*[144]

O conceito foi pensado, teorizado e posto em prática com sucessos e insucessos. A operacionalidade dos valores estipulados ao longo do tempo é posta em causa pelo sentimento de tudo querer preservar exigindo uma análise profunda do artefacto arquitetónico levantando um novo valor que permite filtrar, procurando sentido do que é contemporâneo a partir do antigo.[145]

Diante das considerações que incidem sobre a temática do património este trabalho não tem a ambição de especificar regras para a determinação de bens patrimoniais. A linha de raciocínio a ser seguida fica sob a determinação de quem faz a análise e sob a ótica do caso específico num confronto/harmonia entre o que é antigo e o que é novo, entre a permanência e a transformação, entre o doméstico e o público.[146]

Não se pretende tornar Ribeira Brava num "centro histórico" imaculado, que sirva de contemplação para vidas passageiras, mas sim, trata-se de uma "construção de estratégias que permitam colocar o habitante no centro do debate e na periferia dele"[147], permitindo espaços que façam sentido com a sua realidade e que estejam em constante conexão com a matriz do lugar.

---

143 LOPES, Nuno V., *Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea: Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente,* 2015, p. 19.

144 DOMINGUES, Álvaro, Revista Património Nº2: Patrimónios Desamparados. 2014, p. 8

145 FERNANDES Francisco. B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade,* 1999., p. 319.

146 MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 23.

147 LAGE, José A., *Reabilitação de Bairros e Arquitetura: Estratégias de processo; Práticas de projecto,* 2017, p. 401.

Apesar de existirem as bases internacionais para apoio regulamentar na classificação do património, é também necessário que a legislação nacional torne claro, na prática, as múltiplas questões que surgem no contexto de preservação/ intervenção no bem patrimonial.

O que consta no regime jurídico do património cultural de Cabo Verde indica que:

> *"a presente Lei aplica-se aos bens materiais e imateriais que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante para a preservação da identidade e a valorização da cultura Cabo-verdiana, devam ser objeto de especial proteção e valorização."*[148]

Neste mesmo artigo consta também que os bens materiais abrangidos correspondem a Monumentos[149]; Sítios[150]; Conjuntos arquitetónicos[151]; Monumentos naturais; Formações geológicas e fisiográficas e locais de interesse naturais. Do mesmo modo que os bens imateriais que "constituem parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva cabo-verdiana" "devem ser também objeto de especial proteção e valorização".[152]

Pretende-se com esta análise perceber a integração, ou não, da arquitetura doméstica nas leis do património em Cabo Verde, realçando o que foi referido em capítulo anterior, de que a arquitetura menor é um tema em evolução nas discussões públicas, mas ainda pouco abordada no arquipélago.

A preocupação com a preservação do património cultural está presente nas discussões públicas de Cabo Verde desde 1990 onde foram aprovadas as Bases do Património Cultural com o intuito de "defender, preservar e valorizar o património cultural nacional".[153] Assim, com a necessidade de uma entidade responsável surgiu o Instituto Nacional da Cultura (INAC) que iria "promover a identificação e inventariação dos valores da cultura do povo cabo-verdiano juntamente com a salvaguarda do património artístico".[154]

Com o passar do tempo e a constante evolução do conceito, a necessidade de reforma do instituto surgiu e houve uma renomeação do INAC para Instituto da Investigação e do Património Cultural (IIPC).[155]

148 De acordo com o artigo 2º da Portaria n.º85/IX/2020 de 20 de abril onde foi aprovado o Regime Jurídico de Proteção e Valores do Património Cultural.

149 Que definem como (Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura, composições importantes ou modestas relevantes pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social, incluindo as instalações ou elementos decorativos que fazem parte integrante destas obras;)

150 (obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, espaços suficientemente característicos e homogéneos, de maneira a serem delimitados geograficamente, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico ou etnológico;)

151 (agrupamentos arquitetónicos urbanos ou rurais de suficiente coesão, de modo a puderem ser delimitados geograficamente, e notáveis, simultaneamente, pela sua unidade ou integração na paisagem e pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico e social;)

152 Presente no artigo 2º da Portaria n.º85/IX/2020 de 20 de abril

153 Consta na Lei nº102/III/90 de 29 de dezembro

154 Consta no Decreto nº99-A/90 de 27 de outubro

155 Consta no Decreto-Regulamentar nº2/2004 de 17 de maio

No ano de 2014 o Governo de Cabo Verde apercebeu-se da urgência em consolidar a instituição auxiliando no cumprimento da sua missão, reestruturando a instituição com uma "nova cara". Neste contexto renasce o Instituto do Património Cultural de Cabo Verde (IPC) "com a missão de proceder à investigação, recolha, tratamento e conservação do património material e imaterial nacional."[156] Por último, no ano de 2020 o novo estatuto do IPC impõe um reforço nas suas áreas de atuação das quais salientam-se duas:

- "Na tomada de medidas cautelares no que tange a intervenções que destruam ou ameaçam destruir imóveis classificados ou inscritos para classificação como património cultural."
- "Na obrigatoriedade de o IPC ser chamado a acompanhar as intervenções em áreas classificadas e/ou de elevado valor histórico e arqueológico, a semelhança da obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental."[157]

Estas duas missões são bastante claras, bem como a regulamentação, porém levanta-se o questionamento sobre a falta de fiscalização e aplicação prática das diretrizes de análise de intervenção e salvaguarda desenvolvidas pela instituição.

Ao navegar num mapa interativo do IPC[158] constatou-se o levantamento de habitações na ilha de Santo Antão e São Vicente de cariz colonial denominadas de sobrados fazendo acreditar que, com este inventário, existe uma tentativa de identificação deste património arquitetónico. Salienta-se a ausência deste mesmo levantamento na ilha de São Nicolau, onde se situa o primeiro "centro histórico" decretado pelo IPC. Numa tentativa de abordagem feita à instituição com o objetivo de esclarecer esta questão e consequente confirmação da aplicação da regulamentação existente de modo a abranger as casas coloniais, não se obteve resposta.

A partir deste olhar mais atento à legislação cabo-verdiana em relação ao património e aos acontecimentos, pareceu coerente elaborar estratégias de valorização e intervenção da casa colonial, sob uma perspetiva arquitetónica, assente numa ótica cuidadosa, atenta e profunda sobre a sua real importância, da sua relação íntima com a vila e do seu potencial para as gerações futuras.

> *"Távora propõe um novo desígnio, a que chamaríamos hoje «uma reabilitação cautelosa, socialmente atenta e passível de poder ser alargada a outras partes da cidade» … recusando a demolição sistemática … para a sua «refundação moderna». Associando a acção física à intervenção social, relevando a importância dos processos participativos, o cuidado na conservação do que tem valor, conciliada com a necessidade de beneficiar, de permitir condições para vidas contemporâneas, Távora propõe um «continuar-inovando» …"*[159]

A expressão "continuar-inovando" corresponde à ambição desta dissertação, desde a importância e relevância da casa colonial para Cabo Verde à necessidade de corresponder às exigências e espectativas que o mundo atual nos prontifica.

156 Consta no Decreto-Regulamentar nº26/2014 de 27 de junho

157 Consta no Decreto-Regulamentar nº3/2020 de 17 de janeiro

158 https://ipccaboverde.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=9c876da106ad4c9f892d5884c25a-cefc

159 LOPES, Nuno V., *Projecto, património arquitectónico e regulamentação contemporânea: Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente,* 2015. p.20.

Hoje, uma das grandes preocupações com a delapidação do espaço nas grandes cidades, corresponde ao turismo em massa e as consequências que este carrega. No caso da ilha de São Nicolau (in)felizmente, o difícil acesso em termos de transporte ainda não permitiu esta "invasão". Mesmo assim, à escala do existente, a descaracterização acontece por outras questões, nomeadamente o poder económico proveniente principalmente de emigrantes que muitas vezes constroem casas "passageiras". Constata-se também a influência do poder político e um desalinhamento na comunicação entre as entidades responsáveis pela preservação, valorização do património e fiscalização das intervenções ou mesmo de novas construções que foram e estão sendo feitas na vila que atuam diretamente no espaço urbano.

Portanto, "hoje vivemos um tempo em que não há clareza sobre quem são os grupos sociais que «inventam» e legitimam (e o modo como o fazem) os valores patrimoniais."[160]

A casa colonial de Ribeira Brava foi exposta a um estudo pormenorizado tendo sempre em conta a sua relação com a rua, a vila e como conjunto arquitetónico estruturador da malha urbana. Neste contexto a primeira observação a ser feita é de que o artefacto arquitetónico faz parte de um conjunto, onde um concede significado ao outro. Para isto, traçar um plano onde o público e o privado não só existem, mas coexistem, permitiria um envolvimento das várias partes que compõem este processo, inclusive o próprio habitante.

Este habitante carrega a vivência, a essência, as necessidades, a utilidade, porém necessita de um parecer técnico que só é valorizado quando existir a interação deste com as teorias desenvolvidas pelas ciências urbanas. Um olhar mais analítico aos aspetos culturais, sociais e económicos do contexto onde o artefacto arquitetónico está inserido, enfatizando uma análise especializada de caso a caso juntamente com uma reflexão sobre a história do lugar, da casa.

Ribeira Brava carrega séculos de história e consequente transformação que se refletem na relação entre os factos urbanos e arquitetónicos. Promover uma decomposição do objeto e a sua avaliação a partir das questões materiais e imateriais seria recorrer aos mais profundos pontos da essência do lugar.

Em relação aos aspetos materiais, identificar quais são os elementos da dialética antiga que ainda encontram representatividade na forma de habitar atual, tais como o conjunto edificado (forma, volumetria, escala), o sistema construtivo, a natureza dos materiais, a cobertura, as paredes exteriores (espessura, massa, inércia), os vãos exteriores e interiores, o desenho da fachada, a qualidade geral das caixilharias (portas existentes; desenho, material e acabamentos) e os muros. Para além disso é importante realizar um levantamento de todas as patologias existentes e o estado de conservação do edificado.

A *Casa d'Tia Concha* foi alvo recente de intervenção, feita somente sob a responsabilidade dos donos e da sua sensibilidade, sem qualquer parecer técnico das entidades responsáveis pela proteção e valorização do património.

160 DOMINGUES, Álvaro, Revista Património Nº2: Patrimónios Desamparados. 2014, p. 10.

Para além do estado de degradação que se encontrava, a organização dos espaços interiores, para os proprietários, não fazia sentido e por isso, redesenharam a planta da casa para a sua melhor utilização. Neste caso, foi sempre importante preservar a forma e o aspeto visual da casa (a estética), contudo não foi com base numa investigação profunda sobre o método construtivo. Com esta intervenção, alterou-se a dialética dos materiais de construção e, por conseguinte, as técnicas construtivas do edificado. Nele fez-se a substituição de materiais tradicionais por materiais importados industrializados pertencentes a uma linguagem internacionalizada.

A questão dos materiais em Cabo Verde vai muito além da sua utilização. Existe no país, num cenário de menor poder económico que compõe a maior parte da imagem urbana, uma "cultura" de autoconstrução que parte do *quarto de casa*[161] onde a construção é feita de forma a acompanhar o crescimento e a disponibilidade financeira da família.

O material de construção eleito é aquele ao qual o habitante tem acesso e em Cabo Verde,

> *"existe uma negação, um preconceito em relação aos materiais tradicionais, sendo vistos como ... solução do passado, sinónimo de pobreza e desprezo. E tudo isto porque, há ainda um problema estrutural em Cabo Verde, fruto da colonização, e do afastamento físico do continente, que é a crise identitária."*[162]

No contexto atual dos materiais de construção correntes, um dos objetivos é a promoção da padronização com o intuito de facilitar a produção e reprodução de modelos arquitetónicos a custos reduzidos. Entretanto, ao tratar-se duma intervenção num edificado com valor patrimonial, os materiais internacionalizados podem facilmente subverter a tradição construtiva e estética do lugar. Portanto, levanta-se o questionamento de qual seria a melhor abordagem a nível dos materiais? Se se baseasse num plano de intervenção e preservação em conjunto com as entidades reguladoras seria este o rumo da intervenção?

A proposta de estratégias de valorização e intervenção não significa a "museificação"[163] da casa, mas a sua adequação na contemporaneidade do habitar cabo-verdiano. Para além da questão do material, é também necessário trazer para a discussão temas atuais da arquitetura tais como a sustentabilidade.

Como intervir de modo a coordenar todas as questões levantadas atualmente? Salienta-se mais uma vez a comunicação entre as instituições e a necessidade de dar sentido aos espaços.

A temática de uma recente dissertação retrata uma discussão entre dois materiais de construção muito utilizados na contemporaneidade, o betão e a madeira.[164]

---

161 LIMA, Kesia, *Do "Quarto de Casa" ao Bairro: (Re)qualificação dos Bairros Precários da Cidade da Praia,* 2015.

162 ANDRADE, Thaís, *Arquitetura sem Arquitetos: (Sobre)Viver na Cidade da Praia*, 2022, p. 115.

163 Parte da ideia exposta pelo professor Manuel Mendes de que a "*museificação da cidade*" trata-se da "experiência de fervor estupefaciente, reproduzida/desenvolvida por uma economia de esforço perceptivo, economia funcionalista, alimentada por uma seleção de valores operados pela cultura mediática e orientados para o consumo." MENDES, Manuel, in ENCONTROS AAP – Habitação. Re-habitar centros antigos. Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho, 1998. p. 9.

164 ALISEDA,Matheus, Matéria e Sustentabilidade na Arquitetura Contemporânea: O betão e a Madeira, 2023.

Neste trabalho levanta-se a preocupação sobre o real significado e amplitude da sustentabilidade dos materiais de construção, bem como o seu efeito na linguagem construtiva. Como esperado, as nuances que permeiam este tema são complexas e dependem de vários fatores, por exemplo, a relação entre as características físicas e culturais que atuam sobre o diálogo dos materiais com meio.

Com isso, deve-se incluir neste plano de estratégias uma busca por soluções que não provoquem a padronização e que tenham em conta a essência da casa cabo-verdiana adaptada às necessidades atuais. O projeto "*kasa TMB*" na ilha de Santiago em Cabo Verde da arquiteta Kesia Lima, *alumni* da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto é um exemplo de utilização de materiais autóctones como o basalto e o cariço[165] e a exploração das suas potencialidades.

Neste mesmo fio condutor, em adição às questões que incidem mais especificamente sobre o objeto arquitetónico, a elaboração de estratégias para a casa deve sempre caminhar em conjunto com uma planificação urbana. Preservar, reprogramar, reconstruir são ações que devem ser pensadas da casa para a cidade e/ou da cidade para a casa.

No contexto urbano de Ribeira Brava, observa-se no centro histórico uma densidade construída que não permite muitos espaços públicos. Esta realidade estende-se para a sistemática falta de fiscalização na construção de novas edificações no percurso da ribeira que, na época das chuvas, detém um caudal com intensidade suficiente para provocar acidentes e inundações. Portanto, pensar a vila como um todo com o objetivo de a elevar ao seu potencial, passa por abranger as questões arquitetónicas e urbanísticas no plano.

Em concordância, outra dissertação, também recentemente defendida na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, retrata a temática das águas em Ribeira Grande na ilha de Santo Antão, num contexto semelhante a Ribeira Brava na ilha de São Nicolau. Neste trabalho é desenvolvido uma reflexão sobre possíveis formas de organização urbana levando em conta a sazonalidade da ribeira, bem como a sugestão de estratégias para o aproveitamento das águas e prevenção das sinistralidades.[166]

Diante do exposto, infere-se que a intervenção no património, materializado na forma de edifícios ou estruturas urbanas, deve valer-se da multiplicidade das especialidades que ganham voz através da arquitetura e da especificidade tanto do objeto de intervenção como da sua envolvente.

> *"Para que este diálogo entre o novo e o antigo (como de resto entre novo e novo) se possa instaurar, importa que o antigo possua ainda valores capazes de entrar no diálogo e que o novo se exprima com a linguagem do nosso tempo: não existe diálogo entre os mortos"*[167]

165 Espécie de junco utilizado em cestaria.

166 FORTES, Arlindo, Entre Águas, Urbanidades e Vivências: Cidade da Ribeira Grande, 2023.

167 FERNANDES Francisco. B., *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade,* 1999. p. 349.

Considerações finais

> *"Daí que em toda boa Arquitetura exista uma lógica dominante, uma profunda razão em todas as suas partes, uma íntima e constante força que unifica e prende entre si todas as formas, fazendo de cada edifício um corpo vivo, um organismo com alma e linguagem próprias."*[168]

A vila de Ribeira Brava revelou-se, com o tempo, um mundo imensurável de caminhos e temas a serem discutidos no âmbito da arquitetura. A pouca ou quase inexistente informação desenhada obrigou a um determinado rumo que passou pelo entendimento da vila como um todo (cidade, vila, casa, habitante, cultura, história, sociedade, economia, política e religião). A casa colonial serviu de âncora para este trabalho numa procura do seu significado no mundo contemporâneo e do seu lugar na essência cabo-verdiana.

A viagem promovida nesta dissertação teve desde o início a preocupação de superar a distância física do objeto de estudo. Sem a deslocação a Ribeira Brava não seria possível a reunião de informação para que esta dissertação ganhasse sentido. Neste período de investigação revelações em relação à transformação urbana da vila despertaram um interesse de estudo aprofundado neste tema que perdurou por algum tempo. Entretanto, este caminho viu-se comprometido pela "descoberta" de uma tese de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa, ramo Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Coimbra defendida no ano de 2017 por Fernando Pires[169]. Este trabalho consiste num levantamento histórico exaustivo da transformação de Ribeira Grande de São Antão, Ribeira Brava de São Nicolau e Vila Nova de Sintra da ilha da Brava. Por causa desta enchente de informação histórica, não houve muito espaço nessa tese para a análise gráfica da vila de Ribeira Brava, contudo num cenário onde se fechou uma porta, abriram-se várias outras.

O percurso feito neste trabalho também foi ditado pelo cenário atual do contexto urbano da vila onde a casa colonial luta para manter o seu significado. O desembarque nestas condições permitiu uma observação atenta sobre as transformações da vila que contribuíram para o início de um processo de descaracterização e isso ergueu questões que, com a dissertação, tentou-se colocar:

Qual o valor e o significado da casa colonial para o cabo-verdiano? Qual o significado da casa colonial no contexto atual e para gerações futuras? Quais as estratégias existentes para intervenção num edificado com séculos de existência? Quais são os valores da casa, pode ser considerada um património? Qual a relação da casa colonial com as novas construções, com a vila?

168 TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, 1947. p. 8.
169 Posteriormente transformado em livro: PIRES, Fernando, *Há Vila Além da Costa*, 2021.

Qual a importância do material de construção neste contexto? No cenário de Ribeira Brava, com uma malha urbana consolidada, considerada como "centro histórico", como conjugar a salvaguarda do património com o bem-estar do habitante?

Entende-se que a casa colonial marca o período histórico de colonização em Cabo Verde. A importância deste símbolo para os cabo-verdianos é elevada em sítios onde a casa compõe o contexto urbano, portanto, as cidades-vilas mais antigas de Cabo Verde. Os espaços que constituem o edificado colonial numa forma tradicional da insularidade da macaronésia, transformaram-se de acordo com a vivência cabo-verdiana. Ao longo da existência de Ribeira Brava houve várias tentativas de "europeização", entretanto, o que emergiu deste embate foi a própria cultura cabo-verdiana, portanto a preservação deste património não significa preservar um "nacionalismo português".

O conceito de Património surge a partir das reflexões feitas sobre a vila e a casa, sobre o seu processo de evolução ao processo de descaracterização exposto no subcapítulo (1.2.). A legislação sobre o Património caminha a passos lentos e conclui-se que mais do que a criação de novas leis é preciso desenvolver e estabelecer um plano de ação para as já existentes. Pois sem uma força motriz que só pode ser aplicada pelas entidades reguladoras, num ambiente de cooperação entre o governo, o IPC as autoridades locais, não se consegue os resultados imaginados no papel. Ao mesmo tempo que precisa existir esta interação entre entidades, deve-se sempre ter em conta o habitante. Como já foi referido, o habitante deve estar "no centro e na periferia" das discussões, das estratégias e do plano de ação.

Tendo isso em conta, é preciso também alertar para ações que promovem o respeito. O respeito arquitetónico, cultural e histórico juntamente com o equilíbrio e a harmonia são palavras com as quais deixam-se entreabertas as portas para diferentes caminhos que surgiram com esta dissertação.

"Os edifícios e os objetos e os espaços não são tristes nem alegres. Existem quando recebem gente e existem por isso e para isso."[170] Assim, cada vez mais entende-se que a "união faz a força" e que a arquitetura acompanha a evolução desta expressão. O arquiteto,

> *"para além da sua preparação especializada - e porque ele é homem antes de arquitecto - que ele procure conhecer não apenas os problemas dos seus mais directos colaboradores, mas os do homem em geral. Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquitecto - homem entre os homens - organizador do espaço- criador de felicidade."*[171]

170 SIZA, Álvaro, 'Só as pessoas estão alegres ou tristes' in *01 Textos* 2009, p. 373.
171 TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, 2006. p. 75.

Epílogo

O sentimento que me conecta com Ribeira Brava parte da minha avó. Maria Edmeia Spencer mais conhecida como Dona Edmeia e para mim *Vo Meia*, foi e sempre será o símbolo da nossa casa em São Nicolau. Ela conseguiu nos transmitir um sentimento de pertença à ilha, através do seu amor por este pedacinho de terra.

O cedo falecimento do meu avô, eterno namorado da minha avó, rapidamente a obrigou a assumir as responsabilidades da casa, tornando-se na matriarca. O seu exemplo como mulher, irmã, mãe, tia, prima, avó, amiga, tornou-se referência para todos que a rodeavam e mesmo com o seu desaparecimento físico, o seu espírito manteve-se vivo em todos nós.

Por ela e para ela, a escolha inicial do envolvimento do seu lar nesta dissertação foi crucial. A degradação e a delapidação do seu contexto ergueram sentimentos angustiantes como o medo de uma história carregada de emoções que está representada na casa, fosse perecendo.

Apesar de toda esta ligação, tudo ganhou sentido com o meu regresso em 2021 a São Nicolau, com um sabor agridoce, visto que, anos depois, voltava a casa da minha avó, mas pela primeira vez sem a sua presença (física). A emoção que encheu o meu peito e consequentemente os meus olhos foi no instante da entrada na vila, reafirmando a minha conexão não só com a casa, mas também com Ribeira Brava no seu todo.

Após este acontecimento partiu-se para o levantamento de todas as informações conseguidas na vila que revelaram, a cada descoberta, certezas sobre a escolha da mesma como objeto de estudo. A simpatia e disponibilidade dos seus habitantes tornaram a minha estadia mais leve e "abriram-me os olhos" para a situação de Ribeira Brava. Após esta "viagem no tempo", mas com o presente sempre presente, permitiram-me regressar ao Porto com uma bagagem de histórias e cultura que preencheram esta dissertação, possibilitando um sonhar com o futuro através da memória da minha avó.

Bibliografia

Livros

AA. VV., *Arquitectura y Patrimonio. Memoria del futuro. Una reflexión sobre la relación entre Patrimonio y Arquitectura*. Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Historico , 1992.

AGUIAR, José, *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património* (1ª ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2002.

CHOAY, Françoise, *Alegoria do Património*, (T. Castro, Trad.) Lisboa: Edições 70, 2010

DO ROSÁRIO, Gualberto, *Hora Minguada* (1ª ed.), Cabo Verde: Vemp- Atelier Gráfico, Lda, 2002.

ELEB-VIDAL, Monique, *Penser L'habité : le logement en questions*, Praris, França: Pierre Mardaga, 1990.

FERNANDES, Francisco Barata, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade* (2º ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1999.

FERNANDES, José M., *Cidades e Casas da Macaronésia* (2º ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1996.

FERNANDES, José. M. *Arquitetura Portuguesa, uma síntese* (3º ed.), Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2006.

FERNANDES, José M. et al., C*abo Verde, Cidades, Territórios e Arquitecturas*, Lisboa: Printer Portuguesa – Indústria Gráfica, SA, 2014.

FERNANDES, Sérgio P, *Cidades Imaginadas nos Planos de Urbanização: Cabo Verde 1934 | 1974* (1ª ed.), Lisboa: Argumentum Edições, Lda, 2016.

FERREIRA, Alfredo, *Aspetos das Organização do Espaço Português* (2º ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1995.

FILHO, João L, *Ilha de São Nicolau. Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural* (1ª ed., Vol. I), Cabo Verde: Secretaria-Geral, Ministério da Educação, 1996.

FILHO, João L, *Ilha de São Nicolau, Cabo Verde. Formação da Sociedade e Mudança Cultural* (1ª ed., Vol. II), Cabo Verde: Secretaria-Geral, Ministério da Educação, 1996.

FOSTER, Hal, *The Anti-Aesthetic-Essays on Postmodern Culture* (5º ed.), Estados Unidos da América: Bay Press, 1983.

FRAMPTON, Kenneth, *Introdução ao Estudo da Cultura Tectónica*, Massachusetts: The MIT Press, 1995.

FRAMPTON, Kenneth, *História crítica da arquitetura moderna* (4ª ed.), São Paulo, Brasil: Martins Fontes, 2015.

GOMES, Lourenço, *Ribeira Brava - A Urbe: História e crítica das suas obras de arte*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 2014.

KUBLER, George, *A Arquitectura Portuguesa Chã: Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706)* (2ª ed.), (J. H. Silva, Trad.) Lisboa: Nova Veja, 2005.

LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*, (M. C. Afonso, Trad.) Lisboa: EDIÇÕES 70, Lda, 1960.

LYNCH, Kevin, *A Boa Forma da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 2018.

MARTINS, João, A. *Madeira, Cabo Verde e Guiné*, Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, 1891.

MESTRE, Víctor, *Arquitetura Popular da Madeira* (1ª ed.), Lisboa: Argumentum - Edições Estudos e Realizações, 2002.

MONTEYS, Xavier, *Casa collage : un ensayo sobre la arquitectura de la casa*, Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

NEVES, Baltazar, *O Seminário-Liceu de São Nicolau: Contibuto para a história do ensino de Cabo Verde* (1ª ed.), Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008.

PALLASMAA, Juhani, *Habitar*, Barcelona: Gustavo Gili, 2016.

PANERAI, Philippe, et al, *Analyse Urbaine*, Marseille, França: Editions Parenthèses, 1999.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta, *Patrimónios e Identidades: Ficções contemporâneas*, Oeiras: Celta Editora, 2006.

PIRES, Fernando, *Há vila além da Costa* (1ª ed.), Imprensa da Universidade de Coimbra e Rosa de Porcelana Editora, 2021.

PORTAS, Nuno, *Os Tempos das Formas, volume I: A Cidade Feita e Refeita*, Guimarães: Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho (DAAUM), 2005.

RAMOS, Rui, *A Casa: Arquitetura e projeto doméstico na primeira metado do século XX português* (1º ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2010.

ROSSA, Walter, *A Urbe e o Traço - Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Livraria Almedina, 2002.

SANTOS, Maria E., et al, *História Geral de Cabo Verde* (Vol. I), Coimbra: Imprensa de Coimbra Lda, 1991.

SANTOS, Maria E., et al, *História Geral de Cabo Verde* (Vol. II), Cabo Verde: Imprensa de Coimbra Lda, 1995.

SIZA, Álvaro, *01 Textos*, Porto: Civilização Editora, 2009.

TÁVORA, Fernando, *O Problema da Casa Portuguesa*, Lisboa: Manuel Leal, Cadernos de Arquitetura nº1, 1947.

TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço* (6ª ed.), Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2006.

TEIXEIRA, André, *A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde, nos séculos XV a XVIII*, Lisboa: Centro de História de Além-Mar - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2004.

WESTON, Richard, *Materials, Forms and Architecture*, Laurence King Publishing, Londres, 2008.

Artigos, Publicações e Revistas

BORGES, Claudino, "Os centros históricos de Cabo Verde e sua caracterização habitacional - da época colonial" in *Temporalidades* - Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Minas Gerais: UFMG, 2020.

DOMINGUES, Álvaro, "Patrimónios Desamparados" in *Revista Património Nº2*, pp. 6-15, Novembro de 2014.

MENDES, Manuel, "Da intervenção na cidade histórica - longa duração e desenho." *in* Encontros AAP - Habitação , Re-habitar Centros Antigos*,* 16 de junho de 1998.

MILHEIRO, Ana, *O* gabinete de urbanização Colonial e o traçado das cidades luso-africanas na última fase do período colonial português*, 2012, pp. 215-232.*

MOASSAB, Andreia, "Arquitetura habitacional em Cabo Verde: re(conhecimento e desenvolvimento." *BUALA.* [Consult. 02 Maio 2023]. Disponível em: https://www.buala.org/pt/cidade/arquitetura-habitacional-em-cabo-verde-reconhecimento-e-desenvolvimento

SOLÀ-MORALES, Ignasi, 'Presente y futuros. La arquitectura en las ciudades', in Presente y futuros. Arquitectura en las ciudades, XIX Congresso UIA, Barcelona, 1996.

Dissertações, Teses e Relatórios

ALISEDA, Matheus, *Matéria e Sustentabilidade na Arquitetura Contemporânea: O betão e a madeira*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2023.

ANDRADE, Thaís, *Arquitetura sem Arquitetos: (Sobre)Viver na Cidade da Praia*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2022.

CORREIA, Ailton A. *Projeto e identidade, práticas de salvaguarda do património arquitetónico em Cabo Verde*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2019.

FORTES, Arlindo, *Entre Águas, Urbanidades e Vivências: Cidade da Ribeira Grande*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2023.

GONÇALVES, Joana, *Raul Lino entre serras, da Estrela à Gardunha.* Porto: Faculdade da Universidade do Porto, 2022.

LAGE, José, *Reabilitação de Bairros e Arquitetura: Estratégias de processo; Práticas de projeto. (SAAL/NORTE: 1974-1976 / 1997, 2012)*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2017.

LIMA, Kesia, *Do "Quarto de Casa" ao Bairro: (Re)qualificação dos Bairros Precários da Cidade da Praia*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015.

LOPES, Nuno V., *Projeto, património arquitetónico e regulamentação contemporânea. Sobre práticas de reabilitação no edificado corrente*, Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2015.

TEIXEIRA, Joaquim, S*alvaguarda e valorização do edificado habitacional da cidade histórica: metodologia de intervenção no sistema construtivo da caa burguesa do Porto*, Porto: Faculdade da Universidade do Porto, 2013

Crédito de Imagens

1. Cesária Évora, retirado de https://www.dn.pt/cultura/cesaria-evora-minha-mae-dizia-que-eu-nao-era-de-brincadeira-11607963.html 8
2. Vista da Vila de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 10
3. Vista da Vila de Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data, Arquivo pessoal do Sr. António Alves. 10
4. Vista para a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Ilha de São Nicolau, , sem data, Arquivo da Diocese Nacional de Santiago, Cabo Verde. 12
5. Vista para o Terreiro_Ilha de São Nicolau_sem data, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 12
6. Centro 'Histórico' da Vila de Ribeira Brava_2021, fotografia da autora. 14
7. Arquipélago de Cabo Verde_Localização geográfica, desenho da autora. 16
9. Localização da Ilha de São Nicolau, desenho da autora. 18
10. Localização de Porto da Lapa e Vila de Ribeira Brava, Mapa de 1916, desenho da autora sobre mapa do Arquivo Histórico Ultramarino. 18
12. Irregular disposição na vila de Ribeira Brava, início do século XIX, Arquivo Pessoal do Sr. António Alves. 20
12. Alinhamento de edifícios e alargamento de rua em Ribeira Brava, sem data, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 22
13. Igreja de Nossa Senhora do Rosário_Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data, Arquivo pessoal Sr. António Alves. 24
14. Antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, início do século XIX, Gravura do Arquivo Histórico Ultramarino. 26
15. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, final do século XIX, Arquivo Histórico da Diocese de Santiago, Cabo Verde. 26
16. Igreja de Nossa Senhora do Rosário, fachada principal, dezembro de 2021, Fotografia da autora 28
17. Igreja de Nossa Senhora o Rosário, interior, dezembro de 2021 Fotografia da autora. 28
18. Antigo Seminário-Liceu, sem data, Arquivo pessoal do Sr. António Alves. 30
19. Edifício do antigo Seminário-Liceu, 2023, Fotografia de Rendy Santos. 30
20. Reconstrução da planta do edifício original a partir da proposta de ampliação para o Seminário-Liceu, desenho da autora sobre planta base de NEVES, Baltazar . *O Seminário-Liceu de São Nicolau: Contibuto para a história do ensino de Cabo Verde.* 1ª. Porto : Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2008. 30
21.Processo de descaracterização, Vila de Ribeira Brava, 2023, Fotografia de Rendy Santos. 32
22. Mercado no centro da Vila de Ribeira Brava, sem data, Arquivo Nacional da Torre do Tombo 34

23. Chafariz no centro da Vila de Ribeira Brava, sem data, Arquivo Histórico da Diocese de Santiago, Cabo Verde . 34
24. Apanha de água em Vila de Ribeira Brava, sem data, Arquivo Histórico da Diocese de Santiago. 34
25. Carnaval em Ribeira Brava, sem data, Arquivo pessoal da autora. 34
26. Procissão de São Nicolau em Ribeira Brava, 5 de dezembro de 2021, fotografia da autora. 36
27. "Imagem da cidade", sem data, Arquivo Nacional da Torre do Tombo 38
28. "Imagem da cidade", dezembro, 2021, fotografia da autora. 38
29. Edifício no terreiro de Ribeira Brava, Maio 2023, fotografia de Rendy Soares 40
30. Edifício no centro de Ribeira Brava, dezembro 2021, fotografia da autora 40
31. Edifício no centro de Ribeira Brava, Dezembro 2021, fotografia da autora. 40
32. "O antigo e o novo", maio de 2023, fotografia de Rendy Santos 42
33. "O antigo e o novo", dezembro de 2021, fotografia da autora. 42
34. "O antigo e o novo", junho de 2023, fotografia de Rendy Santos 42
35. A imagem mutável de cidades, Kevin Lynch, retirado de LYNCH, Kevin, *A imagem da cidade*. [trad.] Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa : EDIÇÕES 70, Lda, 1960. 44
36. A imagem de Ribeira Brava, desenho da autora. 44
37 . Funchal, estrutura urbana concetual, desenho da autora. 48
38. Angra do Heroísmo, estrutura urbana concetual, desenho da autora. 49
39. Evolução da estrutura urbana de Ribeira Brava - uma viagem no tempo, desenho da autora. 50
40. Zonas; Densidade edificatória; Espaços públicos, desenho da autora. 52
41. Águas; Vias e caminhos, desenho da autora. 53
42. Hipótese de evolução urbana do Terreiro, Vila de Ribeira Brava, São Nicolau, desenho da autora. 56
43. Ribeira Brava de São Nicolau, Rua Direita e respetivos largos, desenho da autora. 58
44. Rua Direita, sem data, Arquivo pessoal do Dr. António Alves. 60
45. Rua Direita, dezembro de 2021, fotografia da autora. 60
46. Praça Dr. Júlio, antes de 1947, Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 60
47. Praça Dr. Júlio, depois de 1947, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 60
48. Praça Dr. Júlio, junho de 2023, Fotografia de Fony 60
49. Um aniversário, família Spencer, Casa d'Tia Concha, 1996/1997, Arquivo pessoal da autora. 62

50. Casa elementar de dois pisos com balcão, Fajã da Ovelha, ilha da Madeira, retirado de MESTRE, Víctor, *Arquitetura Popular da Madeira*. 1ª. Lisboa : Argumentum - Edições Estudos e Realizações, 2002. 66

51. Casa em esquadria de dois pisos, Porto Moniz, ilha da Madeira, retirado de MESTRE, Víctor, *Arquitetura Popular da Madeira*. 1ª. Lisboa : Argumentum - Edições Estudos e Realizações, 2002. 66
52. Quadro de tipologias, Ilha da Madeira. Vítor Mestre, retirado de MESTRE, Víctor, *Arquitetura Popular da Madeira*. 1ª. Lisboa : Argumentum - Edições Estudos e Realizações, 2002. 68
53.1, .2, .3, .4, Arquitetura vernacular em Cabo Verde, ilha de São Nicolau. Fotografias de Omar Camilo e desenhos da arquiteta Yamila Fernandes, sem data. 72
54. Arquiteura contemporânea em Cabo Verde, Ilha de São Nicolau, dezembro de 2021, fotografia da autora. 72
55.1. ; .2; .3; .4 Tipologias, Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021, fotografia da autora. 74
56.5; .6; .7; .8; .9; 10; .11; .12; .13. Tipologias, Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021, fotografias da autora. 75
57. Casa Alves (superior), Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021, fotografia da autora. 76
58. Casa Neves (inferior), Ribeira Brava, São Nicolau, dezembro de 2021, fotografia da autora. 76
59. Localização das casas, desenho e fotografia da autora.78
60. Na esquerda, Cronologia Casa d'Tia Concha, na direita, Cronologia Casa D'Vó Meia, montagem da autora. 80
61. Localização Casa dVó Meia, dezembro de 2021, fotografia da autora. 82
62. Relação com a paisagem, Casa dVó Meia, dezembro de 2021, fotografia da autora. 82
63. Vista aérea, Casa dVó Meia, dezembro de 2021, fotografia da autora. 82
64. Transformação dos espaços da casa, escala 1/750, desenho da autora. 84
65. Cozinha, 2021, fotografia da autora. 84
66. Quarto 1, 2021, fotografia da autora. 84
67. Quarto 2, 2021, fotografia da autora. 84
68. Sala/Quarto 3, 2021, fotografia da autora. 84
69. Sala de Jantar, 2021, fotografia 84
70. Quarto de Banho, 2021 84
71. Organização do programa, escala 1/500, desenho da autora. 86
72. Desenho da fachada, escala 1/250, desenho da autora. 86
73. Análise geométrica da fachada, escala 1/250, desenho da autora 86
74. Fotografia da fachada, dezembro 2021, fotografia da autora. 86
75.1; .2; .3; .4; .5; .6. Caixilharia em madeira e vidro simples., fotografia da autora. 88
76. Cobertura da varanda-corredor com telha plana cerâmica Fábrica de Palença, Lisboa, séc. XIX , fotografia da autora. 88
77. Marmorite, revestimento WC, fotografia da autora. 88

78. Pedra basáltica constituinte da parede exterior, fotografia da autora. 88
79. Encontro entre dos pavimentos, cerâmico vs madeira., fotografia da autora. 88
80. Azulejo WC, fotografia da autora. 88
81. Cimento como pavimento da varanda corredor, fotografia da autora. 88
82. Patologias, fotografias da autora. 89
83. Vista do pátio interior e contraste com a encosta, dezembro de 2021, fotografia da autora. 90
84. Vista do pátio interior, dezembro de 2021, fotografia da autora. 90
85. Vista aérea, dezembro de 2021, fotografia da autora. 90
86. Transformação dos espaços da casa, escala 1/750, desenho da autora. 92
87. Porta entrada principal, vista do interior, fotografia da autora. 92
88. Hall de entrada da casa, 2021, fotografia da autora. 92
89. Hall de distribuição, 2021 92
90. Sala de jantar, 2021 92
91. Sala de visitas, 2021 92
92. Porta numa das suítes, 2021 92
93. Análise dos espaços, escala 1/500 94
94. Análise geométrica da fachada, escala 1/250 94
95. Fachada principal, 2021 96
96. Caixilharia em madeira com vidro simples, 2021 96
97. Guarda em ferro fundido, fachada, 2021 96
98. Interior porta da entrada principal, 2021 96
99. Sala de visitas, 2021 96
100. Hall de distribuição dos quartos, 2021 96
101. Vista para o Terreiro, Ribeira Brava, Ilha de São Nicolau, sem data 98

Anexos

Entrevistas

Entrevista com Sr. António Neves (Sr. Toy), 8 de dezembro de 2021

Poderia falar um pouco sobre o surgimento da Vila, sei que a atual igreja (Antiga Sé Catedral) surgiu por volta de 1800.

1800 e pouco ou 1700 e muitos, mas não foi a primeira igreja, sabes como é o nome desta ladeira? Ladeira de igreja, isto por que a primeira igreja se situava entre a atual biblioteca e a pensão de Santo António, em parte. Debaixo da igreja até o terreiro era cemitério. Quando cavaram alicerces para fazer hospital (depois escola) construíram a enfermaria e depois deram conta que não haveria espaço para consultórios, etc. pois as pessoas não queriam ceder os seus terrenos. Lembro-me bem pois brincava às escondidas (*txitxela*) entre aquelas paredes. A escola foi feita em 1947. Fui um dos alunos que inaugurou a escola. O senhor Luís Almeida Gominho era o regente escolar na altura, teve a honra de trazer os alunos da irmandade para inaugurar a escola, agora biblioteca. Também é de 47 a enfermaria lá em cima. Com a vinda de padres por causa do bispado em dada altura aquela igreja não servia o propósito. Foi feita a atual igreja no terreiro. A segunda fase da igreja aconteceu em 1898. O Sr. Gominho fez parte do primeiro grupo de meninos a serem batizados na grande pia batismal da igreja. Em 1780 e tal começou a construção. A capela-mor é enorme, porque na altura do seminário haviam vários cónegos professores, como o bispado estava em São Nicolau eles tinham um cabido (conjunto de cónegos que fazem parte do bispado) as duas varandas que estão lado a lado na capela mor eram onde os cónegos ficavam. Aquele terreno onde foi construída a capela-mor foi cedida pela família Leite cujos corpos estão na igreja, a família do doutor Júlio.

Havia o cemitério e quando estavam a escavar para fazer a escola encontraram o corpo de um bispo com s seus cordões e tudo mais! Depois o corpo foi enterrado na atual igreja. A primeira igreja era assim (mostrando uma fotografia) e era mais baixa, com apenas a parte dos sinos, sem o relógio. A parte do Relógio e a capela-mor aumentada foi graças a essa família que cedeu a sua casa. Relógio que foi oferta de americanos.

E na altura as casas em volta do terreiro já existiam?

Nem todas. A da D. Concha deve ter sido construída nessa altura. Os vossos bisavós, compraram a casa ao Jack Staubyn, mas ele comprou noutra família. O teu tio sabe. A torre da igreja em 1898 foi inaugurada. É provável que esta casa aqui, (mostrando fotografias) onde hoje está o banco, a casa de Nhá Nené. A casa era de Pera Macias casado com a irmã de Nhá nené. Aqui já era seminário, no tempo do doutor Júlio tinha só 5 janelas e 5 portas, depois foram acrescentadas mais 4. Esta casa era do doutor Júlio e foi morar em Cachaço. A vila de Ribeira Brava segundo um livro, foi construída sem nenhuma regra urbanística, o termo usado é construção aleatória. Ela foi construída da zona do seminário, para baixo até Maiamona onde é o jardim infantil hoje, tudo aquilo era uma horta, só aquela casa é que era casa, o resto tudo horta. Só casas com grandes propriedades com horta. A construção das casas se fez ao lado da ribeira, uma casa com um quintal e uma horta, ou sem horta, mas com um quintal onde se criavam porcos, galinhas, cabras etc. Tinha a casa e um espaço que ia para a ribeira, normalmente uma hortinha, que ainda existe em alguns pontos, por exemplo existe uma hortinha do Toy Matijinhs cuja propriedade era do senhor Jaime Neves. Neves da casa Neves. As casas existiam de forma recuada com horta.

No jardim Cónego Bolsas, que foi a pessoa que teve a ideia do jardim, haviam casas e hortas, as mesmas quase encostavam às casas de cima e tinham uma distância que, segundo a minha mãe, vinham à janela e os dedos se encostavam. Como algumas dessas casas já estavam a ruir, ele teve a ideia de comprar, uns até ofereceram o terreno para alargar a rua, isto quando se construiu a Câmara Municipal atual, inaugurada em 1933, e a sua construção começou em 1927, levou 6 ou 7 anos de construção por causa do dono do terreno José Lopes que não cedia. A Câmara era aqui onde está a estátua de Baltasar de 1730 ou 40 mais ou menos, mas tem grande possibilidade de ser 1730 porque em 1731 Ribeira Brava já era vila e para ser vila tinha que ter concelho, portanto tinha Câmara. Mas só tinha 240 fogos que vinha desde o Faiel até lá para baixo, São João é mais moderno. Aquela rua que vem do seminário para baixo já é antiga, depois vem-se a construir a construir.

As casas sempre foram assim? Com Habitação no piso de cima e comércio no piso de baixo?
A maioria, a princípio não aquelas casas que deram origem à praça de Cónego Bolsas, havia uma de primeiro andar, mas haviam 2 da ponta onde está aquela rotunda que era rés do chão. Portanto havia rés do chão e primeiro andar, mas a maioria rés do chão. Esta onde nós estamos tem 200 e tal anos, digo isso porque a bisavó da minha avó nasceu aqui, portanto pertence à nossa família há 6 gerações, a minha avó é de 1864/66, portanto 1790 a casa já existia.

Para a casa da avó Meia, pelas contas que andamos a fazer desde os meus bisavós supomos que tem 200 anos pelo menos. Acha que é mesmo isso?
Pode ser sim perfeitamente, apesar de que a construção vem de cima para baixo, pode ser sim.

A casa da Tia Concha sempre foi casa ou tinha algum outro propósito?
No meu conhecimento sempre foi casa, e pelas fotografias que tenho antes 1898 já existia a casa. Quando se fez a segunda fase da igreja aquela casa já existia. A ladeira também é antiga, só que eram coisinhas pequenas com um quintal, rés do chão.

A outra curiosidade é o facto de existir a igreja centralizada na praça e alguns serviços e a Câmara Municipal afastada. Sabe o porquê que foi desenvolvida assim? Porque não está tudo centralizado?
Porque nunca as duas coisas ficavam juntas. Bom vamos à história, sabes como se chama esta rua? Rua direita, hora se tu fores a Portugal em Abrantes tem uma rua direita que não tem nada de direita, uma rua lindíssima. Mas a direita não é por ser reta, mas sim liga o poder religioso ao poder administrativo diretamente. A rua que liga diretamente um poder para o outro.

Em termos de materiais de construção destas casas sabe me dizer?
Pedra basáltica, principalmente, porque é a pedra mais abundante em Cabo Verde que era partida com marretas. Mas qual era a argamassa? Se reparares esta parede é larga, esta tem certa de 50 cm, mas haviam umas de 60 a 70 cm porque punham uma pedra grande com uma face em cada um dos lados e no meio punham argamassa. Mas qual era a argamassa? Era barro. E o barro principal da construção da vila de Ribeira Brava é um barro especialíssimo, forte, quase um cimento, retirado no campo da Preguiça. Haviam outras terras, para não estarem a carregar por exemplo para o enchimento das paredes metiam uma terra qualquer. A areia normalmente não iam buscar a areia do mar porque salitrava as paredes. Era areia da ribeira quando peneirada obtinham a areia.
Para rebocar era com cal, fazia-se uma argamassa de cal. Qual era a cal? Havia uma que vinha de Portugal chamada cal virgem ou cal viva que vinha em pedra que se desfazia quando em contacto com água. Essa servia mais para fazer água de cal para pintar, para depois pôr os ocres, para pôr a cor, etc etc. Havia uma cal feita aqui em São Nicolau em Chã de Norte, hoje tem várias casas, é um

bairro. Depois desta zona e antes de chegar em outra chamada Belém, há um lugar onde haviam 2 fornos de cal, pois havia ali uma pedra calcária, ainda há mas a pedra está muito escondida e as pessoas já não querem trabalhar nisso e já não se usa tanta cal na construção. Houve um cimento que a união soviética na altura ofereceu para construção do cais do Tarrafal não serve para nada. A madeira maioritária é vinda de fora, África, Brasil e Portugal, a madeira de construção desta casa, nas casas antigas há dois materiais que sustentam o telhado, o cibo e a madeira de mogno, e o mango.

Em relação as casas no terreiro, a casa que faz frente com a escola o que era?
Sempre foi casa no primeiro andar e loja no rés do chão. Ela e a da dona concha é que eram as verdadeiras casas com as varandas de ferro. Por baixo nem sempre era lojas, serviam de armazéns ou até lugar para pôr o cavalo, despensa para as coisas das hortas.

Na altura do meu avô pelas histórias da minha mãe e tia contam, havia um Banco na parte de baixo da nossa casa, confirma?
Sim mas antes do Banco era um lugar onde guardavam coisas, depois ele pôs o escritório do Banco, quando ele saiu da Câmara Municipal, a primeira casa bancária de São Nicolau é onde é o atual BCN. Esta casa pertencia ao primeiro Staubyn, Edmund Charles Staubyn, Inglês, e tinha uma loja de produtos diversos de Inglaterra e por cima não era casa, mas sim o escritório dele. Este escritório também fazia papel de Banco, mandavam um cheque ou mandavam dólares ele trocava e mandava para Inglaterra e lá trocavam para outros sítios. Depois que ele saiu, existiu um correspondente de banco em São Nicolau chamado José Maximiliano Lopes e depois passou para o Sr. Marinho a correspondência do Banco Nacional Ultramarino (Recente). A casa onde hoje é o Banco BCA, pertencia se não me engano às duas irmãs, Maria e Nha Nené. A casa ao lado parece-me que pertenceu à família Spencer porque quem vendeu a casa ao Sr. António Manuel dos Santos (Mone de Kaka) que se não me engano foi o teu avô. Porque lá funcionou o Grémio e eu era presidente do grémio na altura e a família Spencer pediu-nos para entregar a casa porque estavam a pretender vendê-la. Mas foi na altura de 25 de abril, PAIGC invadiu para dentro do grémio e disse que a partir daquela altura era a casa do povo. No tempo das invasões. Grémio Recreativo de Ribeira Brava, o teu avô era um dos sócios, um grande jogador de bilhar e de cartas, companheiro privilegiado do meu pai para jogar a sueca, eles davam-se muito bem. O primeiro grémio foi na casa que hoje foi deitada abaixo e só depois passou para lá. Faziam- se bailes também uma vez por ano ou duas vezes por ano. E havia loja por baixo e a casa da tia Nené tinha uma loja também e do lado da rua direita era arrumos.

Em termos dos proprietários das casas, sabe me dizer concretamente de quem para quem foram passadas?
Esta onde estamos é da família Neves, mas houve dois Neves, o último Neves, César Augusto Neves foi casado com uma filha do doutor Júlio, Ana Rosa, a minha esposa é bisneta do doutor Júlio. O edifício onde funciona a administração do concelho e Câmara Municipal pertencia a José Lopes, razão por que foi posto o nome no largo que uma vez existia aqui um largo na Câmara antiga. A Câmara antiga foi deitada abaixo por um administrador chamado Chico Bia (Francisco Maria Bia), de Macau, tinha um curso de administração ultramarina um curso próprio para a administração das colónias.
Deitou abaixo a câmara para fazer a casa do administrador do concelho, mas não deu certo e fez-se a praça. O administrador, para além dessa função, era presidente da Câmara, chefe da polícia, juíz do tribunal, além de outras coisas, representante da PIDE, da censura.
1927 começou a construção e 1933 terminou. A ponte no tempo que era madeira e ferro.

Entrevista com Sr. António Alves, Parte II

Numa conversa com o meu orientador, deparamos com uma situação interessante em sua casa. A existência de beira que era algo indicativo de posses na época. Tem alguma informação sobre isso? Paramos para observar e as casas que têm beiral duplo, seriam a sua e a casa Neves, já na casa da minha avó e da Tia Concha só tem beiral simples.

Tem beiral com telha portuguesa e a cobertura da casa é feita com telha francesa, ou de marselha. Isto porque a minha casa e casa Neves são mais antigas. Porque construção da Vila é de cima para baixo. Começa principalmente na zona do Seminário vai descendo, passando pelo cinema ao longo da Ribeira. As primeiras casas foram todas construídas na Ribeira, havia uma casa, sempre com um quintal ou uma horta ou com criação de animais. Todas as casas tinham isso, a nossa já não tinha porque não estava à beira da ribeira. Mas é uma construção muita antiga, das mais antigas.

Sabe me dizer mais ou menos a data de construção da sua casa?

Finais do séc. XVIII. 1780 ou 1790.

É anterior à igreja então?

Sim, esta igreja já foi a segunda igreja de Ribeira Brava. A primeira igreja era entre a pensão e a escola. E por baixo da igreja antiga tinha um cemitério. Localizava-se na Ladeira e por isso que a rua tem o nome de Ladeira da Igreja, não é por causa da igreja cá em baixo. A primeira igreja deve ser dos finais de 1600 a 1700 e poucos. Era uma igreja muito rural, até era coberta de palha e tudo, e o Bispo quando veio para São Nicolau achou que aquela igreja, para um Bispado, não condizia, não dignificava o Bispado. Então começaram logo a construção da igreja atual, que tem duas fases uma nos finais de 1700 ou início de 1800. Encontras essas informações num livro que se chama Ilha de São Nicolau, Formação da sociedade e mudança cultural, Volume II de João Lopes Filho. A segunda fase da igreja foi em 1898, o ano da inauguração. A torre que tem o relógio. A igreja inicialmente tinha só uma torre, depois aumentaram em altura e acrescentaram a segunda torre com o relógio que veio da América e aumentaram a capela-mor que é grande porque no tempo do seminário e da sede de bispado em São Nicolau o conjunto de cônegos precisavam de um lugar. Aquelas duas varandas que estão na capela-mor era onde ficava o cabido.

A sua casa sempre pertenceu à sua família?

Sim, sempre na minha família. Segundo a minha avó, a bisavó dela já vivia nesta casa. A minha avó "Bia Fina", Maria Rufina, a bisavó dela já vivia nesta casa ou nasceu nesta casa. Não sabemos muito sobre a história desta senhora, bisavó da minha avó, só que era conhecida por "Nha Neneb", Se a minha avó é de 1864, se formos para trás chegamos em 1780/90. Portanto esta casa em 1790 já existia. Segundo um professor português que estava em São Nicolau, passou nesta rua e eu estive a lhe dizer que esta rua é muito antiga e a casa Neves deveria ser a mais antiga desta rua, ele disse não, você está enganado, esta da frente é muito mais antiga, pelo menos 50 anos mais velha do que a casa Neves. Repare nas varandas. As da casa Neves são de ferro fundido, da casa Alves são de chapa modelada, pois na época das varandas ainda não havia guardas de ferro fundido. Ele chamou-me atenção para isso e eu fui estudar e cheguei à mesma conclusão. Esta casa alinhava com a primeira Câmara que é onde se situa a praça hoje. A Câmara antiga foi deitada abaixo pelo administrador "Chico Bia" para construir uma residência, como não deu certo, ficou-se pela praça. A primeira câmara, portanto, foi construída em 1731 parece-me. Que foi o ano que a Vila passou a ser Vila se não me engano.

Na Vila encontramos muito a tipologia de dois pisos, 3 portas e 3 portas janelas. A sua também era assim?

A nossa tem 4, e sempre foi assim. A casa atual tem umas 4 ou 5 fases, a primeira com estas 4 portas 4 janelas, um único corpo para a rua direita e a parte da entrada. Só que hoje é toda em cimento e antes era só madeira. A segunda fase é onde está a atual garagem que pertencia a outra pessoa e foi o meu bisavô que comprou e foi ele quem construiu o segundo andar, que dá para o terraço da nossa casa. E o terraço da parte da frente da casa que dá para a praça foi o primeiro trabalho de cimento armado de São Nicolau, segundo o pedreiro que fez aqui, Feliciano Lopes, "Nho Xon". A laje foi feita em 1912, a substituir uma marquise de madeira que existia na altura. A fase de cimento armado com os balaustres de cimento já foi com o meu pai em 1948. A última fase que era a farmácia ou antiga drogaria, que é hoje o nosso escritório, onde também temos loja, era da família da Nha Bia Duarte, família Duarte Pinto. Foi o meu pai que comprou em 1951. Cada um com a sua história e este bloco todo ficou nosso. O telhado ainda na sua maioria tem uma madeira com mais de 200 anos com uma madeira especial, mango. Além do mango tinha o cibo também. No livro do Lourenço encontras fotografias da casa Alves e da casa Neves. Num dos livros que eu te dei eles falam da construção aleatoriamente. Cada um foi fazendo a sua construção, normalmente ao longo da ribeira, e depois foram subindo ladeira acima. Primeiro ladeira e depois a ladeira de São João, como rua de São José. Primeiras construções são por baixo de Seminário, deste lado da ribeira tinha umas casas mesmo dentro da ribeira que já não existem. A casa dos TACV foi da família Moniz, nos anos 40 lá que era Hospital. Houve uma confusão na altura que quando construíram a escola com as duas salas de aula, era para ser enfermaria. Mas como não tinha mais espaço porque os respetivos donos não queriam ceder, não havia lugar para consultório, farmácia, cozinha etc etc, então encontraram um outro lugar, e ficou escola nesse lugar em 1947. A casa Moniz me parece que seja antes da igreja, mas não tenho a certeza. Mas hoje em dia está muito alterada, não tem nada haver com o que era.

Sabias como era o primeiro nome da praça ao lado da casa da Tia Concha? "Por deliberação da câmara de São Nicolau foi dada ao jardim da praça pública de Vila da Ribeira Brava o nome de Cônego José Correia, em reconhecimento etc, revista Certeza." Tinha uma placa de madeira e depois Amílcar Spencer renomeou a praça de Dr. Júlio.

Quem era o Doutor Júlio?

Ele era o bisavô da minha esposa, Beatriz. Filho de José António Dias e Maria Tomásia Leite, nasceu em 1805 e faleceu em 1873, casou com Ana Rosa Lopes de Almeida e teve oito filhos, Maria, Carolina, Eugénia, Júlio, Geni, Júlia, Alfredo e Rosa. A Rosa depois casou-se com a família Neves que vieram a ser donos de Santa Luzia, família Leite e família Dias. Dr. Júlio depois dos estudos secundários fora de São Nicolau, deve ter começado no seminário e depois foi para França continuar. Era de uma família rica, foram eles que cederam a casa para albergar o seminário, assim a possibilidade de estudar fora, onde fez o curso de medicina e era um aluno de excelência. Mais tarde voltou para São Nicolau onde exerceu medicina e depois foi continuar os estudos em França, um doutoramento em litotripsia. Depois de ceder a casa para abrir o seminário foi viver numa casinha na zona de Cachaço, hoje está em ruínas. Era muito conhecido, principalmente, como era muito inteligente e sabia muita coisa, diziam que ele era "*enkantod*", pois era capaz de lá do Cachaço, pescar na Prainha. Inclusive no dia da sua morte ele teve essa coisa de estar na frente da casa e em dada altura chamar a esposa. Ele estava sentado pois já não conseguia andar com facilidade, e pediu para a esposa o pôr na cama porque ele ia morrer, meia hora depois, faleceu. Mais uma razão para dizerem que ele era "*enkantod*". Ele trabalhou só em São Nicolau. Ele foi o criador da primeira botica em São Nicolau onde é hoje a entrada para a pensão da Dona Nitinha, era um rés-do-chão que depois do Dr. Júlio, pertenceu ao me avô Arial que tinha uma botica. O meu avô esteve 30 e tal anos em Cabo Verde, principalmente em São Nicolau. O Dr. Júlio foi criador da primeira botica, que era um lugar onde se dava consultas

e tinha uma espécie de farmácia e entregavam remédios aos doentes. Parece-me o que era botica antigamente.

Algo que me deixou confusa na última entrevista era se o Dr. Júlio era cabo-verdiano.
Nascido em São Nicolau, no seminário. Por isso é que ele foi o primeiro médico cabo-verdiano apesar do pessoal de Santiago dizer que não. Tem um trecho de Gualberto do Rosário num livro, não me recordo do nome, em que ele diz que "em boa verdade, o único sãonicolauense que tende a desafiar a falta de memória do tempo é o Dr. Júlio, mesmo os que não sendo da ilha e a ela passaram a pertencer, graças aos seus feitios que desapareceram completamente confirmada pela presença perpétua de Dr. Júlio. De bata branca, o Dr. Júlio observa de lá da estátua onde ele está, e da sua bata branca de médico Dr. Júlio observa e protege São Nicolau de todos os males, todos os dias à meia noite, a sua alma desencarna do busto adormecido no centro do Terreiro e ruma em direção ao Cachaço, bebe uma caneca de água fresca do pote escondido há mais de um século nas ruínas da sua antiga residência, dessa água fresca e benta recolhida na copa da frondosa e enigmática bela sombra, depois dirige-se ao monte de Cintinha, com um sinal transmitido pelo indicador da mão direita e uma palavra chave, só acessível a gente encantada, abre as portas disfarçadamente embutidas na rocha do monte e entra pela enorme e bela catedral para assistir à missa dos sábios, (dbox d'rotxa), a seguir sobe os 1500 degraus da escada interior em caracol que conduz ao sumo do monte, instala-se no seu consultório de onde estica todos os males dos cantos e recantos da ilha deixa um remédio santo a cada um, por isso em São Nicolau a vida continua calma serena e tranquila, todos gozam de boa saúde, a longevidade é grande, o tempo corre devagar sem histórias…"
Voltemos ao médico, antes dele e ainda bem o arquipélago teve médicos portugueses temporários, os estrangeiros de passagem, vindos de navios que faziam escala. Existem três livros que podes encontrar sobre o Doutor Júlio, para além do que eu tenho, mas este não encontras à venda, Hora Minguada de Gualberto do Rosário e História da Medicina de Cabo Verde de Santa Rita Vieira.
Por volta de 1830 não havia senão três médicos no arquipélago, um no hospital Militar da Praia, Doutor Franco, um na Boa Vista, o Doutor Hipólito Almeida, e o Doutor Júlio em São Nicolau.
Ele representa muito para Cabo Verde por ter sido dos primeiros médicos, por ter estudado em São Nicolau, por ter exercido medicina em São Nicolau e porque ele era *enkantod*, e porque segundo o Gualberto do Rosário ele ainda exerce medicina a partir do busto.

Entrevista com o Sr. José Cabral

Como surgiu a Vila?
O seu surgimento é clássico, surgiu por necessidade de proteção, por causa dos ataques piratas, as pessoas foram entrando para as ribeiras, subindo em rochas para conseguirem se defender. Foi assim que aconteceu na Vila, também na Cidade Velha, Povoação em Santo António, na procura de uma melhor defesa dos ataques piratas. Para além disso a presença da água foi um fator muito importante.
Sabe me dizer quando e onde surgiram as primeiras habitações na Vila?
O crescimento foi feito de oeste para este. Não conheço nenhuma fonte científica que certifique esta minha teoria, mas, o capitão-mor e o patriarca dos Lopes Filho também, todos chegaram no século XVIII e instalaram-se na zona do seminário. Conhecido por Chã de Abrantes, no século XVIII, e eram pessoas ilustres, portanto, um bairro mais nobre na altura. Isto são suposições, não conheço nenhuma fonte credível.

Acredita que a casa que albergou o Seminário foi das primeiras casas na Vila?
Existe uma fotografia antiguíssima que mostra o bairro bem consolidado, mas acho que não seria a mais antiga, o seu dono chegou por volta de 1755 se não me engano e certamente já havia casas muito

antes. Também pela sua grandiosidade, provavelmente existiam outras casas, mas de menos porte, um único piso com cobertura de palha. Não será das primeiras com certeza.

Sabe o porque da igreja atual estar situada no sítio onde está hoje?
A igreja primitiva era na encosta, na ladeira, "*Ladera d'igreja*" e com certeza quando entrou em decadência, acredito que a zona que implantaram a segunda igreja era plana e mais bem estruturada. Talvez para ficar mais centralizada, pois a sua localização anterior era estranha. Tinha outra situação que era a instalação da Câmara Municipal e a questão da rua direita que seria para fazer a ligação direta. Cm certeza quiseram pôr a igreja num ponto onde ela ficasse centralizada.

O Sr. António disse-me que a sua casa e a casa da família Neves, são mais antigas que as casas da Dona Concha e da Dona Edmeia. Confirma este facto?
Certamente, porque, embora não tenha nenhuma fonte segura, inclusive onde se encontra a casa da Dona Concha era antes um cemitério. Agora que fizeram intervenção na casa encontraram umas ossadas. (e se não estou em erro quando fizeram a casa do Elídio) Por norma o cemitério ficava perto da igreja, portanto onde tem a praça José Correia, era um cemitério. Tiraram o cemitério de lá por volta de 1845, no séc. XIX, e a casa foi feita com certeza com a retirada do cemitério e, portanto, ela foi construída posteriormente, o que faz com que ela não seja tão antiga como as casas Neves e Alves.

A casa da D. Concha foi construída originalmente para ser habitação ou tinha outro propósito?
Acho que sempre foi casa, originalmente da família St' Aubyn e acho que sempre foi moradia, até pela sua estrutura de sobrado, onde teria comércio de baixo e moradia de cima.

Acredita que na sequência da casa da D. Concha a casa da D. Edmeia também surgiu?
Foram estruturando-se ao longo da rua. Até tem uma casa nessa mesma rua que em termos estruturais ainda se encontra original, mas está quase em ruínas. Devem ser da mesma altura.

A minha dificuldade neste momento é descobrir a data de construção destas duas casas, mas com estas informações já consigo reduzir a janela no tempo.
Data segura não consigo te dizer, mas consigo te assegurar que essa zona era onde se situava o cemitério, inclusive, os pais do Dr. Júlio José Dias foram lá enterrados. As suas lápides estão na igreja com as datas que foram enterrados, por volta de 1820/1821. Sendo assim as casas só poderão ter sido construídas depois.
Mas então, juntando todos os pontos, tiraram o cemitério, para construir a igreja e consequentemente as casas.
Não, a igreja já lá estava, o cemitério é mais ou menos na praça em frente à escola central e que devia se estender até que encontraram a casa da D. Concha, já que encontraram as ossadas. Isto quer dizer que o cemitério se estendia para baixo (no seguimento da rua Baltasar Lopes da Silva) também. Isto já são especulações porque eu também ponho outra hipótese que estas ossadas poderão ser de alguma derrocada como a de 2009. Existem duas datas que eu cruzo, 1821, altura em que foi enterrado o familiar do Dr. Júlio, e túmulos com data de 1845 no cemitério atual na zona da Marica. Portanto entre estas duas datas o cemitério saiu daquela zona. Suponho então que a casa foi edificada entre 1830/1840.

Na zona do Seminário, atualmente, existe alguma casa fiel à sua originalidade?

Tem sim, conseguimos identificar algumas casas com traços antigos embora sejam poucas, o polivalente do seminário teria absorvido grande parte de ruínas, zona chamada de Chã de Abrantes. Existe uma fotografia ou gravura que se percebe a estruturação dessa zona. Existe outro dado interessante porque acredito que naquela altura construir em certos locais da Vila era complicado. Portanto, essa zona deveria ser uma várzea pois depois aparece uma tentativa de edificação de igreja na Chazinha onde está a casa do presidente, pois lá era uma zona afastada da ribeira e da encosta. Depois por alguma razão começaram a edificar no vale, mas o começo de tudo foi na zona de São João antigo Chã de Abrantes.

Quando passaram a construir no outro lado da ribeira, acredita que começaram da ribeira para a encosta ou vice-versa?

Acredito que foi da encosta para baixo.

Pergunto isto porque o Sr. Toy acredita que a Vila pode ter se desenvolvido ao longo da Ribeira, com casas no limite da ribeira de modo a aproveitar a água para a criação de hortas e animais.

Não sei, não tenho esta informação. Mas pela igreja primitiva que se encontrava na encosta, acredito que as primeiras casas foram da encosta para a Ribeira. Mas existe uma fotografia antiga com uma espécie de muro a se desenvolver perto da atual Câmara. Na zona da Câmara existiam duas ruas, em frente, onde hoje se encontra o jardim. Mas não tenho dados que me permitem sustentar esta tese.

Estas fotografias que disse, depois teria algum modo de as disponibilizar?

São duas fotografias importantes, inclusive do Seminário antes da rua remodelação. Quando de transformou em seminário, aumentaram de um lado e do outro. Tinha 5 janelas e passou para 9 ou algo do tipo. Nesta mesma fotografia percebe-se a igreja ainda com uma só torre. Ela foi remodelada em 1897, portanto esta fotografia é antes da transformação do seminário em 1866 e claramente anterior à transformação da igreja.

Tem informações sobre a igreja primitiva?

A igreja primitiva tem muito pouca informação. Sabe-se a sua localização que era onde está a escola central, por quando foram construir a escola, encontraram um colar de um bispo que estaria sepultado no altar dessa igreja que deu a localização exata do altar da igreja. Mas era uma igreja precária com cobertura de palha. Com a chegada de São Cristóvão chegou à conclusão de que para além da localização não muito favorável, a mesma não tinha condições. Sendo assim iniciam a construção da nova igreja em 1804. O Dom Cristóvão chegou em S.N. em 1786 mais o menos e encontrou a igreja primitiva lá, portanto anterior a essa data.

O São Cristóvão foi para S.N. porquê?

Porque S.N. era sede do Bispado, até anterior a ele, o primeiro bispo de são Nicolau foi Pedro Jacinto Valente, mas este não se fixou em São Nicolau, foi para Santo Antão. (Dom Frei Cristóvão de S. Boaventura |1786-1798| do livro sobre o seminário.) Viveu toda a sua vida em São Nicolau onde faleceu. Assim podemos dizer que São Nicolau já era sede do bispado transferido da Cidade Velha. Foi a partir daí toda essa importância que a igreja de Ribeira Brava ganha, para além da sua elevação a Vila com o decreto-lei em 1731, tem descrição de quantos fogos já tinha e com a vinda do bispado ganhou outra dinâmica, o paço episcopal foi transferido, a própria igreja foi objeto de intervenção onde ganhou o estatuto de Sé Catedral, então claramente a edificação à volta da igreja apanhou outro impulso. A igreja foi inaugurada em 1811 e a partir daí, tem uma data da qual não tenho memória em

que o governador lança um decreto para a retirada do cemitério de perto da igreja e na Ribeira Brava encontras sepulturas de 1845, portanto o cemitério novo deve ter chegado em 1840.

Se tiver alguma coisa que possa ainda acrescentar.

Outro aspeto interessante da Vila é que as casas sempre tinham hortas, algumas dessas casas ainda têm remanescências. Havia depósito de água ao longo da Vila, onde tem a esplanada tinha um tanque de água que usavam para regar essas hortas, haviam chafarizes e bebedouros dentro da vila e ainda conheci dois mas entretanto foram destruídos. Um tanque que existia na Ribeirinha, a Câmara anterior fez um parque infantil por cima, mas a Câmara atual está na tentativa de criar uma piscina municipal. A vila tinha diversos poços, na Maiama também tinha. Com isto era também extremamente insalubre, no tempo das águas surgiam muitos mosquitos consequentemente várias doenças. Em Ribeira Brava, apesar de tudo, conviveram com esses tempos mas entretanto assoreou muito ao longo dos anos o que provocou derrocada em 2009. Algo pouco referenciado é a tentativa de pilhagem da vila. Fala-se pouco da Ribeira Brava, mais da Cidade Velha mas Ribeira Brava foi quase uma centralidade de Cabo Verde, claramente uma centralidade, quando a Cidade Velha inviabiliza-se não encontraram lugar melhor que não fosse Ribeira Brava. Por aí diz-se muita coisa. Ter em conta a presença do Bispado e ter em conta também que o bispo viveu em São Nicolau por 157 anos, até 1943, onde São Nicolau foi a capital católica de Cabo Verde, por conta disso foi objeto de interesse de piratas, o que obrigou à construção do forte da Preguiça, Marinha, um Quartel Militar, mas não é muito explorado. O porquê da Vila ter o traçado que tem, o seminário isto tudo foi por causa da presença do bispado, e este foi para lá porque na altura era das vilas com melhor estruturação. Até Jacinto Valente tentou levar a igreja para Santo Antão mas não conseguiu.

Entrevista com Arquiteta Sília Brito, 15 de dezembro de 2021

As primeiras indicações do surgimento da vila em termos de malha urbana.

Existia um povoado, o primeiro povoado de são Nicolau em Porto da Lapa e por causa de ataques piratas começaram e entrar mais na ilha, no vale e surgiram as primeiras casas na ribeira Brava. Quando chegou a igreja católica, a igreja que tentou organizar a malha urbana da ribeira a partir da construção da mesma. Sendo que a constrição era aleatória, uma ribeira com muita plantação. Depois da igreja surgiram alguns traços, as ruelas. Devido às chuvas de 2009, perdemos imensos documentos pois a maioria não era digitalizado, o que temos disponível agora são documentos mais recentes como o PDM etc. IPC – não temos um documento oficial que podemos seguir, para orientação do que podemos fazer dentro de Ribeira Brava, seguimos muito pelo PDM e pelo bom senso também. Temos tentado não fugir muito ao traço existente, mas é muito complicado porque não existe um documento legal que protege a vila, as pessoas querem construir sua maneira e se não tens regras específicas como isto é um centro histórico, tem quem defenda que temos que manter a história, tem quem defenda que temos que inovar, com construções mais modernas mas o IPC- INSTITUTO PATRIMONIO DE CABO VERDE poderia apoiar nesta jornada. Temos tido Câmaras sucessivas, Câmaras têm pedido apoio pois é o instituto que tem o poder de proteção dos centros históricos entre os quais redigir documentos legais que sirvam de proteção. Infelizmente para Ribeira Brava ainda não temos, embora dependa da vontade política também.

Como funciona o processo de legislação, construção e acompanhamento no centro histórico.

Temos um limite no centro histórico e temos uma zona "tampão". No centro histórico, procuramos ser mais rígidos, por exemplo, as casas mais antigas como a casa da tua avó, da D. Concha, em torno de terreiro, são para manter, as fachadas concretamente. Pode-se fazer obras no seu interior salvaguardando a fachada. Em frente a igreja existia uma dessas casas, mas essa caiu, então

proprietários querem fazer uma nova construção, mas que irá passar a altura da igreja. A igreja tem que ficar imponente. Acabaram por fazer a mesma fachada, mas atrás iriam subir quatro pisos. Geralmente em Ribeira Brava o limite de pisos é de dois e meio no máximo. Tem aqueles lugares onde vais ver no PDM onde existem muitas ruas estreitas, que se faz a relação da fachada principal mais largura da rua. Nós analisamos, conforme a situação, há ruas que são canais que nem se consegue entrar com uma ambulância ou um carro dos bombeiros. O PDM ajuda muito nesse sentido, mas falta um documento legal. As pessoas fazem os projetos delas, entregam na Câmara para análise, conforme cada situação vemos se é permitido ou não. Mas agimos mais pelo PDM. As pessoas têm estado mais sensibilizadas nesse sentido correspondendo com o que pedimos nomeadamente a percentagem de telha etc. Na zona tampão já somos menos rigorosos.

Existe uma situação, na casa da minha avó, no terreno de cima, como foi possível?
Não é só esse edifício, temos a pensão Santo António entre outros. Por falta desse documento, as vezes as pessoas chegam com os seus projetos, dizemos que não permitimos esse número de pisos, e dizem, a casa tal foi construída com esse número de pisos. Porque é que essas pessoas podem e nós não? E ficamos numa situação complicada. Existe uma situação também atrás da escola central, que deu muita confusão, a intenção não era essa. Eu estou na Câmara como técnica, mas tive um tempo ausente e o que acontece às vezes como técnica podes dar a tua opinião mas as pessoas às vezes falam diretamente com o Presidente e o político diz que sim e faz-se. Eu tento sempre bater nessa mesma tecla de que precisamos desse documento legal pelo menos para a zona histórica no centro.

Voltando às casas, as suas construções ou os seus métodos construtivos e materiais, pode falar um pouco sobre isso?
Essencialmente Pedra, barro, cal, madeira, a mistura entre pedra e madeira. Mas hoje em dia encontras uma pessoa ou outra que na obra de reabilitação acaba por utilizar os mesmos materiais. As construções hoje são essencialmente blocos de cimento e argamassa.

Existe mão de obra para uma reabilitação com materiais originais? Já que a construção é baseada nos blocos de cimento acredito que não exista experiência com outros materiais.
Existe. Têm ganhado alguma prática com pessoas de fora que vieram reabilitar Paços do concelho, houve algumas intervenções na igreja, tem uma obra no orfanato de Caleijão, iniciado, com mão de obra mais qualificada que também veio de fora e que passou esse conhecimento para os trabalhadores de cá. Mas alguém mesmo especializado nessa área não temos.

Com o acesso a duas casas reparei nessa tipologia da varanda "embutida" na fachada e o pátio interior das mesmas. Esta tipologia repete-se nas outras casas?
A casa do Grémio também tinha essas características, mas fizeram uma intervenção por causa do comércio e tiraram a varanda interior. A maioria das casas tinha no piso de baixo comércio e moradia no piso de cima.

Por quê que as varandas são assim?
Praticamente todas as casas são assim com esse desenho da varanda não saliente.

A casa dos seus avós também tinha pátio interior?
Tem um pátio no interior, entretanto forma feitas modificações, mas existia uma varanda, não era em formato L ou U, era uma simples, mas agora existe um quintal e uma outra parte acrescentada depois pelo meu avô o que fez com que deixasse de existir a varanda.

As varandas na fachada seriam mais uma questão de cultura construtiva do que impossibilidade técnica? Eles tinham a tecnologia para fazer a varanda para fora do edifício mas escolheram não fazer.
Sim. Acho que faz mais sentido essa ideia de ser uma construção meramente cultural, porque, tem a questão das ruas estreitas, mas na altura tinha mais espaço.

Esta tipologia de casa existe nas outras ilhas de Cabo Verde? São idênticas ou têm algumas modificações?
Na ilha do Fogo já surgem casas com as varandas para fora. Ponta de Sol em Santo Antão. Cada casa tem algum elemento que difere uma da outra.

Entrevista com o proprietário Amílcar Spencer, 3 de abril de 2023.

Poderia elaborar o que sabe sobre o cemitério e a igreja primitiva?
Na verdade, não sei muito mais do que aquilo que, tradicionalmente, se sabe: que a encosta que fica para cima da atual Biblioteca Municipal tem o nome de Ladeira da Igreja, precisamente porque era nessa área é que se situava a anterior igreja. O que se compreende, perfeitamente, porque não estando o Vale devidamente defendido das cheias (como ainda não estará, certamente, de todo hoje, não obstante as diversas obras de correcção torrencial a montante, feitas ao longo dos tempos) as populações, pelo seguro, preferiam construir em sítios elevados, especialmente infraestruturas de utilização colectiva. Por outro lado, naquele tempo, os cemitérios localizavam-se nas imediações da Igreja e os Bispos eram sepultados mesmo dentro da igreja. Ora, tendo sido encontrada uma cruz de bispo, quando se procediam às escavações para a construção do edifício da então Escola Central, é de se crer, com maior probalidade, que nessa área se situava a anterior igreja matriz.

Pelas consultas que fiz, depois da retirada do cemitério, foram construídas as casas no Terreiro. Localizei as construções entre as datas de 1800 e 1845. Consegue confirmar? Sabe-se alguma coisa sobre a data exata da construção das duas casas (Tia Concha e Vó Meia)?
Mais do que o actual Terreiro ter servido, eventualmente, de cemitério, estou em crer que as populações residentes nessa cota de terreno, teriam sido surpreendidas por algum "dilúvio" e soterradas, provavelmente durante a noite, em que mais difícil teria sido pôr-se a salvo da catástrofe. É que, sempre que tem sido necessário fazer obras (escavações, fossas, etc.), a essa cota, têm sido encontradas ossadas várias, dispostas de forma que não corresponde ao normal dos enterramentos. Mais, são igualmente encontrados vestígios eloquentes de antigas construções, para habitação.
Não sei, ao certo, a data de construção das duas casas que cita, mas são anteriores à construção da actual Igreja matriz.

A casa da Tia Concha sempre foi assim? Conseguiria descrever como eram os espaços? E a casa da Vó Meia? (lembro-me dela antes da última intervenção que fizeram)
No essencial, as estruturas são as mesmas. Tratando-se de sociedades, na época agrícolas, as casas tinham quintais, na parte posterior, para animais de transporte e de criação. As varandas eram em madeira e foram substituídas por betão, estreitadas e aproveitou-se os extemos para se contruir, no caso da nossa casa, duas casas de banho a leste e uma cozinha a oeste e, no caso da casa do Tio Marinho, um quarto de banho a leste e uma saleta a oeste. As divisórias interiores foram igualmente alteradas, dando lugar a novos cômodos.
Sendo os pavimentos do primeiro andar em madeira, anteriormente, as lojas tinham, ao meio, uma parede grossa, em pedra, de maneira a suportar o peso das estruturas superiores. Isso desapareceu, em ambos casos, dando lugar a open-spaces, no piso térreo.

Havia também pequenos fornos no quintal das duas moradias que desapareceram, no caso do Tio Marinho, quando ele remodelou a casa, ainda nos anos sessenta do século passado e no caso da nossa casa, quando a minha mãe resolveu, também por essa altura, substituir o forno por uma capoeira, que também já desapareceu. No primeiro caso o forno ficava, mais ou menos, onde hoje está a lavandaria e, no outro, no quintal, ainda intocado, pela qual o edifício termina, do lado Norte.
Claro que consigo descrever todos os espaços anteriores, mas é um exercício que demoraria muito tempo, tempo esse de que, confesso, não disponho, de momento.
O melhor ainda é vires de férias e anotares tudo, pessoalmente e com desenhos. Senão, dá um pulo a Lisboa, leva lápis e papel, e fala com as minhas irmãs. A própria Leninha deve estar lebrada dos desenhos, ou melhor, das divisórias anteriores.

Consegue datar as intervenções que foram feitas em cada casa? Por exemplo, a Tia Nídia disse que na casa da Vó Meia, a cozinha e o quarto de banho foram acrescentadas pelo Vô Marinho na altura do nascimento da Tia Nídia. Confirma?
Exactamente! O Tio Marinho fez obras na casa dos seus pais, que lhe coubera por herança, para poder nela instalar-se com a família, que constituíra, entretanto. Logo, as obras datam-se dos primeiros anos dos anos sessenta (61/62). Ele casou-se em 28 de Maio de 1960 e, nessa altura, morava em casa alugada (onde mora, hoje, a Candinha do Tadai).
No nosso caso, o meu irmão Zéca, que ao terminar o serviço militar obrigatório, passou um ano em SN, como Secretário da CM, convenceu a minha mãe a mandar substituir a varanda em madeira, por betão e aproveitou para cimentar o quarto de banho, fazer a fossa e instalar água canalizada, em 1966/67.
O anterior inquilino terá feito obras de conservação, ainda nos anos trinta, do século XX.

Quantos donos a casa da Tia Concha teve e quem foram? E a casa da Vó Meia?
A nossa casa foi construída por "Nhô Chico Saniclau", que passou a arrendá-la ao Estado. Assim, serviu de Hospital (ou Enfermaria, como se dizia, na altura), de Paços do Concelho, entre outros serviços públicos. No início dos anos trinta, do século passado, o senhor Edmund St'Aubyn tê-la-ia comprado para dar ao filho Djack, para morar, com a família deste. Já depois da Segunda Guerra, talvez 1946, o prédio foi posto à venda e o meu pai comprou-o. Sou, assim, o único filho dos meus pais, que nasceu (1948) nessa casa. Quanto à casa do Tio Marinho, não sei, mas terá sido, desde muito cedo dos meus avós. Se bem que estes viveram, por algum tempo no Mindelo, onde também o meu avô materno tinha comércio. Teriam regressado, definitivamente, a SN, no início da Primeira Guerra Mundial. Todavia, o meu avô ainda manteve, por alguns anos, os dois comércios (em SN e SV).

Tem fotografias antigas da vila, do terreiro ou das próprias casas que consegue disponibilizar?
Tenho alguma coisa, certamente. Vou seleccionar algumas. A qualidade é que pode não ser boa.

Da última vez que estive em São Nicolau falei com a Arquiteta Sília Fonseca, da Câmara Municipal a respeito de possíveis plantas antigas das casas e da própria vila e a resposta foi de que a câmara não tinha acesso a documentos muito antigos. Um dos motivos foi a chuva de 2009 que destruiu grande parte dos arquivos que detinham. Outro seria porque a maior parte dos documentos históricos estão no Arquivo Nacional na cidade da Praia. Sabe se existe algum mapa antigo que represente a vila entre os anos de 1800 e 1850?
Que me desculpe a Sília: a chuva de 2009 há-de ter outras culpas, mas não pode pagar essa de perda de documentos da CM. Era mesmo o que faltava documentos coevos importantes da CM, em pleno século XXI, estarem a ser guardadas em sítios onde a chuva pudesse atingi-las. Eu fui Presidente da CM, de 2004 a 2008… Os documentos ter-se-iam extraviado ou deteriorado, por incúria ou descaso,

muitos anos antes. Estou em crer, no entanto, que alguns documentos antigos estarão, certamente, na posse do Arquivo Nacional.

Na sequência da conversa com a arquiteta, também questionei sobre os métodos utilizados para garantir a preservação do património em Ribeira Brava e a arquiteta mencionou que existiam leis de proteção, mas faltava fiscalização. O que tem a dizer sobre isso? Qual foi a sua experiência como Presidente da Câmara?

Fiscais até existem, em quantidade suficiente e com alguma preparação, em matéria do Código de Posturas Municipal. Por outro lado, há, efectivamente, um quadro legal nacional que regula o ordenamento do território e a construção civil, de uma maneira geral. No entanto, em matéria de património, urbanismo inteligente e harmonioso e arquitectura paisagística, tirando a "Cidade Velha", ou seja, Ribeira Grande de Santiago, que foi classificada pela UNESCO, como Património de Humanidade e, em função disso, deve obedecer a um quadro específico, está tudo um bocado por fazer. Os Centros Históricos não são preservados e não há muita preocupação em manter a traça dos edifícios históricos. Fica tudo um pouco dependente da sensibilidade, capacidade e boa vontade das equipas camarárias que gerem os Municípios, em cada momento. Embora já se fale no assunto e haja mesmo um Instituto do Património Cultural, receio que estejamos a chegar tarde de mais.

Eu ainda tentei, enquanto autarca de 2004 a 2008, definir o perímetro do Centro Histórico da Ribeira Brava e classificar os edifícios que, dentro desse perímetro ou mesmo fora dele, devessem ser alvo de uma protecção especial, mas o Governo de então, através dos seus serviços competentes, deram a volta ao processo e deixaram-me de mãos a abanar. De facto, há muitos interesses instalados, particularmente dos Gabinetes Técnicos municipais, que tornam a própria fiscalização corrente, absolutamente, inoperacional. De recordar que os GT são, essencialmente, antigas Delegações do Ministério das Infraestruturas (pessoal técnico e equipamentos), com os seus vícios, que foram transferidas para os Municípios, depois de 1992. Do ponto de vista técnico, nem sempre colaboram, de boa-fé, com as equipas políticas, que ao contrário dos técnicos e administrativos, são, por norma, transitórias.

Qual foi a experiência na reabilitação da casa da Tia Concha, sei que esteve sempre presente e gostaria de saber o método como foram feitas as intervenções, se adotaram sistemas construtivos atuais ou tradicionais, se fizeram reconstituição das paredes de pedra se encontraram mão de obra para tal por exemplo.

Vou começar pela última questão – mão-de-obra: O que pude constatar com os trabalhos de restauração da casa dos meus pais é que os nossos operários, na sua maior parte, não estão preparados, tecnicamente, para trabalhos de restauração, que exigem, muitas vezes, alguma delicadeza. Habituados a obras de raiz e sob orientação, geralmente, de simples mestres-de-obras, falta-lhes alguma sensibilidade e preocupação, relacionadas com a estética, equilíbrio, utilização de material adequado e outros tantos.

Acresce que, de um modo geral, não se importam com a gestão criteriosa daquilo que o dono a obra vai pondo à sua disposição, ao longo dos trabalhos. Tem de se estar sempre em cima dos acontecimentos e, mesmo assim, é uma dor de cabeça constante.

Valeu-me o facto de, anteriormente, quando era autarca, ter promovido (com a participação de equipas muito competentes) a restauração da maior parte dos edifícios históricos do Município, bem como das praças, largos e outros espaços públicos e, por essa via, ter adquirido alguma experiência ou conhecimento sobre o estado da arte…

Quanto às obras em si, como pretendia substituir os soalhos e o forro da cobertura por alvenaria, começamos por escavações no rés-do-chão, de maneira a implantar fundações e pilares. Primeiro, na metade leste e uma vez terminado essa metade, passamos ao lado oeste. E felizmente que assim

foi, pois tinha havido um erro de cálculo, para mais, das estruturas em betão, o que custou tempo e dinheiro, e que foi corregido, quando se passou para a metade oeste. Terminado o pavimento do primeiro andar, passou-se à cobertura. Uma vez posta a laje de cobertura, o carpinteiro começou a montar as estruturas de suporte do telhado, enquanto se procedia aos acabamentos interiores.
A divisão interior, que anteriormente, era de certo modo aleatória, passou a obedecer ao seguinte critério: do corredor para o Leste passou a estar a parte íntima da mordia; do corredor para o Oeste, a parte social. Desse modo, os quartos de dormir ficaram todos do lado Este e a sala de visitas e sala de jantar, mais a cozinha, do lado Oeste. Ou seja, o quarto principal e a sala de visitas, sobranceiros à via pública no flanco Sul, ficaram tal qual eram, anteriormente. A antiga sala de jantar, que era contígua ao quarto principal, deu lugar a dois cómodos e a sala de jantar foi transferida para o lado oeste, onde anteriormente, ficavam dois quartos de dormir. Aproveitou-se, ainda, uma parte do corredor, no primeiro nadar, para dotar o quarto principal de um quarto de banho, privativo.
Como as divisões são em blocos leves, é basta deitar as divisórias abaixo, para, querendo, voltar ao traçado do antigamente. Diga-se, porque é importante, as antigas divisórias do primeiro andar eram em tabique. As alvenarias do piso do primeiro andar e da cobertura foram forradas de madeira, ficando tudo muito parecido como o anterior desenho. Do ponto de vista exterior, o edifício ficou na mesma. À excepção da entrada principal, os portais do rés-do-chão, que já depois da Independência Nacional, tinham sido substituídos, na metade oeste, foram agora uniformizados, de modo a servirem, com equilíbrio visual, perdido nos finais de setenta, anterior, e alguma estética, as lojas respectivas.

Acha que o encerramento do seminário liceu em São Nicolau foi um acontecimento que estagnou o desenvolvimento da ilha?
Certamente! O Seminário era um polo do saber. E o conhecimento é a maior e melhor alavanca do desenvolvimento. Repara que o Seminário era uma Escola Secundário laica, mas uma instuição de Educação Superior, para quem pretendesse ser padre. Como iam jovens de todas as ilhas e até da Guiné e Angola, bem como de Portugal, isso tinha um impacto social, económico e cultural enorme, para a ilha.

Sabe me dizer quanto tempo São Nicolau ficou sem Liceu?
Sem Liceu, sem Liceu, uns 70 anos. O Seminário funcionou por 50 anos (1866-1916); depois de 1917 chegou a funcionar um Instituto, que durou pouco tempo. Nos anos 60, foi criado um Externato, de iniciativa privada. Em 1974, o Ciclo Preparatório oficial. Já depois da Independência o Liceu até ao quinto ano aí para finais dos anos 80. Depois de 91, o ensino secundário completo.

Praia, 3 de abril de 2023,
/Amílcar Spencer Lopes/.

Entrevista com as proprietárias Nídia e Eunice Spencer.

Qual era a vossa vivencia em são Nicolau, a vivência dentro e fora de casa?
As coisas que mais me marcaram na casa. Em primeiro lugar, nós vivíamos mais dentro de casa até a idade de ir para o liceu em São Vicente. Saíamos para ir à escola, para ir à missa, catequese, brincar na rua e aos domingos brincávamos na praça. No geral, não saíamos tanto, principalmente durante a noite. Ou seja, as brincadeiras e a vivência na infância eram mais dentro de casa mesmo.
Quando saíamos era, principalmente, aos domingos quando íamos para a praça brincar com outros meninos para brincar de saltar corda, por exemplo. Lugares que frequentávamos sempre, com exceção da escola, era a casa da tia Concha, **Moral** e a casa da Vovo Nenê. Nestes três lugares que íamos praticamente todo dia.

As coisas que se destacavam pra mim na casa eram, por exemplo, na hora da refeição, a sala de jantar e aquele cuidado que o vô Marinho tinha em relação a lavar as mãos, não podíamos colocar as mãos nas maçanetas das portas ou nas cadeiras. Nos momentos de refeição tínhamos que nos sentar todos juntos, no almoço e jantar principalmente.

Como haviam muitas moscas e naquela casa a sala de jantar não era integrada com a casa, tinhamos que entrar por uma porta específica para ir até a sala de jantar, vô Marinho fazia questão que esta porta estivesse sempre fechada por causa das moscas. Assim como temos o costume de deixar aquela porta sempre fechada até hoje.

Lembro-me da vó Meia na salinha de jantar fazendo bolo, era também onde colocávamos todas as coisas que vinham das hortas como ervilhas, por exemplo. Em relação à cozinha, eu não ficava muito nesse espaço mas em determinada época a vó Meia obrigou-me a ficar lá para que eu pudesse aprender a cozinhar, mas as empregadas me expulsavam muitas vezes porque eu atrapalhava.

Comigo isto nunca aconteceu, vó Meia nunca me mandou para a cozinha para aprender a cozinhar. Uma lembrança que eu tenho da cozinha era um "fogão primo". Esse fogão que funcionava à base de pressão, tínhamos que bombear o depósito de combustível, normalmente querosene ou petróleo, para que ele subisse até a boca do fogão onde tinha a chama. Tínhamos um "fogão de torcida", um fogão de duas bocas com torcidas (semelhante a um candeeiro a petróleo com pavio).

Lembro da época em que a cozinha foi renovada, mas só tenho lembrança do processo de mudança e da cozinha nova, não lembro da configuração da cozinha antiga. Como ela era antes provavelmente só Tita que pode dizer.

Antes de passar para a parte de fora da casa é importante dizer que a iluminação da casa era feita com candeeiros petromax.

Para além da cozinha, lembro do quintal de baixo (quintal diante da cozinha) e das coisas interessantes que fazíamos lá. Primeiro eu lembro do milho que vinha da horta e eles colocavam para secar no quintal antes de quebrar e debulhar. Naquela época vinham outras pessoas para ajudar nesse processo de separar o milho. Lá no quintal que eles quebravam o milho no pilão (*kutxi midj*) para fazer *katxupa* e moer milho no moedor para fazer papa. Eu lembro que esses momentos eram como uma festa, um evento. No mesmo quintal tínhamos selhas de madeira para lavar roupa antes de serem feitas as selhas de cimento. Nesse mesmo quintal que ficavam os cachorros, e neste quintal o portão não ficava trancado, era encostado com uma corda e um dos cachorros (*Tóbby*) conseguia abrir o portão. No quintal que aconteciam algumas brincadeiras, principalmente "*panhada*" e um jogo chamado "*hidro avião*" (mais conhecido como malha). Na varanda que brincávamos de casinha de boneca, mas era mais comum montar esta casinha na cozinha, que ficava lá montada por alguns dias e a brincadeira acontecia por alguns dias. Outras brincadeiras eram "*aizu*", "*mária*" e "*uril*". Lembro quando eles traziam laranja da horta para a casa, eu pegava algumas e sentava na escada em frente a porta da sala para comer.

O que era guardado nos armazéns?

Milho, banana, laranja…

chamado de despensa, lá que ficavam os cachos de banana pendurados para amadurecer. Vó Meia pedia para eu buscar bananas para a sobremesa quase todos os dias antes de nos sentarmos para almoçar. Lá ficavam guardadas as laranjas, o *grog*, batatas das hortas. O milho era guardado no armazém debaixo da sala de jantar.

Na despensa colocavam, também, o feijão seco e a fava seca em garrafões e algumas bananas ficavam penduradas, ainda nos cachos, outras eram separadas e colocadas em tabuleiros de madeira. O armazém debaixo da sala de jantar era um armazém mais genérico, tinham algumas peças de madeira (sobras de moveis) e alguns moveis que foram tirados da casa da vovó Nenê. Colocavam, também, os tambores de milho. O quintal de cima, era onde hoje fica a casa do tio Elídio, lá era o quintal

dos animais: porco, cabra, galinha, pato. Quando as cabras tinham a cria, era feito uma espécie de requeijão (requeijo) com aquele primeiro leite e nós brincávamos com aqueles cabritinhos, dávamos comida aos bichos, só não assistíamos a matança dos porcos.

Um dia eu fui assistir uma matança, nunca mais na vida que quis ver! Depois eles colocavam a pele do porco para secar na fogueira.

No dia da matança do porco era dia de festa assim como em Portugal, como não tinham frigoríficos as peças do porco eram divididas entre os vizinhos e amigos. Dividiam a carne do toucinho para fazer torresmo e extraíam a banha para guardar num baião (feito com um barro liso, provavelmente não são feitos em Cabo Verde- lá tem barro?-). A carne era usada para fazer "*frinjinod*" para comer, normalmente, no almoço. Comíamos o *frinjinod* com papa de milho ou com ervilha seca. Uma parte da carne era separada para salgar e colocada em um baião de barro. A repartição da carne era outro evento, a família levava a carne até a casa dos vizinhos e as crianças iam junto, era muito comum nos receberem com bolo, café, frutas e ovos de galinha para dar "em troca" da carne de porco. Naquela época não existia iogurte então se consumia muita gemada.

Eu também lembro de uma época que tínhamos cavalo no quintal de cima, mas não era nosso, era do primo Amílcar. Ele ficava lá porque as cocheiras na casa da tia Concha estavam sempre ocupadas com tralhas e as nossas não tinham nada a não ser palha. A cocheira era, basicamente, três quartos, ao lado tinha uma capoeira grande para as galinha e ao lado tinham os porcos. Tivemos até três porcos em três pocilgas diferentes. Eu achava o cavalo em especial um animal incrível. Nossa infância teve mais momentos dentro de casa, as vezes eu até sentia falta de brincar mais na rua. Depois, tínhamos algumas brincadeiras que aconteciam dentro de casa. Vo Marinho jogava carta e teve uma época em que ele nos ensinou a jogar carta também.

E lembrando da cozinha, mais uma vez, na hora que a Vó Meia fazia bolo eu lembro de um barulho que ela fazia quando batia os anéis na forma, na hora de untar a forma do bolo. Pra mim aquele barulho era característico do processo de untar a forma e de fazer bolo.

Tinham épocas em que ela fazia bastante doce, principalmente quando tinha alguma ventania e as frutas eram arrancadas das árvores. Era uma forma que eles tinham de aproveitar ao máximo as frutas para conservar também quando tinha um excesso de fruta.

Vo Meia fazia compota de jambo, doce de manga, goiaba, banana madura, uva… Umas das lembranças em relação a comidas é que na hora que vo Marinho viajava para fora de São Nicolau, vo Meia fazia almoço com farinha de pau torrada, toucinho, ovo estrelado ou *katxupa* guisada para o almoço.

Há quem diga que tínhamos refeições dignas de novela. Quando vo Marinho estava lá, o almoço começava sempre com sopa, depois peixe ou carne e por fim a sobremesa. Isto no almoço e no jantar. Muitas vezes o jantar era caldo de *Katxupa* ao invés de sopa. Papá bebia sempre um vinho, no almoço e no jantar, e sempre colocava um pouquinho para bebermos também, mas só um pouquinho…

Aos domingos, a sobremesa era creme de custard, ou "leite creme", com açúcar caramelo e canela por cima. Como não tinha frigorífico, vo Meia colocava o caramelo para secar na janela.

Algo que sempre tínhamos na casa era bolo, bolinho de areia principalmente. Nesse caso nós sempre ajudávamos a enfeitar os bolos.

Quais eram os espaços mais usados na casa?

A sala era o espaço que nós menos usávamos na casa, estava sempre fechada. O espaço mais usado era aquele quarto do meio (quarto da Bia), lá que era o hall de entrada da casa, onde vo Meia tinha máquina de costura, onde nós estudávamos, lá que vo Marinho sentava quando chegava do trabalho. Lá que nós recebíamos a maior parte das visitas. A sala era usada para "visitas oficiais" que não aconteciam todos os dias, quando era tia Concha, Zipinha ou visitas de todos os dias, eram recebidas no quanto do meio. A disposição daquele espaço não era como está hoje, aquele biombo ficava entre a porta de entrada e a porta do quanto de visita, perpendicular à porta-janela. Aquele espaço em

frente a porta de entrada e ao lado do quarto da vo Meia que era o espaço de estar. Do outro lado do biombo tinha uma cama onde eu ou o Alírio dormíamos.

Não tinha separação entre o quarto do meio e o quarto de visitas?

Tinha, sempre teve mas era uma separação feita de uma estrutura em madeira, tinham algumas almofadas em platex, assim como nas portas, nessa divisão. A separação não ía até o forro mas tinha porta.

Uma das minhas frustrações era que na adolescência eu gostava de ler até tarde, mas a vo Meia do quarto dela dizia para eu apagar a luz, pois ela conseguia ver que a luz do quarto estava acesa.

Qual foi o sentimento de vocês quando tiveram que sair de São Nicolau para estudar em São Vicente?

Desde que nascemos sabíamos que teríamos que deixar a vila em determinado ponto, era algo natural, mas quando nós saíamos não tínhamos tanta consciência do que ficaria para trás. Quando voltávamos para passar as férias, Natal e féria grande, era sempre de avião e não era muito barato.

Depois de um tempo, começamos a querer ter experiências diferentes, como passar férias em Santo Antão com a tia Fatinha e familiares. Aos 15, 16 anos queremos aproveitar as férias de páscoa para fazer programas entre amigos e deixamos de sentir aquela necessidade de voltar pra casa. Contudo, não abríamos mão das férias de Natal e das férias grandes, nessas épocas até levávamos primos e amigos para passar férias conosco em São Nicolau. Uma sensação que eu esperava para sentir toda vez que regressava a São Nicolau era a de chegar em casa, subir para a varanda e olhar para a montanha e depois ir para a casa da tia Concha cumprimentar a família.

Quando nós chegávamos em casa começávamos a explorar a casa, abrir gavetas, baús, malas e reorganizar a sala, o quarto e vo Meia deixava que mudássemos tudo para dar um novo ar para à casa. Nessa época já não ficávamos tanto tempo em casa, íamos para festas, para a praça e hortas e voltávamos no fim do dia. Outro ponto interessante de lembrar é o banho, naquela época o chuveiro era um balde com uma torneira que tinha que ser enchido e pendurado, a banheira era uma tina que recolhia a água e depois tinha que ser despejada. O quarto de banho tinha um piso vermelho forte.

A vivência depende da idade, nas férias quando eu estava em casa era organizando ou no meu quarto brincando com um gravados de som ou lendo. Lembro que eu gostava de estar no quarto ou interagindo com os cães e os gatos.

Por estes dias, conversando com uma prima, chegamos a conclusão de que se não contarmos as nossas memórias de infância e adolescência elas se perdem na nossa memória e no tempo…

Quando eu fui para o "ciclo" e comecei a estudar de forma mais independente, passei a estudar na sala de jantar com primos e amigos, principalmente nas época dos testes.

Antes disso, nós estudávamos no quarto do meio, a máquina de costura da vo Meia tinha uma tampa que abria para que a máquina pusesse ser utilizada. Então, quando vo Meia sentava para costurar este tampo era a nossa secretária.

Naquele tampo que eu aprendi os tempos verbais e a tabuada. Minha memória desse momento é muito forte, lembro de quando eu estava na terceira classe, mais ou menos nove anos, e a vo Meia estava a explicar a tabuada de seis, sete e de nove, os números que eu tinha mais dificuldade.

Basicamente vocês são exceção a regra, pois a ideia que eu tinha da vivência da família caboverdiana é de estar pouco em casa e mais na rua.

Quem viveu em sobrados, teve outro tipo de vivência, não brincávamos muito na rua e por isso gostávamos de ir para a **moral**, porque lá tinha mais espaço no quintal. Uma memória que eu tenho quando andava na primeira classe, tinha aulas no seminário. Quando eu precisava usar o quarto de banho eu saía do liceu no intervalo e ia usar o quarto de banho em casa para depois voltar para a aula. Nós, do sobrado, éramos privilegiadas porque tínhamos quarto de banho em casa, mas, mesmo assim não éramos ricos mas tínhamos uma educação diferente da maioria dos nosso amigos.

Eu, por exemplo, as vezes pedia várias vezes para que me deixassem brincar na rua e só as vezes que meus pais deixavam-me sair.

Uma das coisas que eu lembro é, ainda dentro de casa, ver as crianças a brincar de "r*oda-roda sem cantinh*" (a brincadeira consiste em estabelecer um quadrado no chão onde brincam 5 crianças, uma fica no meio e as outras ocupam os quatro cantos do quadrado. Sendo permitido apenas uma pessoa por canto, aqueles que os ocupam tem de trocar de lugar enquanto aquele do meio tenta ocupar um dos cantos) naquela parte cimentada do terreiro.

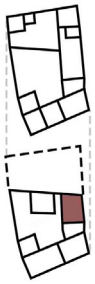
Era apenas aos domingos que nos deixavam brincar na praça, nos arrumávamos todas para correr na praça. Inclusive, lembro-me de uma vez que cai ao brincar na praça, tinha calçado uns sapatos amarelos brilhantes como se tivessem verniz, vindos dos Estados Unidos.

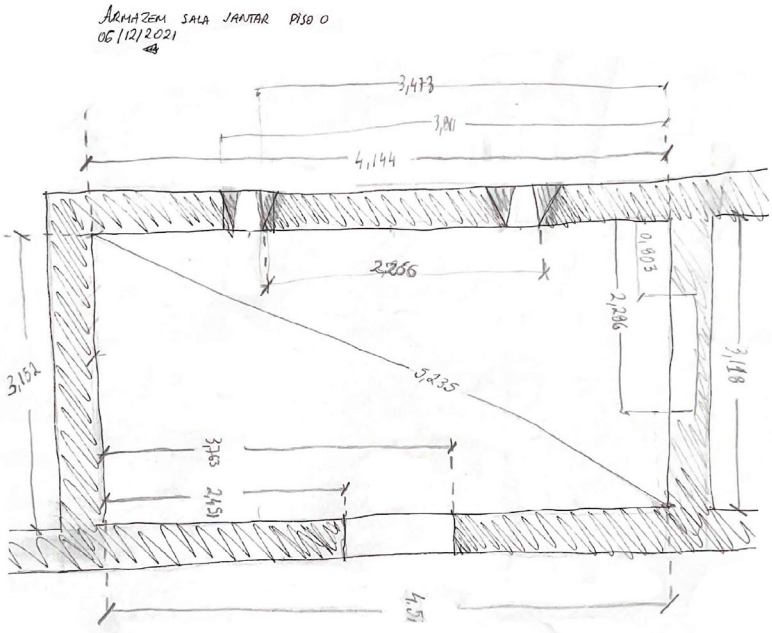
Na altura das festas tinham sempre algumas empregadas para tratar de todos os espaços da casa, como a maioria dos espaços da casa tinham chão de madeira era preciso encerar à mão com escovas. Mesmo em casa, nunca estávamos sozinhas, crianças de famílias com menos condição eram muitas vezes incentivadas pelos pais a irem até a casa de pessoas com mais condições para aprenderem a fazer bordado, aprenderem conteúdos relacionados à escola ou simplesmente para poderem ter o que comer.

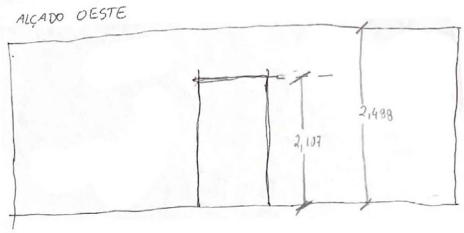
Para a festa da Nossa Senhora do Rosário, padroeira da Vila de Ribeira Brava, que acontece em outubro, a maioria das casas eram enfeitadas para a época festiva. Em nossa casa, várias senhoras eram contratadas para ajudar nos preparativos, o chão era encerado, os móveis eram envernizados com óleo de Cedro, as cortinas e as rendas eram trocadas e as colchas mais bonitas eram estendidas nas três janelas de casa, juntamente com vasos de flor para enfeitar a rua.

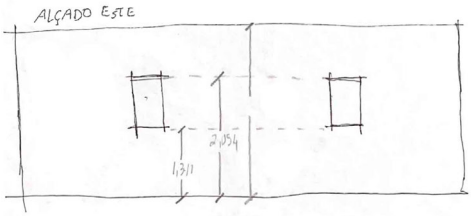
Levantamento *Casa d'Vó Meia***, dezembro 2021**

Armazém Sala de Jantar







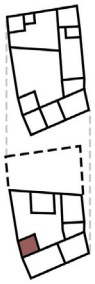


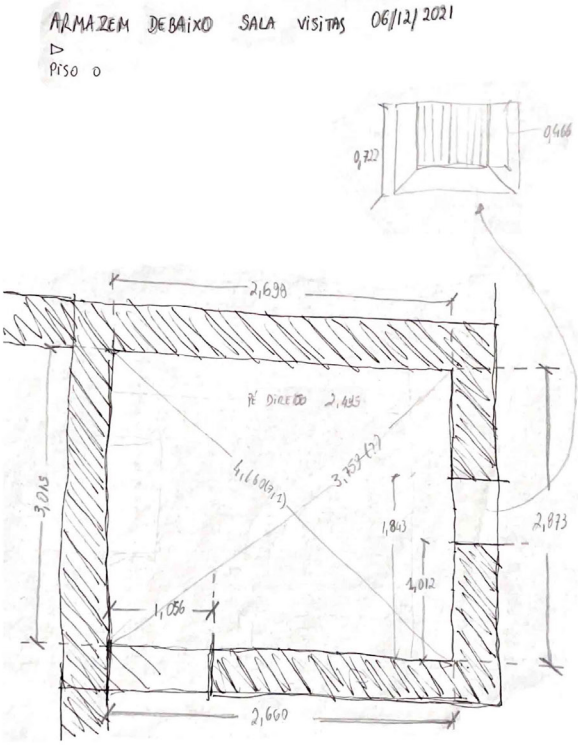






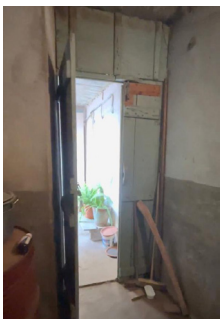
Armazém Sala de Visitas





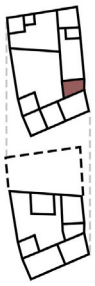


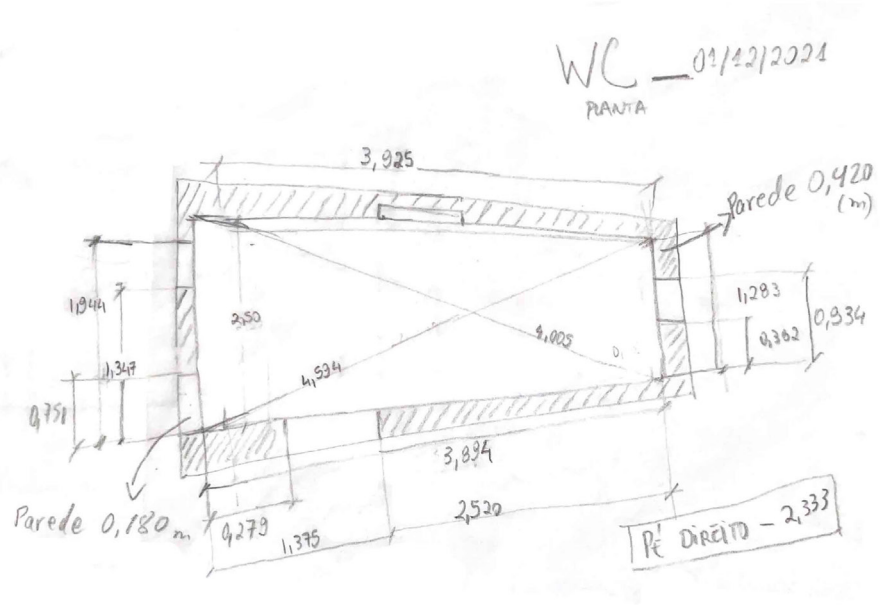


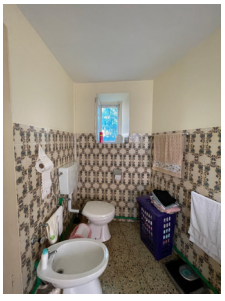




Quarto de Banho principal

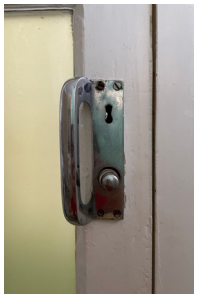




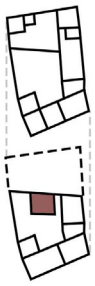


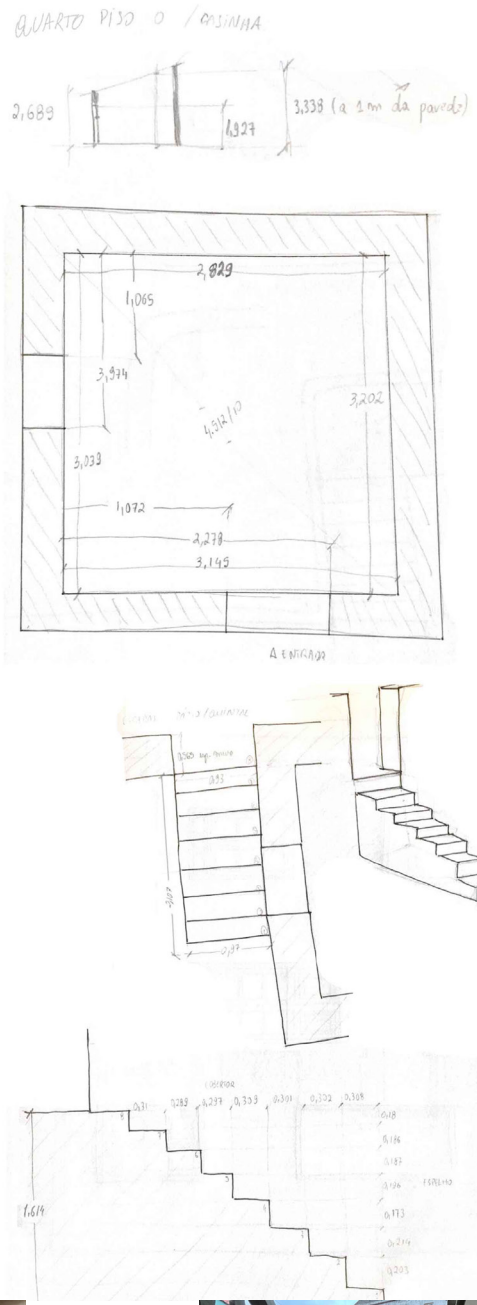






Quartinho Rés-do-Chão

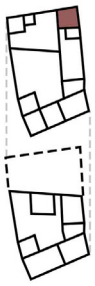


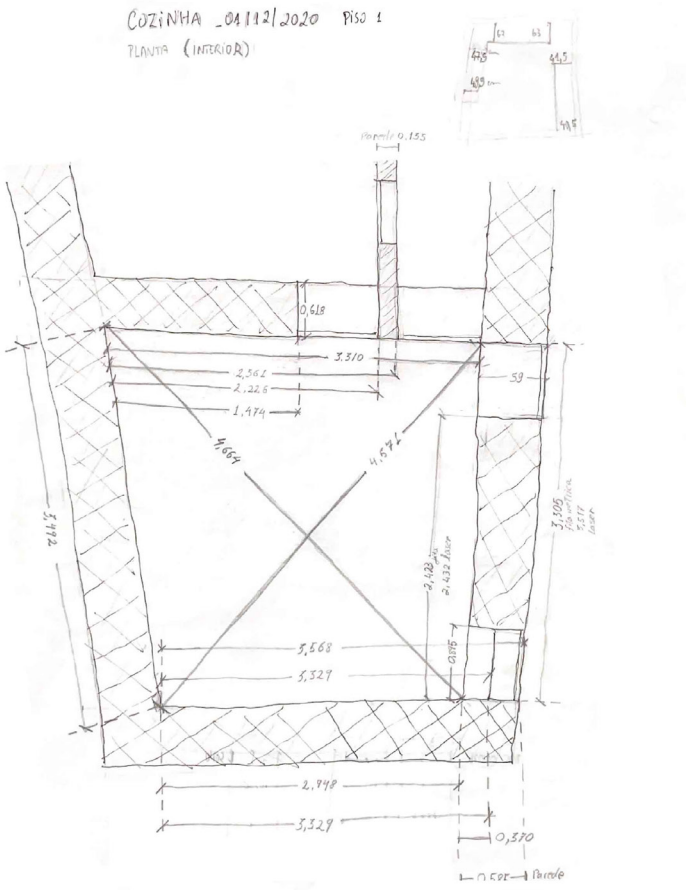


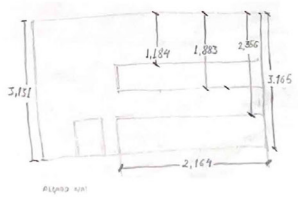


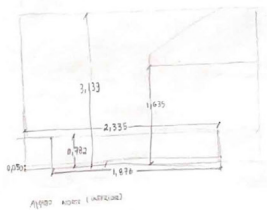


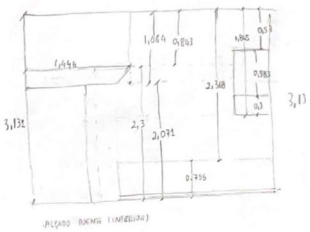
Cozinha




COZINHA _04/12/2020 PISO 1
PLANTA (INTERIOR)
0,618
3,310
2,361
2,226
1,474
4,664
4,594
3,492
3,568
3,327
2,948
3,328
0,570


1,184
1,883
2,866
3,131
3,165
2,169

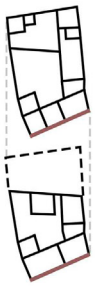

3,133
2,335
0,782
1,870

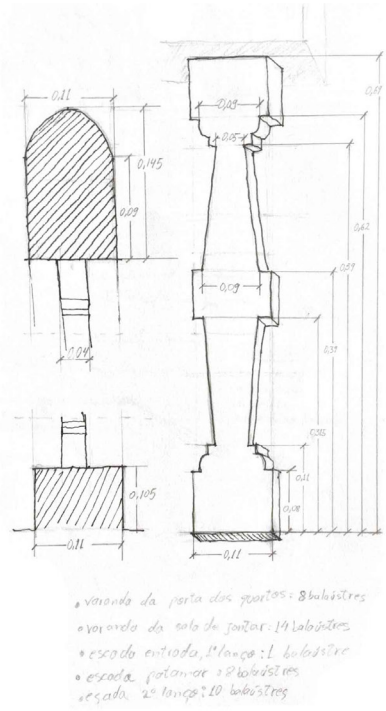

1,064
0,863
1,448
2,348
3,132
2,3
2,092
0,739





Detalhe da guarda e Fachada





- varanda da porta dos quartos: 8 balaústres
- varanda da sala de jantar: 14 balaústres
- escada entrada, 1º lanço: 1 balaústre
- escada patamar: 2 balaústres
- escada 2º lanço: 10 balaústres

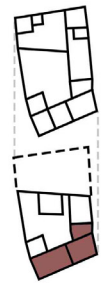


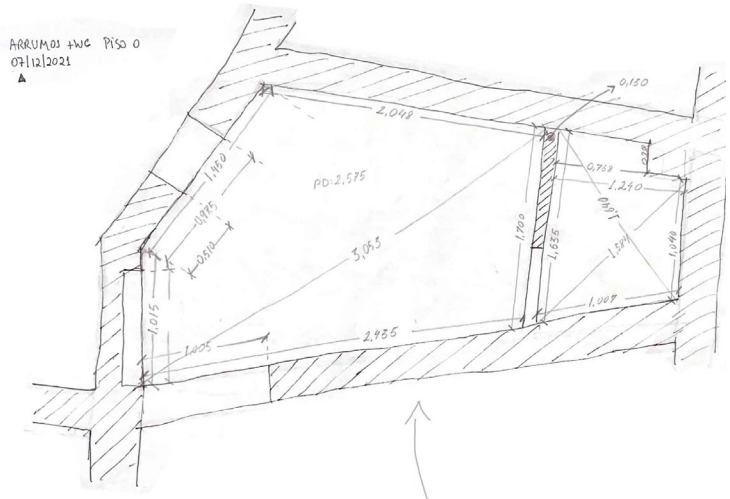


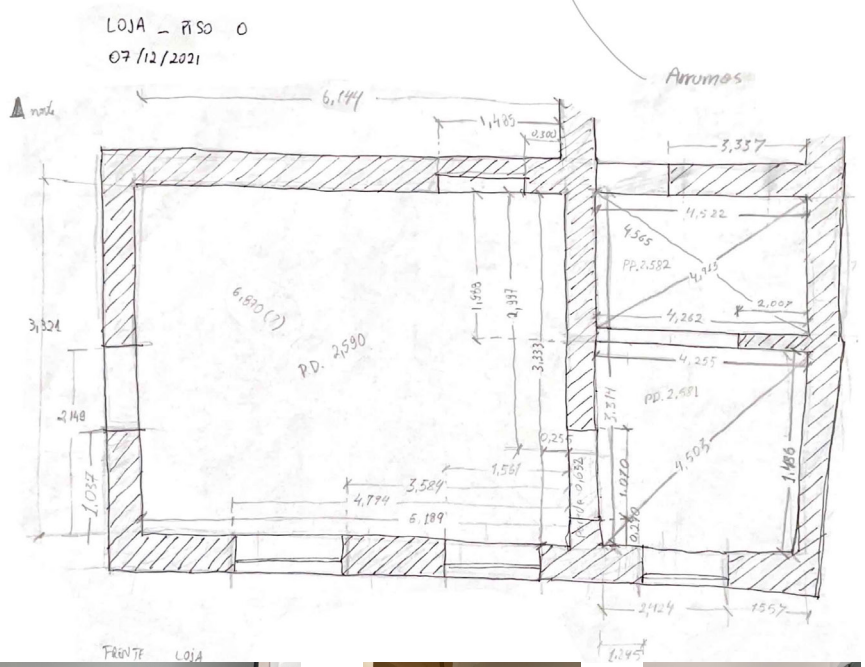




Loja

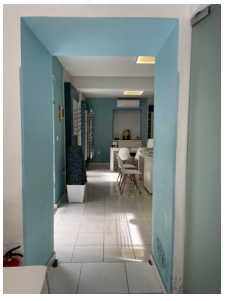



ARRUMOS +WC PISO 0
07/12/2021
0,150
2,048
1,480
0,975
0,610
PD:2,575
3,053
1,700
1,636
0,768
1,240
0,197
1,394
1,049
1,007
1,015
1,405
2,435

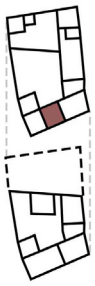

LOJA - PISO 0
07/12/2021
Arrumos
norte
6,144
1,485
0,300
3,337
4,565
PP.2,582
2,007
4,262
4,255
PD.2,581
3,324
6,570(?)
PD. 2,590
1,498
2,337
3,333
2,148
1,035
0,252
1,561
3,584
4,784
6,189
1,503
1,486
2,424
1,567
1,245
FRENTE LOJA

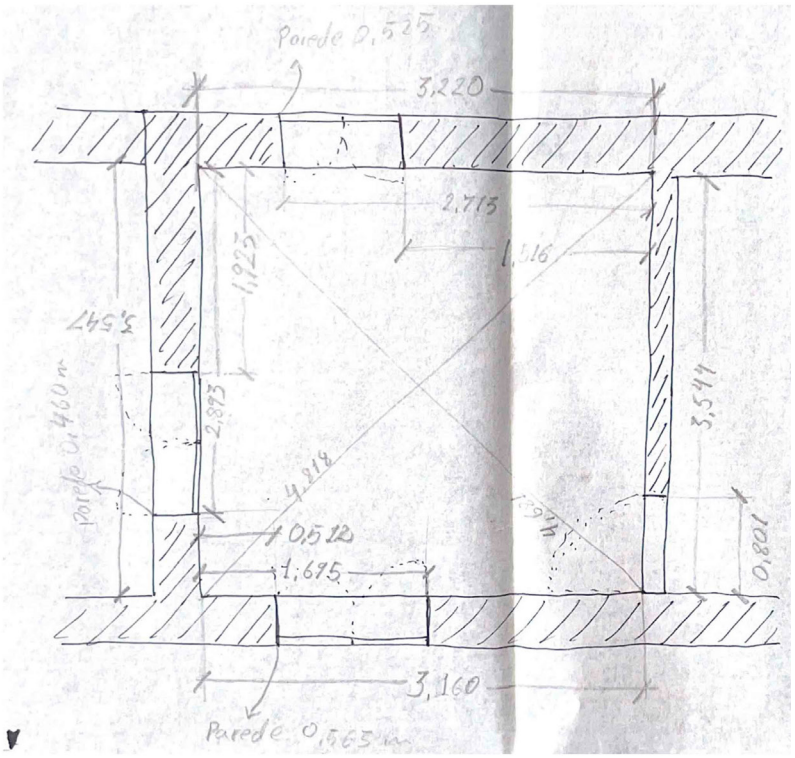


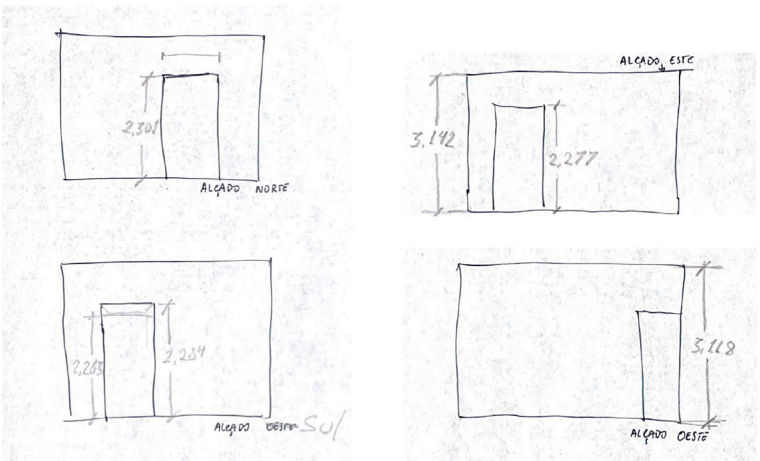


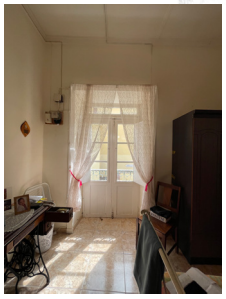


Quarto 3




Parede 0,525
3,220
2,713
1,116
1,923
3,547
Parede 0,460 m
2,893
4,818
3,544
0,512
1,695
0,801
3,160
Parede 0,565 m

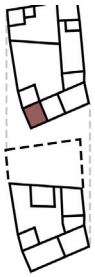

2,301
ALÇADO NORTE
ALÇADO ESTE
3,142
2,277
2,285
2,284
ALÇADO OESTE SUL
3,118
ALÇADO OESTE

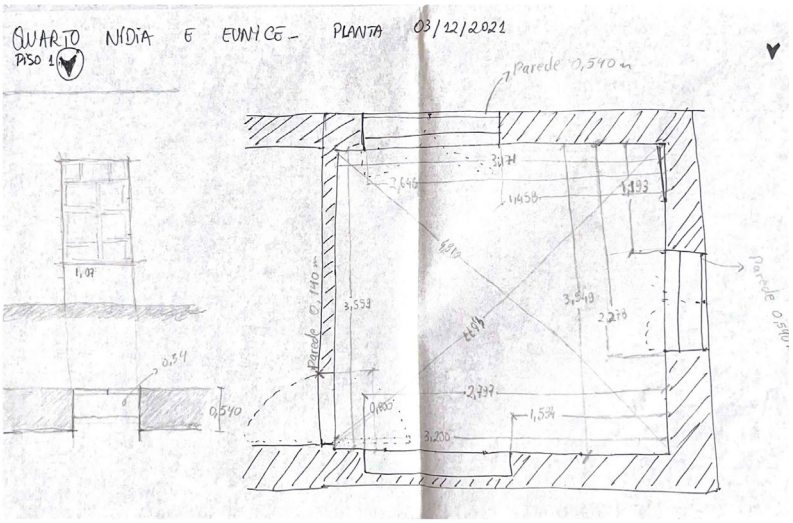


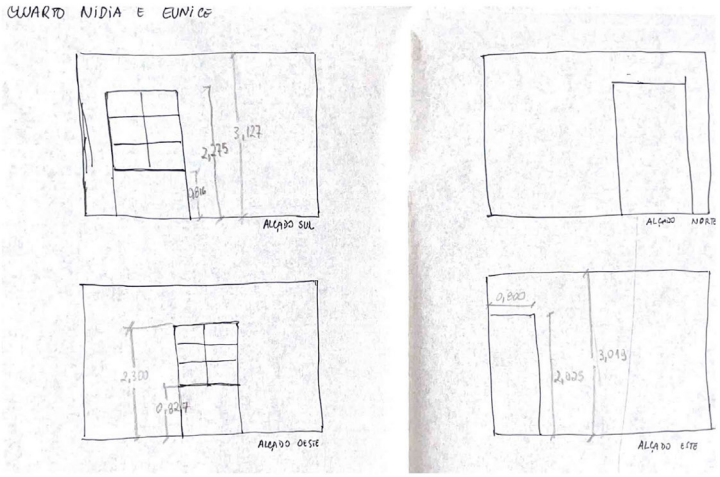




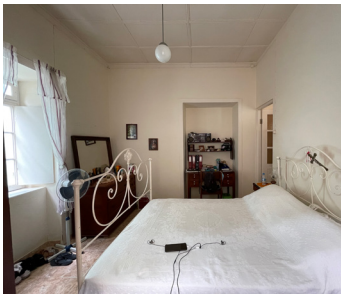
Quarto 2




QUARTO NÍDIA E EUNICE – PLANTA 03/12/2021
PISO 1
Parede 0,540 m
Parede 0,540
Parede 0,140 m
1,07
0,54
0,540
3,317
2,646
1,458
1,193
3,553
3,543
2,279
2,777
1,534
0,900
3,200

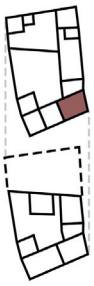

QUARTO NÍDIA E EUNICE
3,127
2,275
0,816
ALÇADO SUL
ALÇADO NORTE
2,300
0,827
ALÇADO OESTE
0,900
3,013
2,025
ALÇADO ESTE

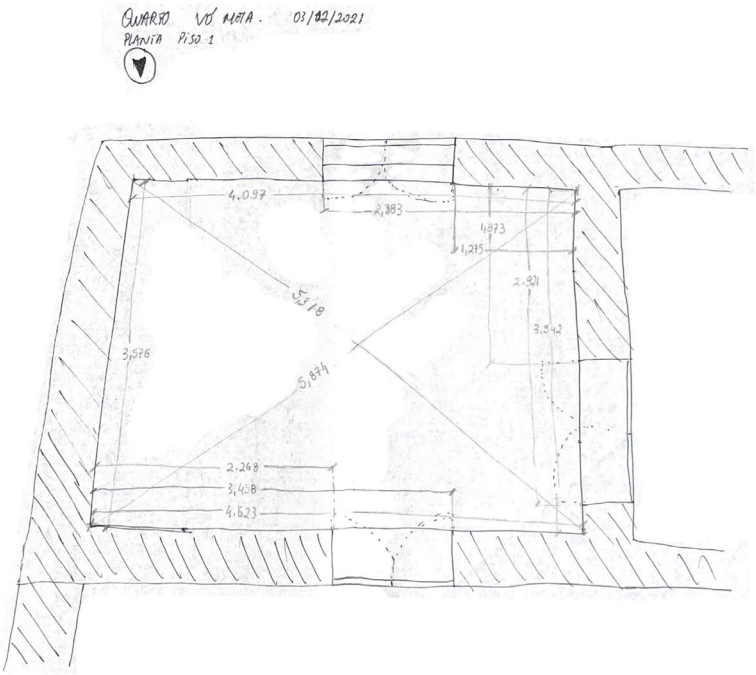


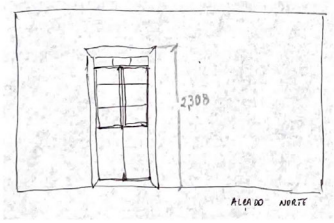


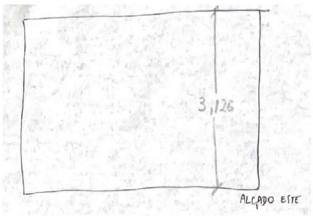


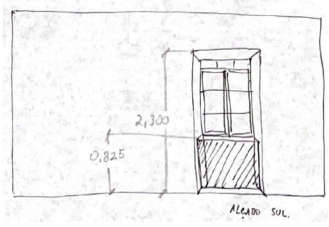
Quarto 1

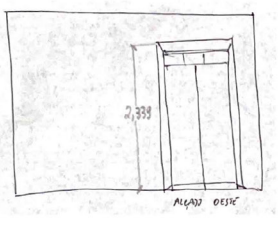



QUARTO VÓ META. 03/12/2021
PLANTA PISO -1
4.097
2,383
1,873
1,215
2,921
3,542
3,576
5,674
2.268
3,438
4.623


2308
ALÇADO NORTE

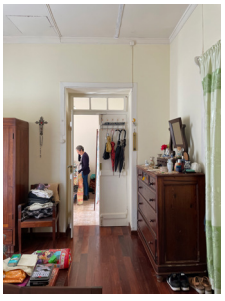

3,126
ALÇADO ESTE


2,300
0,825
ALÇADO SUL

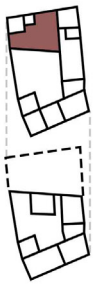

2,339
ALÇADO OESTE

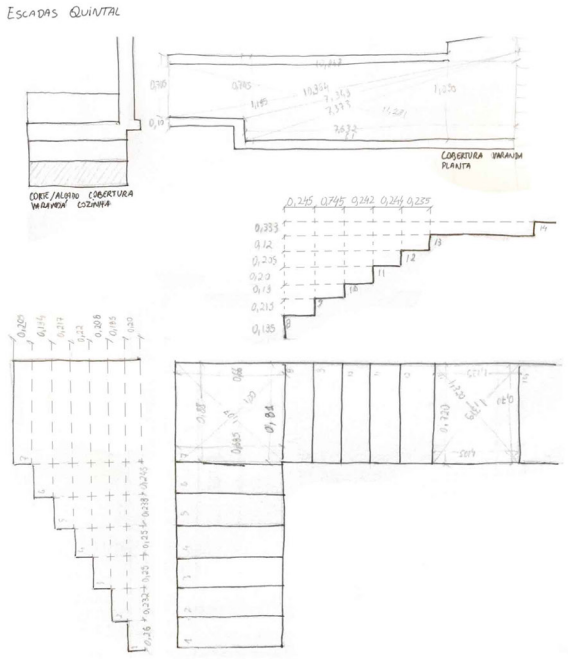


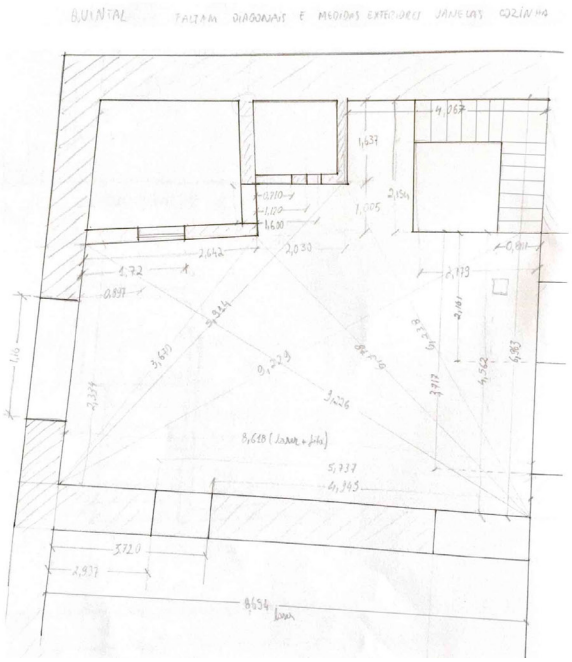




Quintal





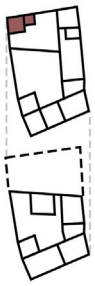


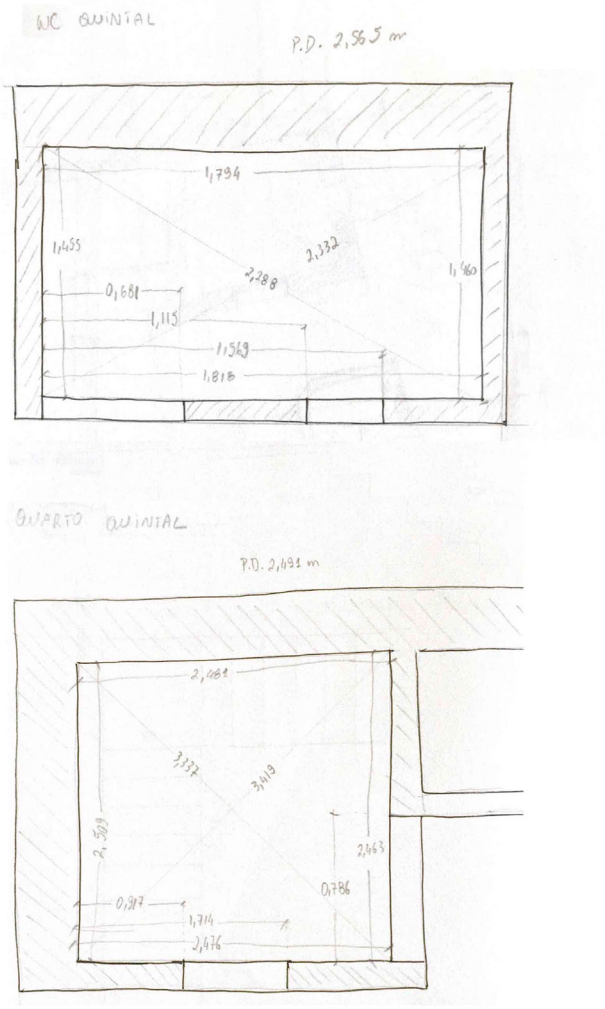






Lavandaria e Quarto de banho

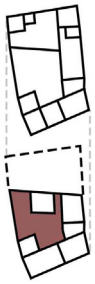


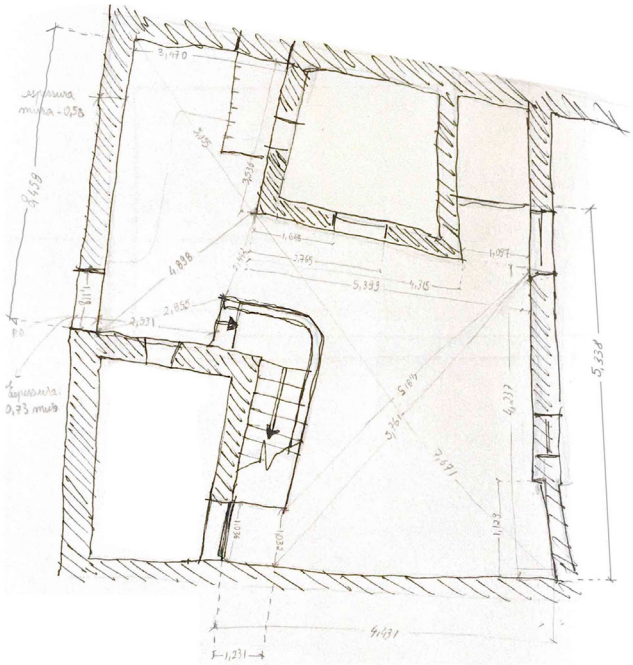


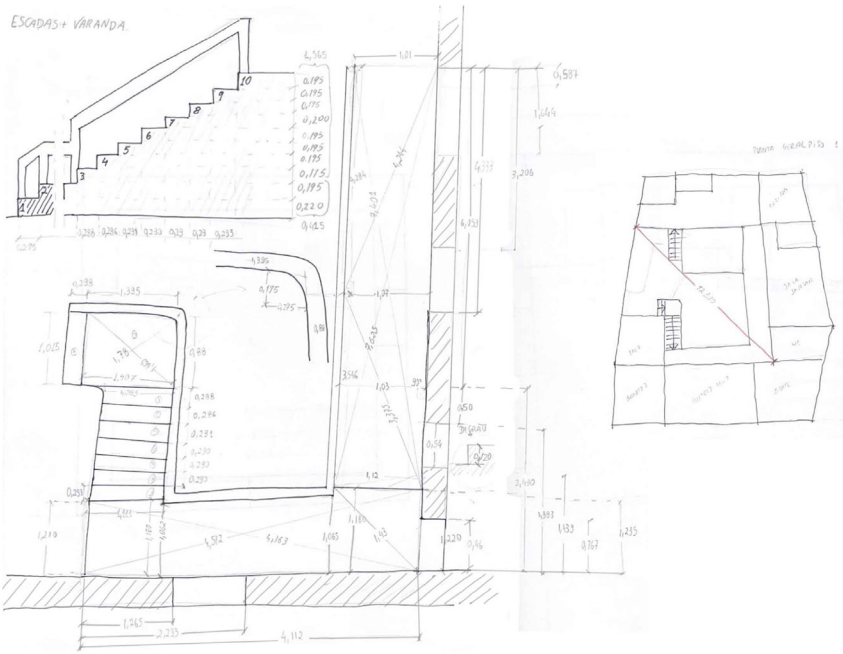




Pátio de entrada da casa





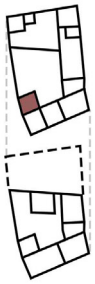


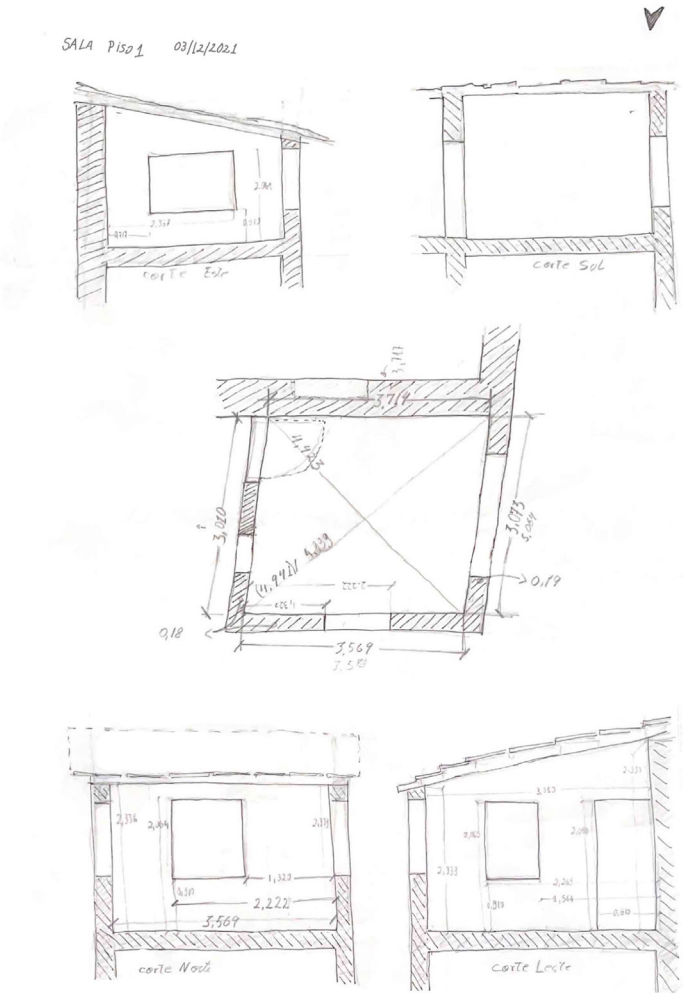






Sala de visitas







Sala de Jantar

